UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

ERICK HENRIQUE SIQUEIRA PAIVA

Compreensão Sócio-histórica da Sexualidade: reflexões para a formação de professores de Ciências e Biologia

GOIÂNIA
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
GERÊNCIA DE CURSOS E PROGRAMAS INTERDISCIPLINARES

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[X] Dissertação [ ] Tese [ ] Outro*:_____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

ERICK HENRIQUE SIQUEIRA PAIVA

3. Título do trabalho

COMPREENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA SEXUALIDADE: REFLEXÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:
a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Michel Mendes**, **Professor do Magistério Superior**, em 25/07/2023, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Erick Henrique Siqueira Paiva**, **Discente**, em 25/07/2023, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3912796** e o código CRC **C23E9166**.

Referência: Processo nº 23070.032095/2023-05 SEI nº 3912796

ERICK HENRIQUE SIQUEIRA PAIVA

Compreensão Sócio-histórica da Sexualidade: reflexões para a formação de professores de Ciências e Biologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências e Matemática.

Orientador: Professor Doutor Michel Mendes.
Coorientador: Professor Doutor Leandro Jorge Coelho.

Área de concentração: Qualificação de Professores de Ciências e Matemática.

Linha de pesquisa: Educação em Ciências e Matemática e Meio Ambiente.

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Paiva, Erick Henrique Siqueira
Compreensão Sócio-histórica da Sexualidade [manuscrito] : reflexões para a formação de professores de Ciências e Biologia / Erick Henrique Siqueira Paiva. - 2023.
112 f.

Orientador: Prof. Dr. Michel Mendes; co-orientador Leandro Jorge Coelho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Pró reitoria de Pós-graduação (PRPG), Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Goiânia, 2023.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação sexual. 2. Licenciatura em Ciências Biológicas. 3. Formação docente. 4. Materialismo Histórico-dialético. 5. História da Sexualidade. I. Mendes, Michel, orient. II. Título.

CDU 37

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

GERÊNCIA DE CURSOS E PROGRAMAS INTERDISCIPLINARES

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da sessão de Defesa de Dissertação de ERICK HENRIQUE SIQUEIRA PAIVA, que confere o título de Mestre(a) em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA, na área de concentração em **Qualificação de Professores de Ciências e Matemática**.

Ao/s **29 dias do mês de junho de 2023**, a partir das **14h**, por **VIDEOCONFERÊNCIA**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"**COMPREENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA SEXUALIDADE: REFLEXÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**"**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor MICHEL MENDES - UFG e Coorientador, Professor Doutor LEANDRO JORGE COELHO - UFG, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor RICARDO DESIDÉRIO DA SILVA - UNESPAR, membro titular externo; e Professora Doutora ZILENE MOREIRA PEREIRA - UFRRJ, membro titular externo.

Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A banca solicita que seja retirada a menção a Weber e Durkheim; revisto o termo significado; submetido o texto para revisão ortográfica e que sejam consideradas as observações realizadas no documento enviado pelos membros da banca. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor MICHEL MENDES, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Michel Mendes**, **Professor do Magistério Superior**, em 29/06/2023, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Desidério da Silva**, **Usuário Externo**, em 29/06/2023, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Jorge Coelho**, **Professor do Magistério Superior**, em 29/06/2023, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Zilene Moreira Pereira Soares**, **Usuário Externo**, em 30/06/2023, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3811843** e o código CRC **56CAF477**.

Referência: Processo nº 23070.032095/2023-05 SEI nº 3811843

AGRADECIMENTOS

Às minhas famílias; minha mãe, Vânia, meu pai, Alessandro, e irmãos, Adrian, João Victor e Jean; e ao Henri, por estarem presentes mesmo durante minha ausência e por se esforçarem em entender as demandas deste processo. Agradeço também aos meus familiares, pelo incentivo. Ao meu amigo Jadson, pelos momentos de leveza, aconselhamentos e cumplicidades.

Aos meus orientadores, Michel Mendes e Leandro Coelho, pelas discussões, reflexões, questionamentos, risadas e outras (des)orientações S2. Vocês foram essenciais para minha aprovação nos dois concursos públicos para professor, jamais esquecerei isso.

Aos membros da Banca de Qualificação e Defesa, professora Zilene Moreira Pereira e professor Ricardo Desidério, pelas contribuições que enriqueceram nossa pesquisa.

Agradeço às professoras e professores que passaram por minha formação, os quais guardo muita admiração, respeito e orgulho por ter conhecido. Amizades sinceras, em especial: Glória Candine, Rejane Bonomi, Maíris Dantas, Elisa Vaz, Pricilla Almeida, Ivete, Daniely Berto, Lilia Santana, Vanessa Carvalho, Martha, Zilene Pereira, Adda Echalar, Karly Alvarenga, Simone Sendin, Cláudio, Diogo Maciel, Eduardo Joaquim, Ovídio e Francisco.

Aos meus veteranos da licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (UFG): Lusca, Iury Kesley, João Marcos, Samuel Marques, Mel, Victória Costa e Júlia Cavasin, que proporcionaram incentivos e trocas de informações. Às amizades da graduação e estágios: Jefferson Soares, Gustavo Rodrigues, Victor Felipe, Gabriel Rocha, Déborah Stephanny, Lollato, Andreza, Dida, Mollyne, José e Letícia. Vocês tornaram essa etapa mais leve e divertida.

Às novas amizades da turma de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, da Universidade Federal de Goiás, de 2021: Ana Santana, Warica, Maira Mota, Ana Artiaga, Andréia, Renata, Emerson e Leonora dos Santos, pelos diálogos e pela rede de apoio.

Ao Instituto Verbena, UFG, em especial à professora Claci Rosso, Rosi Amaral, Maria Emília, Denise, Vanessa, Marly, Letícia, Laís e Amanda Xavier.

À Universidade Federal de Goiás, ao povo brasileiro e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que forneceram as condições materiais.

Fé em mim, no universo e no que a ciência não explica.

Roda Viva

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá

Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração (refrão)

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a roseira pra lá

Refrão

A roda da saia, a mulata
Não quer mais rodar, não senhor
Não posso fazer serenata
A roda de samba acabou
A gente toma a iniciativa
Viola na rua, a cantar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a viola pra lá

Refrão

O samba, a viola, a roseira
Um dia a fogueira queimou
Foi tudo ilusão passageira
Que a brisa primeira levou
No peito a saudade cativa
Faz força pro tempo parar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a saudade pra lá

Refrão

Chico Buarque de Holanda

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de refletir sobre a compreensão sócio-histórica da sexualidade na formação de professores de Ciências e Biologia, a fim de contribuir para a superação de perspectivas reducionistas. A pesquisa está organizada em três partes. A primeira contém uma análise da abordagem sobre a sexualidade nos cursos de formação inicial de professores de Ciências e Biologia das universidades federais brasileiras. Posteriormente, há uma sistematização das relações entre os contextos sócio-históricos e os elementos constitutivos da sexualidade. Ao fim, há reflexões sobre a compreensão sócio-histórica da sexualidade na formação desses professores, como forma de superação de perspectivas reducionistas. O referencial teórico-metodológico é o Materialismo Histórico-Dialético e, como categorias de análise, o fenômeno demandou a historicidade, a totalidade e as contradições, além da inter-relação das dimensões lógica e histórica. Quanto aos procedimentos, a pesquisa contou com a análise documental e o estudo bibliográfico. A análise documental pautou-se nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das Licenciaturas em Ciências Biológicas (LCB) de universidades federais brasileiras, que desencadeou na identificação e no agrupamento dos componentes curriculares em cinco Eixos Temáticos, que enfatizam diferentes abordagens, sendo a Educação, os Direitos Humanos, os Conceitos Fundamentais, a Biologia e Saúde e o Histórico-Social. No estudo bibliográfico, foi possível sistematizar e sintetizar as vivências da sexualidade no decorrer da história humana. Como resultados, o primeiro objetivo específico permitiu analisar a abordagem da sexualidade nos PPC das LCB. Isso forneceu subsídios para problematizar seus enfoques frente à formação desses licenciandos, sobretudo, na presença de perspectivas reducionistas verificadas nos Eixos Temáticos. O segundo objetivo específico visou à identificação das relações entre os contextos sócio-históricos e os elementos constitutivos da sexualidade, para, em seguida, refletir sobre a formação desses professores. Portanto, para compreender a sexualidade nos dias atuais, foi necessário olhar para como ela foi no passado. Esse processo permitiu a sistematização e síntese do movimento de construção e transformação desse conhecimento no decorrer da história. Em suma, essa abordagem expressa sua relevância e necessidade de vincular-se à formação de professores de Ciências e Biologia, pois possibilita a compreensão do desenvolvimento e a identificação da essência do fenômeno. Isso representa um arcabouço rico de conhecimentos a serem compartilhados com os educandos, além de propiciar o desenvolvimento de uma postura crítica e contextualizada, indispensáveis à práxis docente que almeja uma educação inclusiva e emancipatória.

Palavras-chave: Educação Sexual; Licenciatura em Ciências Biológicas; Formação Docente; Materialismo Histórico-dialético; História da Sexualidade.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the socio-historical understanding of sexuality in the training of Science and Biology teachers, in order to contribute to overcoming reductionist perspectives. The research is organized in three parts. The first contains an analysis of the approach to sexuality in initial training courses for Science and Biology teachers at Brazilian federal universities. Subsequently, there is a systematization of the relations between the socio-historical contexts and the constitutive elements of sexuality. Finally, there are reflections on the socio-historical understanding of sexuality in the training of these teachers, as a way of overcoming reductionist perspectives. The theoretical-methodological framework is Historical-Dialectic Materialism and, as categories of analysis, the phenomenon required historicity, totality and contradictions, in addition to the interrelation of logical and historical dimensions. As for the procedures, the research included documental analysis and bibliographical study. The documental analysis was based on the Course Pedagogical Projects (PPC) of the Degrees in Biological Sciences (LCB) of Brazilian federal universities, which triggered the identification and grouping of the curricular components in five Thematic Axes, which emphasize different approaches, being Education , Human Rights, Fundamental Concepts, Biology and Health and Social History. In the bibliographical study, it was possible to systematize and synthesize the experiences of sexuality in the course of human history. As a result, the first specific objective allowed analyzing the approach to sexuality in the PPC of the LCB. This provided subsidies to problematize their approaches towards the formation of these graduates, especially in the presence of reductionist perspectives verified in the Thematic Axes. The second specific objective aimed to identify the relationships between the socio-historical contexts and the constituent elements of sexuality, in order to then reflect on the training of these teachers. Therefore, to understand sexuality today, it was necessary to look at how it was in the past. This process allowed for the systematization and synthesis of the construction and transformation movement of this knowledge throughout history. In short, this approach expresses its relevance and the need to be linked to the training of Science and Biology teachers, as it makes it possible to understand the development and identify the essence of the phenomenon. This represents a rich framework of knowledge to be shared with students, in addition to promoting the development of a critical and contextualized attitude, indispensable to the teaching praxis that aims at an inclusive and emancipatory education.

Keywords: Sex Education; Degree in Biological Sciences; Teacher Training; Historical-dialectical materialism.; History of Sexuality.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo reflexionar sobre la comprensión sociohistórica de la sexualidad en la formación de profesores de Ciencias y Biología, con el fin de contribuir a la superación de las perspectivas reduccionistas. La investigación está organizada en tres partes. El primero contiene un análisis del abordaje de la sexualidad en los cursos de formación inicial de profesores de Ciencias y Biología de las universidades federales brasileñas. Posteriormente, se realiza una sistematización de las relaciones entre los contextos sociohistóricos y los elementos constitutivos de la sexualidad. Finalmente, se realizan reflexiones sobre la comprensión sociohistórica de la sexualidad en la formación de estos docentes, como forma de superación de las perspectivas reduccionistas. El marco teórico-metodológico es el Materialismo Histórico-Dialéctico y, como categorías de análisis, el fenómeno requería historicidad, totalidad y contradicciones, además de la interrelación de las dimensiones lógicas e históricas. En cuanto a los procedimientos, la investigación incluyó análisis documental y estudio bibliográfico. El análisis documental se basó en los Proyectos Pedagógicos de Curso (PPC) de las Licenciaturas en Ciencias Biológicas (LCB) de universidades federales brasileñas, lo que impulsó la identificación y agrupación de los componentes curriculares en cinco Ejes Temáticos, que enfatizan diferentes enfoques, siendo Educación , Derechos Humanos, Conceptos Fundamentales, Biología e Historia Social y de la Salud. En el estudio bibliográfico fue posible sistematizar y sintetizar las experiencias de la sexualidad en el transcurso de la historia humana. Como resultado, el primer objetivo específico permitió analizar el abordaje de la sexualidad en el PPC de la LCB. Esto proporcionó subsidios para problematizar sus enfoques frente a la formación de estos egresados, especialmente en presencia de perspectivas reduccionistas verificadas en los Ejes Temáticos. El segundo objetivo específico apuntó a identificar las relaciones entre los contextos sociohistóricos y los elementos constitutivos de la sexualidad, para luego reflexionar sobre la formación de estos docentes. Por lo tanto, para entender la sexualidad hoy, era necesario mirar cómo era en el pasado. Este proceso permitió sistematizar y sintetizar el movimiento de construcción y transformación de este saber a lo largo de la historia. En suma, este enfoque expresa su pertinencia y la necesidad de vincularse a la formación de profesores de Ciencias y Biología, ya que posibilita comprender el desarrollo e identificar la esencia del fenómeno. Esto representa un rico marco de conocimientos para compartir con los estudiantes, además de promover el desarrollo de una actitud crítica y contextualizada, indispensable para la praxis docente que apunta a una educación inclusiva y emancipadora.

Palabras clave: Educación Sexual; Licenciado en Ciencias Biológicas; Formación de Profesores; Materialismo histórico-dialéctico; Historia de la Sexualidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema do processo investigativo..... 40
Figura 2 - Representações da sexualidade na arte rupestre.....56
Figura 3 - A origem, Nut e Geb..... 59
Figura 4 - Representação da prática iniciática grega entre homem adulto e jovem …….... 62
Figura 5 - Família tradicional brasileira.....73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos que relacionam sexualidade e formação inicial de professores de Ciências e Biologia..... 34
Quadro 2 - Trabalhos que relacionam a teoria histórico-cultural e a sexualidade.....36
Quadro 3 - Licenciaturas em Ciências Biológicas que mencionam a temática da sexualidade no PPC.....39
Quadro 4 - Componentes curriculares do Eixo Temático Educação..... 42
Quadro 5 - Componentes curriculares do Eixo Temático Direitos Humanos.....42
Quadro 6 - Componentes curriculares do Eixo Temático Conceitos Fundamentais..... 46
Quadro 7 - Componentes curriculares do Eixo Temático Biologia e Saúde.....47
Quadro 8 - Componentes curriculares do Eixo Temático Histórico-Social.....48
Quadro 9 - Componentes curriculares cujo tema central é sexualidade.....51
Quadro 10 - Panorama das LCB com sexualidade no PPC ……..……. ..100
Quadro 11 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Educação……102
Quadro 12 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Direitos Humanos ..106
Quadro 13 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Conceitos Fundamentais……..108
Quadro 14 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Biologia e Saúde.....110
Quadro 15 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Histórico-Social…..112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição, por região, das LCB nas universidades federais …….. 38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
e-MEC	Sistema Eletrônico do Ministério da Educação
EaD	Educação a Distância
EHFB	Encontro de História e Filosofia da Biologia
IES	Instituições de Ensino Superior
LCB	Licenciatura em Ciências Biológicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIAP+	Lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais, *queer*, intersexos, assexuais, pansexuais e outras identificações
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PCC	Prática como Componente Curricular
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNFP	Política Nacional de Formação de Professores
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGECM	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática
PRP	Programa de Residência Pedagógica
SUS	Sistema Único de Saúde
THC	Teoria Histórico-Cultural
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO……..20
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS……..24
2.1 PROBLEMA DA PESQUISA……...28
2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA…….. 28
2.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS……... 29
3. ABORDAGENS DA SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA……..33
3.1 REVISÃO DE LITERATURA…… 33
3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL: PPC DAS LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS…… 37
3.3 EIXOS TEMÁTICOS……...41
3.3.1 Eixo Temático Educação……42
3.3.2 Eixo Temático Direitos Humanos…… 44
3.3.3 Eixo Temático Conceitos Fundamentais…….. 46
3.3.4 Eixo Temático Biologia e Saúde…… 47
3.3.5 Eixo Temático Histórico-Social……48
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS COMPONENTES CURRICULARES……51
4. ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DA SEXUALIDADE……54
4.1 A SEXUALIDADE NA PRÉ-HISTÓRIA……... 55
4.2 A SEXUALIDADE NA ANTIGUIDADE……...57
4.3 A SEXUALIDADE NA IDADE MÉDIA…… 64
4.4 A SEXUALIDADE NA IDADE MODERNA……. 69
4.5 A SEXUALIDADE NA IDADE CONTEMPORÂNEA…… 74
5. REFLEXÕES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA A PARTIR DA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DA SEXUALIDADE……..79
5.1 BREVE PANORAMA DO ENSINO SOBRE A SEXUALIDADE NO BRASIL…...79
5.2 REFLEXÕES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DA SEXUALIDADE……...82
6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES…….. 85
REFERÊNCIAS……..89
APÊNDICES……..100

"Se uma bala atingir o meu cérebro, deixe que ela destrua também a porta de todos os armários."

Harvey Milk

1. APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa reflete meu processo formativo influenciado por múltiplas determinações e em constante construção. Nesta seção, apresento um apanhado da minha trajetória acadêmica, indicando estudos, discussões coletivas e sínteses que culminaram neste trabalho. O objetivo é poder contribuir para o desenvolvimento da ciência brasileira, mesmo imersos num (des)governo "pandemônico" como o atual[1], eivado de hostilidade, discursos e comportamentos nocivos, ultraconservadores e que deslegitimam o conhecimento científico (ALVES, 2022). Apesar da desvalorização do meio acadêmico, acredito e defendo a importância das instituições públicas de ensino e da produção científica proveniente desses espaços para combater essas posturas lastimáveis.

O interesse sobre a sexualidade despertou durante a minha adolescência, num processo de autoconhecimento, mas minha concepção naquele contexto estava contaminada por discursos religiosos, tabus e preconceitos presentes no meio familiar. Qualquer pensamento, comportamento ou situação fora do padrão heteronormativo era visto como pecaminoso, patológico e antinatural. Logo percebi que não compartilhava dessas percepções e busquei outras explicações, alicerçadas em estudos científicos, na tentativa de desnaturalizar preconceitos. Ao ingressar no ensino superior, tive contato com os conhecimentos acadêmicos sobre a sexualidade em suas diferentes abordagens, iniciando pelas compreensões pautadas na área da saúde e caminhando para perspectivas das Ciências Humanas. Essa trajetória possibilitou uma transformação das minhas concepções sobre a sexualidade, com vistas a compreender os mecanismos de exclusão, violência e deslegitimação dos sujeitos que não se enquadram no *status quo* heteronormativo.

Iniciei o ensino superior na Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2017 na Licenciatura em Ciências Biológicas (LCB). No início da graduação, consegui uma bolsa de estudos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no qual tive contato com discussões sobre *História e Filosofia da Ciência* e o *Ensino por Conceitos: A Educação Básica como Espaço Formativo Conceitual,* sob orientação das professoras Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar e Simone Sendin Moreira Guimarães. As leituras e discussões a respeito da formação de professores e a proposta de traçar o movimento lógico-histórico de construção de conceitos biológicos com base no Materialismo

[1] Referência ao período em que Jair Messias Bolsonaro foi presidente do Brasil (2019-2022), contexto no qual este texto foi escrito.

Histórico-Dialético (MHD) confirmaram minha vontade de adotar esse referencial teórico-metodológico. Nesse sentido, esta pesquisa está alicerçada no MHD, e usarei seus pressupostos para analisar e compreender a dinâmica do fenômeno da sexualidade para além de sua aparência, bem como me apropriar de sua totalidade, contradições e desnaturalizar equívocos conceituais.

No fim da licenciatura, eu me aproximei dos estudos sobre a sexualidade ao cursar a disciplina optativa *Tópicos em Biologia – Gênero, Sexualidade e Educação,* ministrada pela professora Zilene Moreira Pereira. Posteriormente, participei do Programa de Residência Pedagógica (PRP), cujo projeto tinha como temática a Educação em Sexualidade e Gênero na Escola, sob coordenação inicial da professora Zilene e do professor Michel Mendes, seguida pela gestão dos professores Michel e Leandro Jorge Coelho, que se tornaram meus orientadores quando ingressei no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da UFG. A participação no PRP trouxe inúmeros questionamentos, como o fato de essa discussão, indispensável e urgente, não estar presente na formação de todos os licenciandos do curso, visto que a participação na disciplina e no PRP não é obrigatória.

A inserção nesses programas teve como desdobramentos apresentação e publicações de estudos. No fim do PIBID, em 2020, foi publicado no formato de resumo expandido o trabalho sobre *O conceito de espécie à luz da história e filosofia da biologia,* no Encontro de História e Filosofia da Biologia (EHFB), em Ribeirão Preto, São Paulo. Posteriormente, foi escrito um capítulo de livro intitulado *A construção do conceito de espécie e os modos de ensinar: uma articulação entre ensino Desenvolvimental e Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).* No PRP, outro artigo foi publicado na Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (REnBio) com o título *Residência Pedagógica: percepção das preceptoras acerca da educação em sexualidade e gênero.*

PIBID e PRP são programas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e integram a Política Nacional de Formação de Professores (PNFP), os quais objetivam aprimoramento e desenvolvimento da práxis[2] docente (BRASIL, 2017a). Portanto, a participação nesses programas evidenciou minha aproximação com o objeto de estudo e com o referencial teórico-metodológico escolhido, além do meu desejo de contribuir nessa área do conhecimento.

[2] Diz respeito à indissociação da unidade lógica entre teoria e prática, ou seja, a prática articulada e desenvolvida com e por meio do pensamento consciente (CURADO, 2019).

A ausência dos fundamentos teóricos sobre a sexualidade na LCB, a qual expõe a realidade de muitos outros cursos de formação docente pelo país (BONFIM, 2009; COELHO; VASCONCELOS, 2019; MENDES; SOARES; COELHO, 2021), contribui para o ensino da temática, na educação básica, numa perspectiva reducionista, ou seja, restrita a abordagens biologicistas. Um dos desdobramentos dessa limitação é a manutenção e reprodução de ideias preconceituosas e práticas discriminatórias que atingem lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais, intersexos, assexuais, pansexuais e outras identificações (LGBTQIAP+) nas escolas, pois o alunado não pertencente à heteronormatividade será excluído e marginalizado (LOURO, 2003).

Em junho de 2021, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM-UFG). A delimitação da pesquisa nos primeiros meses foi um desafio, todavia, as disciplinas cursadas e as orientações ajudaram nesse processo. Outro obstáculo foi a ausência dessa temática nos componentes curriculares ofertados no PPGECM-UFG. A alternativa encontrada foi cursar disciplinas em outras Instituições de Ensino Superior (IES) e, assim, ter contato com referenciais próprios dos estudos sobre a sexualidade.

O cenário de isolamento social causado pela pandemia da covid-19 levou à adoção do Ensino Remoto Emergencial durante o segundo semestre de 2021. Nesse enredo, cursei disciplinas da pós-graduação na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Na primeira, cursei *Métodos e técnicas do trabalho científico em sexualidade*, ministrada pela professora Andreza Marques de Castro Leão e pelo professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro; *Análise do discurso: contribuições foucaultianas para pesquisas em educação sexual,* organizada pela professora Maria Regina Momesso, ambas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) em Educação Sexual, o primeiro com a temática no país. Na UFU, o professor Vagner Matias do Prado ministrou a disciplina de *Tópicos Especiais em Saberes e Práticas Educativas III: Gênero, Sexualidade e Educação.*

As disciplinas cursadas nos PPG externos foram enriquecedoras, pois oportunizaram saberes sobre diferentes abordagens da sexualidade, acesso a novas referências, contato e aprendizagem com professores(as) e pesquisadores(as) renomados(as) e com vasta produção acadêmica. Além disso, estimulou a publicação e apresentação de trabalhos, como minha participação no VI Congresso Internacional de Sexualidade e Educação Sexual[3], no qual

[3] Evento organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas "Sexualidade, Educação e Cultura" da UNESP e colaboradores que investigam sobre sexualidade e educação sexual. Integram a rede responsável por essas

relatei a construção de um plano de ensino realizado no PRP sobre *Arte drag: percepções identitárias e políticas.*

A partir desse contexto, esta pesquisa é uma forma de resistência para os que sofrem qualquer tipo de violência ao não se enquadrarem nos padrões identitários socialmente criados e estabelecidos. Reforço a importância e a necessidade de estudos sistematizados dos conhecimentos sobre a sexualidade na formação inicial docente, cuja carência já foi constatada na produção acadêmica brasileira (CARDOSO; GUARANY, 2019; CARDOSO; BERTOLDO; SANTOS, 2020). Nessa lógica, a pesquisa apresenta como relevância científica e social a possibilidade de contribuição para a formação de professores de Ciências e Biologia, ao propor reflexões da compreensão sócio-histórica da sexualidade como forma de contribuir para superação de perspectivas reducionistas; bem como o desenvolvimento de um compromisso social pautado no respeito à diversidade, na empatia, na inclusão, na conscientização e, desse modo, no fortalecimento de ações que combatam comportamentos discriminatórios. A seguir, apresentarei noções gerais sobre alguns conceitos presentes nos estudos sobre a sexualidade, e demarcarei o problema, os objetivos e os aspectos metodológicos da pesquisa.

iniciativas a Universidade de Lisboa, Universidade de Aveiro, Escola Superior de Educação de Coimbra, Universidade do Minho e Universidade do Estado de Santa Catarina.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diversos trabalhos (BONFIM, 2009; SANTOS; SANTOS, 2016; SOUZA *et al.*, 2022; SOUZA; DORNELLES; MEYER, 2021) afirmam que os conhecimentos sobre a sexualidade na formação inicial de professores de Ciências e Biologia estão limitados a perspectivas reducionistas, como a abordagem biologicista[4], que enfatiza a anatomia e fisiologia do sistema reprodutor, o ciclo menstrual, os gametas, a fecundação, a gravidez, as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e os métodos contraceptivos. Furlani (2020), Miranda e Garcia (2012) apontam que essa limitação na formação desencadeia sérios desdobramentos quando a temática é discutida na escola, como a insensibilização dos professores e, consequentemente, dos discentes, e, desse modo, pode favorecer a naturalização de práticas discriminatórias, do feminicídio e da marginalização daqueles que não se enquadram no *status quo* heteronormativo (PAIVA *et al.*, 2021).

Nessa lógica, ocorre a ênfase sobre o sexo biológico, compreendido como um complexo que engloba caracteres cromossômicos e anatofisiológicos que vão classificar os corpos em machos e fêmeas, bem como determina os comportamentos esperados do ser masculino e do ser feminino (CARRARA *et al.*, 2009). Oliveira e Prado (2021) demarcam que as representações e os discursos de como ser, agir e sentir são produzidos pelas instituições sociais (família, religião, escola e mídia) e impostas às pessoas pela interiorização e naturalização de comportamentos, que vão constituir sua subjetivação, buscando homogeneização da sociedade.

Ser homem, na contemporaneidade, é exatamente o oposto de ser mulher. Welzer-lang (2001) destaca a existência de uma masculinidade dominante, representada pelo homem branco, heterossexual, forte, líder, racional, cristão, viril, insaciável, procriador, agressivo, impaciente e que não demonstra fraqueza ou sentimentos. Em outro extremo, o que caracteriza a feminilidade tem como referência a figura da mulher submissa, doméstica, delicada, contida, dócil, passiva, concentrada e com o desejo natural de ser mãe. Logo, para além do sexo biológico, o modo como esses padrões sociais representam e valorizam determinadas características vão influenciar na expressão e vivência do gênero (FURLANI, 2020).

Para compreender a complexidade dos conhecimentos sobre gênero, apresenta-se a seguir as ideias de algumas estudiosas. Louro (2003) enfatiza que o desenvolvimento do conceito de gênero ocorreu com a origem dos movimentos feministas, no qual aponta que,

[4] Por mais que essa abordagem restringe um pensar emancipatório sobre a sexualidade, ressalto sua importância.

além das pautas emergentes sobre as conjunturas políticas e sociais, esses movimentos iniciaram as problematizações sobre o termo, bem como o seu distanciamento da concepção de sexo (determinismo biológico), além de ser um instrumento para análise das relações sociais. Destarte, a autora sintetiza gênero como um constructo histórico-social estabelecido quanto às condições biológicas.

Segundo Scott (1995), o termo gênero está situado nos estudos sociais na vertente pós-estruturalista[5]. Ademais, enfatiza as relações de poder e hierarquia na sociedade, provenientes das diferenças entre o ser feminino e o ser masculino. Já para Butler (2003), a ideia de gênero versa sobre *performance,* ou seja, os sujeitos constroem sua performatividade, seu comportamento no meio social, aos moldes de aspectos sociais, culturais e históricos e, desse modo, essas "inscrições corporais" tornarão os corpos aceitos e inteligíveis à ordem hegemônica. Weeks (2000) apresenta a ideia de corpo como superação do aspecto biológico e, nesse sentido, carrega os aspectos socioculturais, psicológicos e históricos. Por conseguinte, o corpo expressará as identidades de gênero que refletem os contextos e as inscrições ditadas pelas instituições sociais, como a família, a religião e o Estado.

Outro aspecto diz respeito às identidades de gênero, isto é, ao modo em que a pessoa se reconhece, e à expressão do gênero que se refere à forma em que a pessoa deseja ser reconhecida socialmente, podendo ser masculina, feminina ou andrógina (JESUS, 2012). Nesse aspecto, existem pessoas cis ou cisgêneras; pessoas transexuais e travestis, que não se identificam com o aparato biológico que nasceram (HARRIS, 2012) e pessoas não-binárias, ou seja, uma percepção identitária que não se reconhece na binaridade oposicional entre os gêneros masculino e feminino (REIS; PINHO, 2016).

Às vezes confundido com o termo "sexo", a sexualidade possui características próprias. O sexo se limita ao ato/prática sexual, além do aspecto dimensional da anatomia e biologia dos corpos, ou seja, classifica-os em machos e fêmeas a partir dos determinantes genéticos (cromossomos), aspectos fisiológicos, bem como as diferenças dos órgãos genitais e da capacidade reprodutiva (CARRARA *et al.*, 2009). Em contrapartida, Furlani (2007) trata a sexualidade como uma construção histórica, a qual foi e é constituída em determinados contextos, espaços e tempos, bem como considera as influências das relações de poder e dos fatores econômicos, políticos, religiosos e éticos que moldam a lógica construtiva desse conhecimento (retomo essa discussão nas próximas seções).

---

[5] Em linhas gerais, é uma abordagem de análise e questionamento das conjecturas sociais e apresenta como um de seus pressupostos a desconstrução de valores estabelecidos culturalmente (HALL, 2006). Registro que tenho conhecimento que essa abordagem difere do referencial teórico-metodológico usado nesta pesquisa.

Além dessa compreensão sobre a sexualidade, há conceitos contemporâneos acerca das orientações sexuais, que são compreendidas como a atração afetivo-sexual estabelecida entre pessoas da mesma identidade de gênero (homossexualidade), na qual estão as lésbicas - orientação afetivo-sexual entre pessoas com identidade de gênero femininas, segundo Maciel (2016); entre pessoas com identidade de gênero diferentes (heterossexualidade) e por pessoas que sentem atração afetivo-sexual tanto pela identidade de gênero masculina, quanto pela feminina (bissexualidade), de acordo com Seffner (2003).

Os sujeitos assexuais são caracterizados pela ausência ou grau mínimo de interesse na prática sexual, bem como na possibilidade de isenção do desejo em relações amorosas. Assim sendo, os corpos assexuais também são constructos sociais, culturais e históricos das relações humanas (VIANNA; OLIVEIRA, 2017). Para além das questões de gênero e sexualidade, há os intersexos, condição biológica anteriormente chamada de "hermafrodita", referente a pessoas que nascem com características biológicas (diversas possibilidades de corpos biologicamente diferentes) que não se enquadram nos parâmetros estabelecidos pelas ciências médico-biológicas a respeito da composição corporal que define os sexos biológicos macho e fêmea, levando em consideração características anatômicas, fisiológicas, genéticas e reprodutivas (SANTOS, T., 2020).

Retomando a ideia de heteronormatividade, Junqueira (2007) destaca que é entendida como modelo social eivado de normas de conduta e controle dos corpos, os quais devem seguir o padrão estabelecido. A heteronormatividade é vista como única forma legítima de expressão dos corpos, por isso, qualquer outra manifestação distinta dessa, é considerada desviante, doentia, criminosa e pecaminosa. A normatividade hegemônica se baseia na compreensão de que deve haver uma conformidade na tríade sexo biológico - identidade de gênero - orientação sexual, tendo como referência a cisgeneridade e a heterossexualidade. A cisgeneridade se refere à identificação e expressão de gênero correspondente ao gênero designado no nascimento, ou seja, pessoas que nascem com o aparato biológico "macho-pênis" e se identificam como homens, e pessoas que nascem com o aparato biológico "fêmea-vulva" e se identificam como mulheres, enquanto a heterossexualidade é compreendida como uma orientação afetivo-sexual entre pessoas cujas identidades de gênero são diferentes.

Em vista desse cenário hegemônico, é possível observar a manifestação de práticas discriminatórias contra os sujeitos que estão à margem dos preceitos desejados e aceitos em relação à masculinidade e à feminilidade; essas ações preconceituosas são denominadas de LGBTfobia. Esse termo, comumente generalizado por "homofobia", está associado a qualquer

tipo de preconceito, ódio, aversão, discriminação, desprezo, desconforto ou outras formas negativas de pensar, de agir e de relacionar com pessoas lésbicas (lesbofobia), *gays* (gayfobia), bissexuais (bifobia), travestis e transexuais (transfobia), segundo Borrillo (2010).

Frente ao preconceito, à discriminação, à violência e à luta por reconhecimento e inclusão social, aflorou no Brasil e em outros países, em meados da década de 1970, o movimento político-social que integra a comunidade LGBTQIAP+ (FACCHINI; FRANÇA, 2009). Esse movimento se concentra nas ruas durante o mês de junho para a realização do maior evento de manifestação e celebração da comunidade LGBTQIAP+, a Parada do Orgulho, que no Brasil o destaque é na cidade de São Paulo. A Parada possui uma série de reivindicações, ações e denúncias mediadas por conflitos entre o Estado e a parte conservadora da sociedade (PAIVA *et al.,* 2021). Ressalto o protagonismo e a força do movimento para a inclusão e garantia à cidadania, como o reconhecimento jurídico da identidade de gênero no registro civil, a criminalização da homofobia e a derrubada da restrição para doação de sangue por pessoas LGBTQIAP+, avanços alcançados, respectivamente, nos anos de 2018 e 2020 (SANTOS, E., 2020).

A cada ano é criado um tema oficial para a realização da Parada do Orgulho, como em 1997 com “Somos muitos, estamos em todas as profissões”; em 2006 com “Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos”; em 2012 com “Homofobia tem cura: educação e criminalização”; e em 2022 com “Vote com orgulho – por uma política que representa”. De modo geral, algumas dessas reivindicações baseiam-se na defesa da diversidade sexual, dos direitos reprodutivos e sexuais; além da maior visibilidade e pressão para realização de projetos de leis inclusivas.

Em relação aos Direitos Reprodutivos e Sexuais, alicerçam-se nos Direitos Humanos universais, além de compartilharem dos ideais da liberdade, da igualdade e da dignidade, todavia, apresentam especificidades (GOMES, 2021). A primeira está relacionada com a escolha autônoma da pessoa em gerar prole, tal como o momento para a concretização desse ato, além da escolha do(a) parceiro(a) e a garantia de acesso ao serviço de saúde. Por sua vez, os Direitos Sexuais dialogam com o direito de poder exteriorizar e viver a sexualidade com segurança, sem culpa ou medo e durante todas as fases da vida e, desse modo, exercer a liberdade sobre suas práticas sexuais, fantasias, desejos e vontades (RIBEIRO, 2009).

Estudos sobre a diversidade sexual levam em consideração um complexo inclusivo de corpos, identidades[6] e manifestações culturais, religiosas, regionais que vão constituir uma

[6] A partir dos Estudos Culturais (HALL, 2006; DUARTE, 2006), as identidades são entendidas como múltiplas facetas que constituem o sujeito, por exemplo a nacionalidade, a sexualidade, o gênero, a etnia, a religião e a

esfera específica da individualidade do ser humano (LOURO, 2008). Além disso, promovem reflexões sobre as relações de poder que se estabelecem a partir de práticas discursivas provindas de algumas instituições sociais, como a família, o Estado e a religião.

Esses aspectos destacados até aqui configuram uma breve contextualização para a sequência do texto, que está organizada em três partes. A primeira contém uma análise da abordagem da sexualidade nos cursos de formação inicial de professores de Ciências e Biologia das universidades federais brasileiras. A segunda parte apresenta uma sistematização das relações entre os contextos sócio-históricos e os elementos constitutivos da sexualidade. Ao fim, estão presentes reflexões sobre a compreensão sócio-histórica da sexualidade na formação de professores de Ciências e Biologia, além da indicação de contribuições para a superação de perspectivas reducionistas.

2.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Diante do exposto, o **problema da pesquisa** é: Como a compreensão sócio-histórica da sexualidade na formação de professores de Ciências e Biologia pode contribuir para a superação de perspectivas reducionistas?

2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Por extensão, o **objetivo geral** é refletir sobre a compreensão sócio-histórica da sexualidade na formação de professores de Ciências e Biologia, a fim de contribuir para a superação de perspectivas reducionistas.

Com base no objetivo geral, os **objetivos específicos** delimitam o caminho a ser percorrido.

1. Analisar a abordagem da sexualidade no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das LCB das universidades federais brasileiras, de modo a problematizar seus enfoques frente à formação de professores de Ciências e Biologia;
2. Identificar as relações entre os contextos sócio-históricos e os elementos constitutivos da sexualidade, com o intuito de refletir sobre a formação de professores de Ciências e Biologia.

---

classe social. Ressalto ter consciência de que essa perspectiva difere da base teórico-metodológica adotada nesta pesquisa; novamente, o intuito é trazer noções gerais e fazer indicações de leituras complementares.

2.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O referencial teórico-metodológico que sustenta este estudo, o MHD, iniciado por Marx e Engels, considera o processo de humanização intrínseco às condições histórico-sociais de cada contexto. Logo, enfatiza o entendimento dos modos de organização dos grupos humanos, bem como a sua materialidade histórica no decorrer do desenvolvimento da humanidade. Nesse sentido, Marx e Engels demarcam a relevância da história, ao

> [...] constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. [...] O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Nesse viés, o trabalho como categoria precursora da consciência humana e do processo de humanização possibilita a transição do ser primitivo ao ser social. Esse processo ocorre pela transformação que o sujeito exerce no ambiente e em si mesmo, por meio da apropriação e objetivação da natureza e, desse modo, busca a satisfação de suas necessidades humanas. Portanto, o trabalho é a força motriz para o processo de humanização (ENGELS, 1876).

Saviani e Duarte (2012) acrescentam que a categoria trabalho possibilita compreender o processo de transformação e humanização dos sujeitos, pela apropriação do conhecimento historicamente produzido, acumulado e transformado pela humanidade. Por isso, essa categoria ajuda a entender as relações sociais estabelecidas nas diferentes sociedades e a constituição do ser humano no passado e no presente (ANDERY *et al.*, 1996). Kopnin (1978) aponta que a historicidade reflete o movimento de construção, as contradições e sínteses do conhecimento, dinâmica que apresento no decorrer desta pesquisa com relação às vivências da sexualidade.

O MHD tem como categorias essenciais a historicidade, a totalidade e as contradições. A partir desta pesquisa, a primeira categoria tem relação com o movimento de constituição do conhecimento como produto histórico, o qual foi produzido, acumulado e transformado pela humanidade sob influências dos contextos socioculturais em seus respectivos tempos e

espaços (NASCIMENTO JÚNIOR, 2010). Nessa perspectiva, para compreender a sexualidade dos dias de hoje e o que ela pode se tornar amanhã, é necessário considerar o seu movimento histórico, que não é linear, além de ser caracterizado por períodos de avanços e retrocessos.

Como forma de perceber a realidade para além da aparência, o MHD apresenta como categorias a totalidade e as contradições. Todo fenômeno tem seu movimento real determinado pela constante relação de unidade e luta de polos contrários constituintes de sua essência concreta. Outro ponto diz respeito à elaboração do conhecimento sobre a realidade embasada no MHD, portanto

> [...] um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente nesse processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade (KOPNIN, 1978, p. 50).

Além do exposto, Lefebvre (1991) demarca a presença dessas categorias no processo histórico de avanços e rupturas no desenvolvimento do conhecimento científico. A contradição dialética é vista como

> [...] uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa. E o método dialético não se contenta em dizer que "existem contradições" [...]. O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera [...]. A contradição dialética, portanto, difere da contradição formal porque esta permanece na generalidade abstrata, enquanto a dialética se estabelece no universal concreto (LEFEBVRE, 1991, p. 238-239).

Desse modo, a partir da compreensão do movimento de constituição e da influência das múltiplas determinações nesse processo, ocorre choque de ideias antagônicas, que ao invés de se excluírem, incorporam-se, ou seja, uma nova percepção se manifesta. Numa perspectiva materialista, essa análise só é possível por meio da captação dos movimentos contraditórios internos e das relações externas do fenômeno com outros fenômenos, ou seja, é preciso compreender o conjunto de conexões que caracterizam a relação de unidade e luta dos contrários, além da compreensão do que se estuda como parte de uma totalidade concreta (LEFEBVRE, 1991). Destarte, a busca pela essência da sexualidade deve considerar seu processo de constituição no decorrer da história da humanidade, buscando apreender as

categorias e os elementos que determinam seu movimento, suas interações e transições na realidade.

Outras duas categorias importantes no processo de análise dos fenômenos reais é a inter-relação das dimensões lógica e histórica, que representa a dinâmica de modificação do objeto e a forma do desenvolvimento dos fenômenos, o que reflete, desse modo, a logicidade do processo histórico na busca de sua essência (KOPNIN, 1978). Assim sendo, é necessário considerar que essa relação fornece subsídios para a compreensão do movimento de constituição da sexualidade.

Esse referencial teórico-metodológico está em consonância com a natureza e os procedimentos demandados pelo objeto de pesquisa, a qual é caracterizada como descritiva analítica ao buscar a descrição e análise das particularidades do fenômeno investigado a partir de informações levantadas (GIL, 2008; TRIVINOS, 1987). Quanto aos procedimentos técnicos, contou com análise documental e estudo bibliográfico; a primeira intui desvelar percepções do fenômeno a partir de documentos (LUDKE; ANDRÉ, 1986), enquanto o estudo bibliográfico se caracteriza por ser realizado mediante consultas em livros e artigos, a fim de evidenciar a produção existente sobre determinado conhecimento, sendo importante destacar sua necessidade para realização de estudos históricos (MARCONI; LAKATOS, 2017; GIL, 2008).

A análise documental foi realizada com a intenção de verificar a abordagem da sexualidade existente nas LCB oferecidas nas universidades federais brasileiras, sendo analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da LCB disponibilizadas no site do e-MEC. Essa consulta identificou 123 cursos de LCB no país com categoria administrativa do ente federal/União. Os PPC foram consultados, sendo realizada uma busca em cada documento (por meio do comando Ctrl + F) usando como descritores as palavras “sexualidade” e “sexual”. Nessa etapa, testei como descritor o termo “diversidade”, mas foi desconsiderado, visto a sua abrangência (diversidade cultural, religiosa, linguística e étnica; educação inclusiva). Logo, decidi usar “sexual” e “sexualidade”, por serem termos guarda-chuva e dialogarem especificamente com o objeto da pesquisa.

Foram selecionados para análise os projetos em que esses termos estavam presentes no nome ou na ementa de um ou mais componentes curriculares. Após leitura e análise das ementas, eles foram classificados em Eixos Temáticos (Biologia e Saúde, Direitos Humanos, Conceitos Fundamentais, Histórico-Social e Educação), que indicam as diferentes abordagens da sexualidade. Dessa forma, foi possível caracterizar como a temática é abordada nos cursos de formação inicial de professores de Ciências e Biologia das

universidades federais brasileiras.

O estudo bibliográfico busca sistematizar e sintetizar a sexualidade no decorrer da história da humanidade. Para isso, usei obras de relevância reconhecida academicamente, como *Uma História da Sexualidade* (Sylvie Steinberg); *Sociologia da Sexualidade* (Michel Bozon); *História da Sexualidade* (Peter Stearns); *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (Guacira Lopes Louro); *Sexualidade e Educação: Aproximações Necessárias* (Paulo Rennes Marçal Ribeiro) e outros(as) autores(as) que o objeto demandou no decorrer da pesquisa. Os referenciais foram selecionados a partir das disciplinas cursadas na pós-graduação, com a aproximação do objeto pesquisado, bem como a prevalência dessas referências nas produções científicas da área (nos trabalhos identificados na revisão de literatura e na bibliografia dos componentes do PPC). Além disso, foram enfatizadas algumas representações sociais, como o casamento, a prostituição e as práticas homoeróticas[7] como elementos constitutivos da sexualidade, em cada contexto histórico.

Em linhas gerais, fiz a leitura e o fichamento das obras mencionadas no parágrafo anterior e de outras, em virtude da necessidade de complementarização. Posteriormente, sistematizei esse conhecimento seguindo a tradicional periodização histórica quadripartite, ou seja, Antiguidade, Medieval, Modernidade e Contemporaneidade. Após o exame de qualificação do mestrado, realizado em fevereiro de 2023, busquei as obras indicadas pela banca e reli os trechos de cada período histórico para deixá-los mais robustos, incluindo diferentes culturas para além da perspectiva eurocêntrica, enfatizando alguns elementos necessários para compreensão da sexualidade.

Esses elementos eu denominei de elementos constitutivos da sexualidade, que foram emergindo a partir das leituras e do processo de sistematização e síntese. A partir deles, foi possível identificar os sentidos atribuídos à sexualidade em cada contexto histórico. Como exemplo, há o casamento, a prostituição, a religião, a contracepção e as práticas homoeróticas. Eles são indispensáveis para a compreensão do movimento de construção da sexualidade, que vão mudar de acordo com a sociedade que os compartilham.

[7] Os termos “práticas homoeróticas” e “homoerotismo” foram usados como sinônimos para substituir o conceito de homossexualidade, tendo em vista que o último só foi criado na Contemporaneidade.

3. ABORDAGENS DA SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

O objetivo desta seção é apresentar um mapeamento da produção acadêmica que articula a formação inicial de professores de Ciências e Biologia com os estudos sobre a sexualidade, além de identificar os trabalhos com elementos conceituais que auxiliem no estudo sócio-histórico da sexualidade. Para tanto, realizei revisão de literatura e análise documental. A primeira utilizou a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com dois enfoques: o primeiro é estabelecer o panorama das produções científicas brasileiras que pesquisam os conhecimentos sobre sexualidade na LCB, e o segundo, identificar os trabalhos de cunho sócio-histórico que traçam o movimento de construção da sexualidade, a partir da análise dos objetivos, referenciais e instrumentos de coleta desses trabalhos. Já com a análise documental, identifiquei e analisei nos PPC a abordagem da sexualidade existente nas LCB oferecidas nas universidades federais brasileiras.

3.1 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura é o primeiro movimento de apreensão da aparência do objeto de pesquisa. O MHD, enquanto referencial teórico-metodológico, pressupõe o desenvolvimento de investigações que tenham a intenção de compreender a essência do objeto, ou seja, superar a sua aparência manifestada na realidade e desvelar o fenômeno por meio do entendimento do seu movimento de constituição, que pode ser representado por suas múltiplas determinações e contradições (KOSIK, 2011).

Essa aproximação inicial foi realizada por meio do banco de dados da BDTD, cujo enfoque foi mapear dissertações e teses que traziam articulação sobre a formação inicial de professores de Ciências e Biologia com os estudos sobre a sexualidade. Além disso, selecionei os trabalhos com abordagem sócio-histórica que demarcassem o movimento de construção da sexualidade que se alicerçam na Teoria Histórico-Cultural (THC). Em linhas gerais, a THC é uma concepção que parte do MHD ao apresentar uma visão de mundo alicerçada na realidade concreta, além de possuir o princípio dialético, ou seja, a contradição é o elemento singular das relações e a sua superação é o que move as mudanças na realidade. A historicidade também constitui essa concepção, ao passo que a história é vista como “o

movimento contraditório constante do fazer humano" (BOCK, 2001, p. 17), logo, possui como elementos essenciais para sua compreensão a dialética materialista.

Os descritores foram pesquisados no formato de busca avançada, considerando sua presença no título ou resumo dos trabalhos. Na primeira revisão, foi usada a combinação dos descritores "formação inicial" + "ciências biológicas" + "sexualidade". Essa consulta resultou em 43 trabalhos, sendo dois duplicados, mas apenas dez articulavam formação inicial e sexualidade; logo, não houve recorte temporal, isto é, foram considerados todos os trabalhos encontrados, independentemente do ano de publicação. A maior parte dos trabalhos descartados buscavam identificar as práticas pedagógicas sobre educação sexual desenvolvidas por professores egressos da LCB e atuantes na rede estadual e municipal de educação, isto é, estavam fora do critério de formação inicial/licenciando em Ciências Biológicas. Dos dez trabalhos em que foram identificados os descritores, nove são dissertações e apenas um é tese [8] (Quadro 1).

Quadro 1 - Trabalhos que relacionam sexualidade e formação inicial de professores de Ciências e Biologia

Ano	Título (Identificação)	Autoria	IES
2010	Metodologia da problematização como encaminhamento da temática sexualidade na escola: implicações para formação inicial de professores (D1)	Renata Lucas Lando	UEL
2015	Formação de educadores sexuais no curso de Ciências Biológicas da UEM: a concepção dos graduandos sobre a atuação do professor de Ciências e Biologia na educação sexual (D2)	Bruna Larissa Ramalho Diniz	UEM
2016	Formação inicial docente para a educação sexual: revelando realidades de licenciaturas em Ciências Biológicas (D3)	Samuel Godinho Mandim Oliveira	UNESP
2016	Contribuições para o processo de formação de professores em educação sexual (D4)	Paula Maria Trabuco Sousa	PUC-GO
2018	Entre silêncios e resistências: sentidos sobre gênero e sexualidade nas licenciaturas em Ciências Biológicas (D5)	Larissa Zanella	UFSC
2018	Os discursos de Gênero e Sexualidade na Formação de Professoras/es (D6)	Bruno Barbosa de Souza	UNIOESTE
2020	Educação sexual na formação docente em Ciências Biológicas: um estudo de caso (D7)	Giovanna Lopes Rey Peinado.	UNICAMP
2021	Construção colaborativa de sequências didáticas sobre HIV/AIDS: uma experiência de formação compartilhada no PIBID Ciências (D8)	Thayroni Bonniheki Gomes Souza	UFOP
2021	Formação de professores/as de Ciências e Biologia e o estágio supervisionado obrigatório: compreensões didático-pedagógicas de egressos/as (D9)	Kamila Weber Blasius	ÂNIMA
2021	Formação inicial docente em educação para sexualidade nos cursos de Ciências Biológicas no Mato Grosso do Sul (T1)	Cristiano Figueiredo dos Santos	UFMS

Fonte: autor da pesquisa (2023).

[8] Para identificar as pesquisas, foram atribuídas as letras D para dissertação e T para tese, seguidas por uma ordem numérica.

De modo geral, a prevalência dos objetivos desses estudos está pautada na identificação e análise da sexualidade dos licenciandos em Ciências Biológicas (D1, D2, D3, D6, D7, D8, D9 e T1), na compreensão da sexualidade presente no currículo/projeto pedagógico do curso de formação inicial (D5, D6, D7, T1) e nas leis e diretrizes educacionais (D4, D5). Previamente, essa constatação revela a ênfase dada em investigações de percepções tanto dos licenciandos quanto dos documentos curriculares; logo, a minha dissertação contribui ao propor outros olhares sobre a temática presente na literatura.

Como instrumentos de coleta/construção de dados, foram usados questionários, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e documentos curriculares. Em suma, essas informações evidenciam uma limitação em relação às semelhanças da forma e do conteúdo desses trabalhos. Em contrapartida, a minha pesquisa avança ao propor estudo bibliográfico com abordagem sócio-histórica da sexualidade, a qual almeja contribuir para a superação de perspectivas reducionistas nas LCB.

Outro detalhe desse escopo concerne ao referencial epistemológico dos estudos. Em cinco trabalhos, foram identificadas referências relacionadas à vertente pós-estruturalista[9] (D1, D2, D3, D5, D6). Em contraste, apenas três trabalhos evidenciaram explicitamente seu referencial teórico, sendo fenomenologia (D4), materialismo histórico-dialético (D9) e viés pós-crítico (T1). Outros dois estudos (D7, D8) não manifestaram esse aspecto no resumo, introdução e bibliografia. Essa ausência do referencial epistemológico pode indicar uma fragilidade desses estudos ao ponto de inibir uma "articulação robusta" entre o objeto de pesquisa e a realidade concreta (AVELAR, 2022).

Duas investigações (D1, D8) apresentaram propostas de intervenções caracterizadas pela construção de estratégias de ensino e sequências didáticas para auxiliar os futuros professores na regência da temática com aulas sobre *Transversalidade da Sexualidade e HIV/AIDS*. Outro ponto, essas pesquisas apontaram em seus resultados/conclusões o reconhecimento da importância dessa discussão na formação docente. Entretanto, os licenciandos participantes relataram a prevalência da abordagem biologicista no curso ao tratar da sexualidade, o que desencadeou insatisfação, bem como propiciou o reconhecimento de fragilidades conceituais e o despreparo para a discussão mais abrangente no campo profissional.

[9] Em linhas gerais, essa perspectiva parte da hierarquização da sociedade, que está organizada de acordo com a relações de poder entre os indivíduos, sendo essa característica determinante para a subjetivação das diferenças entre as identidades. Portanto, os significados inscritos nos corpos desses sujeitos refletem seu *status* de poder (FURLANI, 2005).

O segundo enfoque da revisão de literatura identificou os trabalhos que traçam o movimento de construção da sexualidade alicerçados na Teoria Histórico-Cultural. Para isso, usei a combinação de descritores “Teoria Histórico-Cultural” + “Sexualidade”, que resultou em 30 trabalhos, sendo quatro duplicados e apenas dois que abordaram diretamente com os descritores mencionados (Quadro 2). Novamente, não houve recorte temporal. As pesquisas desconsideradas versaram sobre as questões gerais de gênero e sexualidade, na literatura, no cinema, nos direitos reprodutivos e nos corpos com deficiências e a materialização de violências (abuso sexual e LGBTfobia).

Quadro 2 - Trabalhos que relacionam a teoria histórico-cultural e a sexualidade

Ano	Título (Identificação)	Autoria	IES
2012	Sexualidade humana em sua trajetória do biológico ao social: buscando uma compreensão a partir da psicologia histórico-cultural (D10)	Ana Carolina Peck do Amaral Mafra	UEM
2008	A teoria histórico-cultural do desenvolvimento como referencial para análise de um processo de ensino: a construção dos conceitos científicos em aulas de Ciências no estudo da sexualidade humana (T2)	Edson Schroeder	UFSC

Fonte: autor da pesquisa (2023).

No que tange às produções que articulam a THC com sexualidade, há discussão sobre os processos psicológicos envolvidos na apropriação dos conceitos sobre a sexualidade humana, mas, ainda assim, prevaleceu a abordagem biologicista com enfoque nos conceitos referentes às IST, ao planejamento familiar, ao sexo seguro e ao sistema reprodutor (T1). Em oposição, foi demarcada a unidade dialética entre os aspectos sociais e biológicos da sexualidade, presente nas fases de constituição e humanização do sujeito (D10). Nessa pesquisa, foi considerado o espectro das diferentes dimensões humanas para compreender a complexidade da sexualidade.

De modo geral, as pesquisas encontradas na BDTD mostram que a formação inicial de professores de Ciências e Biologia está pautada, majoritariamente, na identificação das compreensões dos licenciandos sobre a sexualidade, bem como se essa discussão está presente nos documentos curriculares das LCB. A partir dessa verificação, a minha dissertação avança ao propor a inserção de uma abordagem contextualizada da sexualidade na formação inicial desses docentes, com o fito de contribuir para a superação de perspectivas reducionistas como já detectadas nessas pesquisas. Logo, é legítima a relevância dessas investigações de percepção, no entanto, apenas desvelar essa realidade não é suficiente para uma formação abrangente e sistematizada sobre a temática.

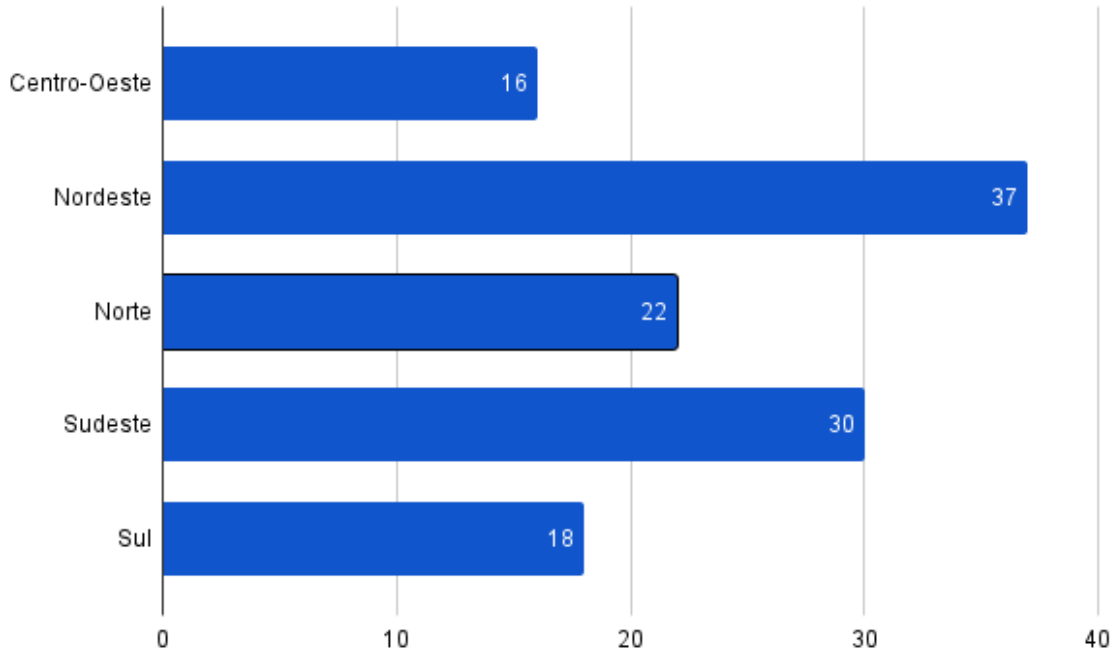
Esse quadro pode contribuir para a manutenção de uma formação docente excludente, fragilizada e que descontextualiza o sujeito das contradições, da totalidade e do processo histórico de humanização. Portanto, esta dissertação é uma alternativa para superar esse cenário de trabalhos de percepção e constatação da sexualidade.

3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL: PPC DAS LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

A partir da necessidade de conhecer qual abordagem sobre a sexualidade está presente nos cursos de formação de professores de Ciências e Biologia, esta seção contempla a análise do Projeto Pedagógico de Curso das LCB das universidades federais brasileiras.

Com a finalidade de obter a relação das LCB ativas, consultei o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, disponível no sistema eletrônico do Ministério da Educação (e-MEC), através do qual o governo federal regula e avalia os cursos superiores no Brasil (MEC, 2017b). A busca foi feita em dezembro de 2021, por meio dos filtros “cursos de graduação”, “grau em licenciatura em Ciências Biológicas”, “modalidades presencial e Educação a Distância” (EaD) e “curso ativo”. Esses filtros permitiram localizar 373 LCB distribuídas em institutos e universidades federais e estaduais. Tendo em vista a elevada quantidade de cursos ativos, fiz o recorte para os ofertados em universidades e que possuem como categoria administrativa o ente público federal. Essa escolha se justifica pela curiosidade investigativa e pela minha formação na mesma categoria. Logo, o *corpus* passou a ser composto por 123 graduações distribuídas em todo o território brasileiro, as quais foram organizadas de acordo com suas regiões, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição, por região, das LCB nas universidades federais



Fonte: autor da pesquisa (2023).

Com esse mapeamento inicial, observei a concentração das LCB nas regiões Nordeste e Sudeste, o que corrobora com os estudos organizados por Haddad (2006), o qual estabelece um panorama histórico da criação e implementação desse curso no Brasil, entre o período de 1991 a 2004. Nesse enredo, a autora evidencia os pioneiros nas diferentes regiões do país, sendo três cursos no Sudeste (USP/1934, UFRRJ/1943 e UFMG/1949), dois no Nordeste (UFPE e UFBA ambos em 1946) e apenas um no Centro-Oeste (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em 1959). Logo, é possível observar a manutenção dessa tendência na distribuição das LCB atualmente, as modificações sofridas no decorrer do tempo, como alteração do nome (Ciências Naturais) e influências nacionais e internacionais que moldaram a ênfase na formação desses professores, como a inserção num contexto neoliberal, a homologação de documentos educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

De posse do corpus, busquei o PPC. Para isso, consultei o site dos cursos em suas respectivas universidades, todavia, houve situações em que o documento não estava disponível. Então, enviei e-mail (acompanhado por uma carta explicando os motivos e a necessidade desse compartilhamento) à coordenação desses cursos. Destarte, 49 LCB foram notificadas na primeira quinzena de 2022, no entanto, apenas 36 retornaram enviando o PPC;

portanto, ocorreu o não cumprimento da Lei n. 12.527, de Acesso à Informação por essas IES, visto que ela legitima a transparência e o acesso aos documentos públicos (BRASIL, 2011). Assim sendo, no fim dessa etapa consegui 110 PPC dos 123 existentes, equivalente a 88,9% de documentos que foram analisados.

Posteriormente, realizei uma busca pelos termos “sexualidade” e “sexual”, recorrendo ao atalho de pesquisa do computador Ctrl + F, nos 110 PPC, e foram selecionados aqueles que apresentaram esses termos no nome do componente curricular ou na ementa. Feito isso, 38 PPC/cursos abordaram esse conhecimento, o qual era manifestado em disciplinas, Prática como Componente Curricular (PCC) e Projetos de Extensão. No Quadro 3, estão presentes informações sobre os cursos que mencionam a sexualidade no PPC, como a localização, a IES, a quantidade de LCB ofertadas em cada instituição e o ano de criação do documento analisado.

Quadro 3 - Licenciaturas em Ciências Biológicas que mencionam a temática da sexualidade no PPC

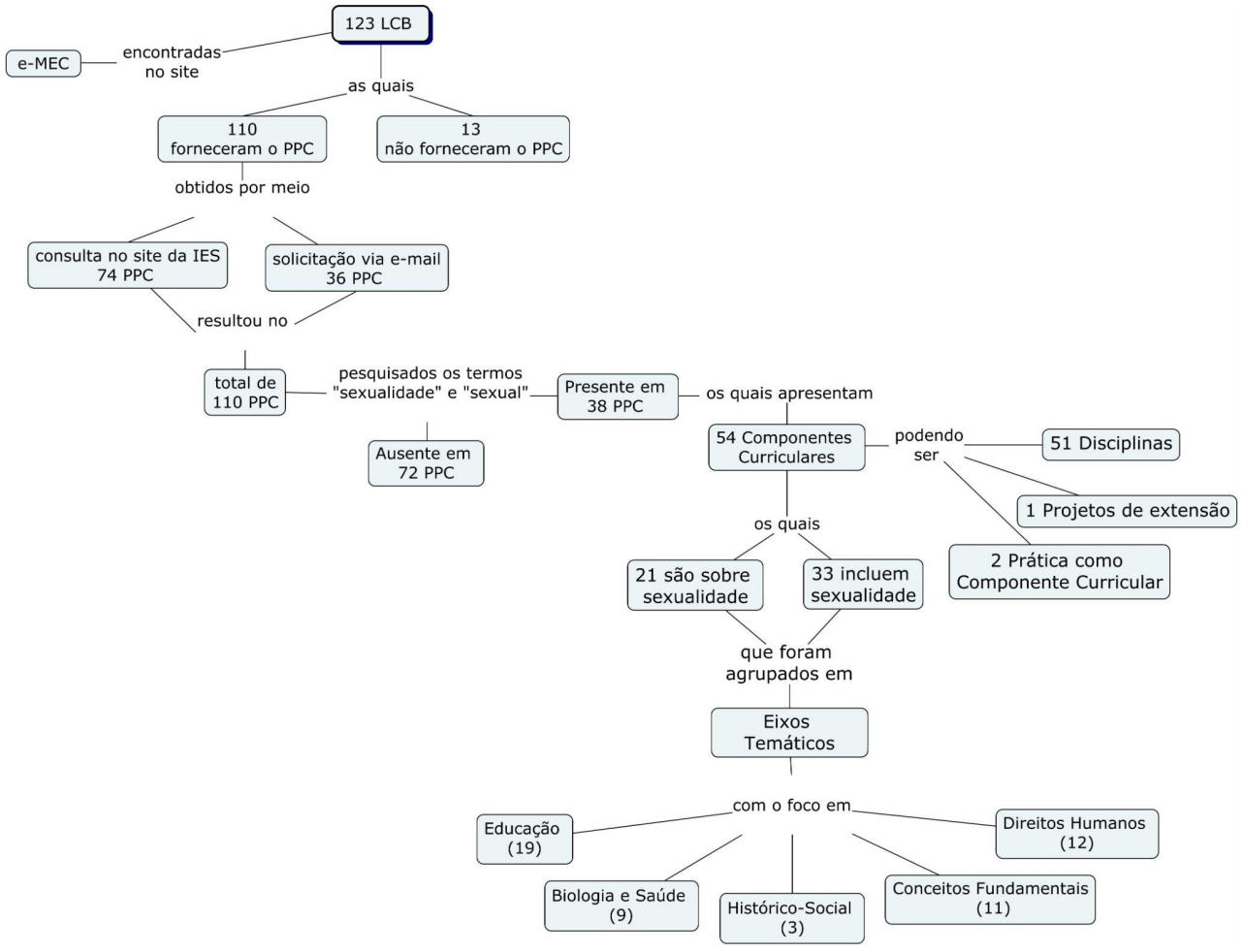
Região	IES - quantidade de cursos de LCB	Ano do PPC
Nordeste	Universidade Federal de Sergipe (UFS) - 2	2014/14
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - 1	2018
	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) - 1	2018
	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - 1	2018
	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - 1	2019
	Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - 1	2013
	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - 1	2018
	Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) - 1	2012
	Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) - 1	2016
	Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - 2	2018/19
	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) - 1	2018
Sudeste	Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC) - 1	2016
	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - 3	2007/08/10
	Universidade Federal de Lavras (UFLA) - 1	2020
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - 2	2018/18
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - 2	2019/20
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - 1	2021
	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - 2	2019/21
Sul	Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - 1	2013
	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - 1	2018
	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - 1	2019
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - 1	2018
	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - 1	2020
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - 3	2016/16/17
Norte	Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - 1	2013

Região	IES - quantidade de cursos de LCB	Ano do PPC
	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) - 1	2019
	Universidade Federal do Acre (UFAC) - 2	2017/17
Centro-Oeste	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - 1	2019

Fonte: autor da pesquisa (2023).

A partir desses dados, foram identificados 55 componentes curriculares, no entanto, um foi descartado pois sua ementa não foi encontrada, passando a fazer parte desta análise 54 componentes. Outro detalhe é que apenas 21 componentes curriculares são especificamente dos conhecimentos sobre a sexualidade, portanto, suponho que nos demais esse conhecimento não seria enfatizado, o que será discutido posteriormente. A seguir, em síntese, a Figura 1 esquematiza o caminho percorrido até o momento.

Figura 1 - Esquema do processo investigativo.



Fonte: autor da pesquisa (2023).

Na sequência, serão apresentadas as abordagens da sexualidade encontradas nos 54 componentes curriculares – podendo ser disciplinas, Projetos de Extensão ou Prática como Componente Curricular –, os quais foram classificados em cinco Eixos Temáticos: Educação (19 componentes), Direitos Humanos (12 componentes), Conceitos Fundamentais (11 componentes), Biologia e Saúde (9 componentes) e Histórico-Social (3 componentes).

3.3 EIXOS TEMÁTICOS

A partir da análise da ementa dos componentes curriculares, emergiu a necessidade de agrupar em Eixos Temáticos as diferentes abordagens da sexualidade contidas no PPC das LCB. Durante a leitura das ementas, percebi a existência de diversos enfoques, sendo realizadas marcações nos trechos que caracterizavam cada Eixo Temático. Foram identificados cinco eixos, que enfatizavam diferentes abordagens relacionadas à Educação, aos Direitos Humanos, aos Conceitos Fundamentais, à Biologia e Saúde e à perspectiva Histórico-Social da sexualidade.

3.3.1 Eixo Temático Educação

Esse eixo contempla todos os componentes curriculares cuja ementa[10] demarca a ênfase em assuntos relacionados à área da educação, como processos de ensino-aprendizagem, formação de professores, currículo, didática, tendências pedagógicas, articulação entre os componentes curriculares (multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade), diretrizes e parâmetros curriculares, políticas educacionais e modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena, Educação do Campo e Educação Quilombola). O eixo Educação reúne a maior parte dos componentes, cerca de 35%, conforme apresentado no Quadro 4, que dispõe de nome, carga horária e natureza de oferta (obrigatória e optativa).

Além disso, especifiquei a IES e o código da LCB cadastrado no e-MEC o que facilita a busca e identificação do curso, visto que, como observado no Quadro 10[11], uma mesma IES pode ofertar mais de uma LCB, consequentemente, pode haver alteração no campus de oferta, no turno e na carga horária, como ocorre na UFFS na Região Sul do país. Outro detalhe importante é a preponderância de cursos e disciplinas nas regiões Nordeste e Sudeste, o que

[10] As ementas de todos os componentes do Eixo Temático Educação estão no Apêndice B.
[11] O panorama completo das LCB com Sexualidade no PPC está presente no Apêndice A.

consoa com as discussões anteriores. No que diz respeito à natureza dos componentes, verifiquei que 85% são obrigatórias na formação desses professores, o que pode ser justificado pelo teor do eixo estar, intrinsecamente, relacionado com as especificidades das licenciaturas.

Quadro 4 - Componentes curriculares do Eixo Temático Educação

Região	Identificação	Dados dos componentes
Norte	UNIR (18363)	Atividades Integradoras 5 (60h - Optativa)
		Estágio de Docência I (100h - Obrigatória)
	UFAC (113703)	Ensino em Ciências (75h - Obrigatória)
Nordeste	UFRN (120887)	Tópicos Especiais em Ciências Biológicas (60h - Obrigatória)
	UNIVASF (1380817)	Educação para a Diversidade: pluralidade cultural (60h - Obrigatória)
	UFCG (99804)	Psicologia e Educação (60h - Obrigatória)
	UFMA (11426)	Educação Especial (60h - Obrigatória)
	UFAL (107436)	Desafios para o Ensino de Ciências e Biologia (54h - Obrigatória)
		Prática Pedagógica como Componente Curricular 3 (180h - Obrigatória)
Sudeste	UFABC (1102399)	Educação em Saúde e Sexualidade (36h - Optativa)
		Práticas de Ensino de Biologia III (36h - Obrigatória)
	UFLA (122662)	Projeto Integrador em Ciências Biológicas Licenciatura II (34h - Obrigatória)
	UFVJM (100900)	Aspectos Psicossociais dos Processos Educativos (45h - Obrigatória)
		Educação e Relações Étnico-Raciais (45h - Obrigatória)
	UFES (12812)	Tópicos Especiais no Ensino de Biologia (45h - Obrigatória)
Sul	UFFS (1152544)	Temas Contemporâneos e Educação (60h - Obrigatória)
		Estágio Curricular Supervisionado: Educação não Formal (105h - Obrigatória)
	UFFS (1152571)	Tópicos Contemporâneos em Educação (30h - Optativa)
	UFRGS (1484894)	Instrumentalização para o Ensino de Questões Étnicas e Raciais (45h - Obrigatória)

Fonte: autor da pesquisa (2023).

Embora estejam presentes os termos “sexualidade” e “sexual”, observei que a temática não é enfatizada nesses componentes curriculares, o que, supostamente, pode indicar a ausência dessa discussão, posto que a abrangência do conteúdo da ementa e a quantidade de assuntos listados podem deixar esse conhecimento em segundo plano[12]. Em suma, intitulei esse ato de “prática de inclusão por exigência”, ou seja, mencionam a presença da temática para cumprir, por exemplo, questões de avaliação e currículo no PPC das LCB. Nessa lógica, exemplifico a prática citada por meio da ementa:

> Discussão sobre as bases da educação especial no contexto da educação geral; destaque para a relação da sociedade com a diferença/deficiência; em que consiste a

[12] Essa questão será discutida nas Considerações Finais dos Componentes.

> educação especial, sua operacionalização nos diversos níveis e modalidades de ensino. A escola e a política de inclusão; adaptações curriculares e formação docente. As relações família/criança com deficiência; a questão da sexualidade e do lazer (Educação Especial - UFMA, 11426).

Ocorre a prevalência dos aspectos da Educação Especial, o que dialoga com o eixo no qual se insere, porém, sucede apenas a citação dos conhecimentos sobre a sexualidade no último período da ementa. Logo, a fim de refletir, considero a seguinte problematização: nesse contexto em que a sexualidade não é enfatizada, em diálogo com a possibilidade da não formação docente sobre ela, será que a ementa seria abordada na íntegra?

Nesse viés, outro exemplo sobre a abrangência dos conteúdos dispostos no componente, além da sobreposição da abordagem educacional que direciona os conhecimentos sobre a sexualidade, conforme a ementa a seguir:

> Saúde e Sexualidade como "descoberta, construção e busca", numa perspectiva bio-psico-socio-cultural. Papel da escola na promoção da saúde e no desenvolvimento da sexualidade humana. Perspectiva histórica e interdisciplinar das questões de saúde e sexualidade. Gênero e diversidade sexual. Produção de materiais didáticos envolvendo os temas saúde e sexualidade no contexto da escola básica e de espaços educativos não formais. Elaboração de projetos educativos para espaços escolares e/ou comunitários. Estudo sobre as violências das várias ordens que cercam a vida de alguns alunos e que interferem na saúde, nas relações e comportamentos sexuais. Desenvolvimento da sexualidade no ciclo vital (crianças, adolescentes, adultos e idosos) nos aspectos biológicos, emocionais e psicológicos. (Educação em Saúde e Sexualidade - UFABC, 1102399).

É perceptível a presença de outros eixos na ementa, o que pode ser exemplificado nos primeiros períodos com a presença da perspectiva ou do Eixo Temático Histórico-Social (visão histórica do desenvolvimento da sexualidade) e Conceitos Fundamentais da Sexualidade (gênero e diversidade sexual), além da Biologia e Saúde ilustrada no último período; no entanto, conforme mencionado anteriormente, o Eixo Temático Educação prevalece. Portanto, por mais que existam outras perspectivas na mesma ementa, há dominância do eixo Educação.

3.3.2 Eixo Temático Direitos Humanos

Esse eixo abrange os componentes curriculares que apresentam em suas ementas o foco sobre assuntos relacionados à igualdade, às políticas públicas, à ética, à democracia, à educação inclusiva, aos direitos reprodutivos e sexuais, ao multiculturalismo, aos aspectos sociológicos, psicológicos e geopolíticos, à cidadania e breve menção à temática da

sexualidade. Possui a segunda maior quantidade de componentes, 22%. Novamente, notei a presença da "prática de inclusão por exigência", o que pode ser justificado pela dimensão da ementa e as possíveis limitações de docentes ao lecionarem sobre os conteúdos. O Quadro 5 mostra um panorama desses componentes[13].

Quadro 5 - Componentes curriculares do Eixo Temático Direitos Humanos

Região	Identificação	Dados dos componentes
Norte	UNIFAP (1270468)	Fundamentos da Sociologia (60h - Obrigatória)
Nordeste	UFRPE (14512)	Introdução à Sociologia (60h - Optativa)
	UNILAB (1292765)	Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (60h - Obrigatória)
	UNIFAL (20122)	Reprodução, Gênero e Sexualidade na Educação (30h - Obrigatória)
Sudeste	UFSCar (96403)	Psicologia da Adolescência e Problemas Psicossociais (60h - Obrigatória)
	UFSCar (115096)	Psicologia da Adolescência e Problemas Psicossociais (30h - Obrigatória)
	UFSCar (115078)	Psicologia da Adolescência e Problemas Psicossociais (60h - Obrigatória)
	UFTM (114562)	Homem, Sociedade e Cultura (90h - Obrigatória)
	UFTM (1285018)	Psicologia, Educação e Contemporaneidade (30h - Obrigatória)
	UFES (12812)	Educação e Diversidade (60h - Obrigatória)
	UFES (1322126)	Educação e Diversidade (60h - Obrigatória)
Sul	UFFS (1152571)	Sexualidade e Diversidade (60h - Optativa)

Fonte: autor da pesquisa (2023).

Perante o exposto, a referida prática é ilustrada no componente *Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos*, ofertado pela UNILAB, cuja ementa versa sobre

> Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura afro-brasileira.

Decorre a vastidão de assuntos listados, que contemplam desde as práticas e os conflitos culturais dos falantes de língua portuguesa; os movimentos sociais (negros, indígenas, feministas); a sexualidade, e finaliza com outros desdobramentos relacionados aos Direitos Humanos. Transcorre o predomínio desse eixo nos componentes da Região Sudeste, o que pode ser justificável pelo expressivo ativismo político da comunidade LGBTQIAP+ em manifestações, como a Parada do Orgulho, em São Paulo. Assim sendo, a mobilização e manifestação da população dá força à causa, ao ponto de modificar as conjecturas em prol de

[13] As ementas de todos os componentes curriculares do Eixo Temático Direitos Humanos estão no Apêndice C.

uma sociedade que busca a equidade, o respeito e a valorização das diferenças. A ementa seguinte ilustra esses traços:

> Diversidade e diferença como constituintes da condição humana. Abordagens sobre a diversidade e a diferença no campo educacional. A escola inclusiva. Legislação, Políticas Públicas: gênero, deficiência, diversidade sexual, indígena, educação ambiental e outros. A formação de professores e a diversidade no espaço educacional (Educação e Diversidade - UFES, 1322126).

Consta, ainda, nessa ementa a necessidade de vivenciar a pluralidade nos mais distintos aspectos (identitários, étnicos, políticos), que é uma condição no processo de humanização dos sujeitos. Em consonância, a educação inclusiva, ao contemplar não apenas os sujeitos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento, mas também todos aqueles inseridos no espaço escolar, estimula o contato com essa diversidade, promovendo reflexões quanto ao respeito e à naturalização do ser diferente.

3.3.3 Eixo Temático Conceitos Fundamentais

Os componentes curriculares que abordam, majoritariamente, os conceitos gerais do conhecimento sobre a sexualidade, como corpo, gênero, sexo, identidade, orientações, Teoria *Queer*[14], movimentos feministas, LGBTfobia, masculinidades e feminilidades, erotismo e heteronormatividade foram organizados nesse eixo; assim, o foco desses componentes diz respeito à apresentação de definições. No Quadro 6, segue a prevalência da oferta nas IES do Nordeste do país, além de todos os componentes[15] demarcarem a temática no próprio nome, o que caracteriza um enfoque direcionado nas ementas e extingue a "prática de inclusão por exigência", ao proporcionar uma preocupação com a formação teórica e conceitual de futuros docentes. Contudo, menos da metade deles não são obrigatórios na formação inicial desses professores.

---

[14] Butler (2002), uma das precursoras dos estudos da Teoria *Queer*, ressignificou o termo pejorativo, que de acordo com Louro (2004) significa "ridículo, estranho e excêntrico", para designar um estilo de vida contra-hegemônico, no qual as identidades e orientações desviantes da heteronormatividade seriam agrupadas à margem da sociedade. Portanto, *queer* não é gênero, nem orientação sexual; pode ser entendido como um movimento, um termo guarda-chuva usado por aqueles não contemplados na sigla LGBTQIAP+. Ressalto que tenho conhecimento que essa perspectiva difere da base teórico-metodológica adotada nesta pesquisa; novamente, o intuito dessas notas é trazer definições e fazer indicações de leituras complementares.

[15] As ementas de todos os componentes do Eixo Conceitos Fundamentais estão no Apêndice D.

Quadro 6 - Componentes curriculares do Eixo Temático Conceitos Fundamentais

Região	Identificação	Dados dos componentes
Nordeste	UFAL (1288838)	Projetos de Extensão em Educação Sexual e Sexualidade (54h - Obrigatória)
	UFOB (99026)	Diversidade, Gênero e Sexualidade na Escola (45h - Optativa)
	UNIFAL (20122)	Gênero e sexualidade na educação EaD (60h - Optativa)
	UFS (95037)	Corpo, Gênero e Sexualidade (60h - Obrigatória)
		Sexualidade Humana (60h - Optativa)
	UFS (327)	Corpo, Gênero e Sexualidade (60h - Obrigatória)
		Sexualidade Humana (60h - Optativa)
Sudeste	UFU (115872)	Corpo, Gênero e Sexualidade (60h - Obrigatória)
	UFSCar (96403)	Gênero, Sociedade e Políticas Públicas (30h - Optativa)
Sul	UTFPR (1151549)	Sexualidade (60h - Optativa)
	UFPEL (113735)	Corpos, gêneros e sexualidades (51h - Optativa)

Fonte: autor da pesquisa (2023).

Além disso, é possível trabalhar a temática para além das disciplinas, como o caso da *Educação Sexual e Sexualidade* (UFAL, 1288838), que insere esse conhecimento no formato de Projetos de Extensão. De acordo com a ementa dessa atividade "conceitos e aspectos legais para promoção da educação sexual em espaços formais e não-formais de educação [...] Universidade e Comunidade na promoção da Educação Sexual e Sexualidade", sobrevém a importância dada a esse conhecimento para além da universidade, de modo que seja compartilhado e discutido na comunidade, extrapolando os contextos formais/escolares. Outro componente que indica as características gerais desse eixo é a disciplina da UFS.

> Corpo, gênero e sexualidade na perspectiva multicultural e dos direitos humanos. Conceitos chave: heteronormatividade, masculinidades e feminilidades, diversidade sexual, desenvolvimento psicossexual, relações de poder e hierarquias de gênero, preconceito, discriminação e violências. Pluralidade cultural (Corpo, Gênero e Sexualidade - UFS, 327).

Tais constatações reafirmam o enfoque da abordagem ao priorizar os conceitos gerais que circundam a sexualidade. Ainda que no primeiro período da ementa prevalece o eixo em Direitos Humanos, é perceptível a ocorrência de discussões fundamentais no restante dela, ou seja, acredito no potencial dessa perspectiva ao incitar a apropriação desses termos, essenciais para uma práxis que acolha todos os sujeitos.

3.3.4 Eixo Temático Biologia e Saúde

Esse eixo centraliza os componentes que apresentam a prevalência de assuntos relacionados à anatofisiologia dos órgãos reprodutores, aos métodos contraceptivos, às questões sobre o aborto, à gravidez na adolescência, à IST, às práticas higienicistas e preventivas, ao papel do Sistema Único de Saúde (SUS) e aos aspectos gerais da saúde mental e depressão em suas ementas. No Quadro 7, estão listados esses componentes[16].

Quadro 7 - Componentes curriculares do Eixo Temático Biologia e Saúde

Região	Identificação	Dados dos componentes
Norte	UFAC (11543)	Projeto de Extensão em Saúde e Educação Sexual (60h - Obrigatória)
Nordeste	UFRN (120887)	Reprodução Humana (60h - Obrigatória)
		Conceitos em Reprodução Aplicados ao Ensino de Ciências e Biologia (60h - Optativa)
	UNILAB (1292765)	Educação em Saúde (45h - Obrigatória)
	UFR (32)	Prática de Ensino em Programa de Saúde (64h - Obrigatória)
Sudeste	UFTM (114562)	Educação para a Sexualidade – Faces e Interfaces na Formação do Professor (60h - Optativa)
Sul	UNIPAMPA (123411)	Biologia e Sociedade (60h - Obrigatória)
	UTFPR (1400718)	Educação para a Prevenção (30h- Optativa)
	UTFPR (1270469)	Saúde e Sexualidade (30h - Obrigatória)

Fonte: autor da pesquisa (2023).

Por meio dessas informações, notei a prevalência de componentes obrigatórios, o que seria um avanço se não fosse pelo reducionismo dessa abordagem, visto que os conhecimentos sobre a sexualidade são complexos e envolvem outras dimensões (cultural, social e histórica, por exemplo). Nesse imaginário, a ementa exemplifica essa restrição ao focar em "Saúde, higiene e saneamento. Principais doenças e prevenção. Relação saúde-doença. Doenças sexualmente transmissíveis. Saúde pública. Sexo e sexualidade. Saúde e gravidez. Saúde mental e depressão (Saúde e Sexualidade – UTFPR, 1270469)". Por mais que essa abordagem seja necessária, ela somente é insuficiente para promover reflexões e outras condutas comportamentais, mobilizando os sujeitos de forma consciente sobre possíveis desdobramentos da temática, como marginalização e violência aos não cis-heterossexuais e o feminicídio.

Em se tratando de alternativas para inclusão da sexualidade nas LCB, a UFAC oferece o *Projeto de Extensão em Saúde e Educação Sexual,* o qual se configura como mais uma

[16] As ementas de todos os componentes curriculares do Eixo Temático Biologia e Saúde estão no Apêndice E.

possibilidade formativa, bem como um avanço na legitimação da temática em espaços acadêmicos. Sua ementa contempla

> Desenvolver programa ou projeto de extensão abordando temas como: A história da Sexualidade Humana. Sexualidade e Saúde global. As Dimensões da Sexualidade Humana. Manifestações da Sexualidade nas diversas fases da vida. O comportamento sexual e as mudanças biológicas relativas ao sexo. Gênero e Comportamento sexual. Reprodução na Adolescência. Sexualidade e Drogas na Adolescência. Sexualidade na Deficiência Mental. A Educação Sexual. Doenças Sexualmente Transmissíveis e Prevenção. Planejamento Familiar e Métodos Contraceptivos (Projeto de Extensão em Saúde e Educação Sexual - UFAC, 11543).

Apesar da primazia do eixo Biologia e Saúde no trecho acima, é possível observar outras abordagens, o que amplia a dimensão da temática e reafirma sua necessidade de estar presente no processo formativo, visto que a sexualidade é um espectro inerente ao ser humano. Desse modo, embora não haja garantias, o acesso a essas discussões pode embasar teoricamente futuros docentes, auxiliando-os em situações corriqueiras dentro do espaço de atuação profissional que tenham como postura barrar qualquer tipo de violência.

3.3.5 Eixo Temático Histórico-Social

O eixo contempla as ementas que apresentam uma abordagem sócio-histórica, caracterizada por elementos que refletem o movimento de construção e desenvolvimento da sexualidade. Esse enfoque é o que considero ser mais recomendado, pois pode subsidiar outras práticas em educação para sexualidade, por meio da contextualização desse conhecimento e a ênfase dada aos fatores históricos, sociais e culturais de cada tempo e ao espaço da história da humanidade. Apesar dessa relevância, ele reúne apenas 6% do total de componentes curriculares.

Esse eixo apresenta potencial para a formação de professores ao considerar a dinâmica construtiva desse conhecimento em cada enredo histórico e, desse modo, possibilita a desnaturalização de percepções eivadas de preconceito e equívocos conceituais, evidenciando que o “natural”, a heteronormatividade, não passa de uma construção sócio-histórica e específica de determinado contexto temporal. Como indica o Quadro 8, outro fator é a não obrigatoriedade desses componentes, o que pode contribuir para redução desse conhecimento no processo formativo de futuros professores de Ciências e Biologia.

Quadro 8 - Componentes curriculares do Eixo Temático Histórico-Social

Região	Identificação	Dados dos componentes
Norte	UFAC (11543)	Sexualidade e Desenvolvimento humano (45h - Optativa)
Nordeste	UNIFAL (20122)	Gênero e sexualidade: feminismos, *queer* e masculinidades (30h - Optativa)
Centro - Oeste	UFMS (18381)	Corpo & Sexualidade, Educação & Equidade de Gênero (68h - Optativa)

Fonte: autor da pesquisa (2023).

A carência dessa abordagem e a necessidade dessa formação podem trazer várias lacunas e fragilidades, o que é ilustrado pela ementa de um dos componentes listados:

> A disciplina irá tratar da construção do conceito de gênero e de sexualidade ao longo da história, inserindo aí os debates e conflitos em torno de demandas sociais pela identidade sexual e de gênero e as diferentes concepções de feminismo, teoria *queer* e masculinidades na produção acadêmica atual (Gênero e sexualidade: feminismos, *queer* e masculinidades - UNIFAL, 2012).

Portanto, há relevância dessa abordagem ao tratar do movimento de construção desse conhecimento sistematizado, sem desconsiderar as influências históricas, os diferentes contextos sociais e as pressões das instituições que contribuem para a moldagem das identidades dos sujeitos. A apropriação dessa lógica permite um ensino que valorize as diversas dimensões humanas, sendo uma alternativa para a promoção do respeito e da inclusão.

Defendo que seja fundamental a necessidade das Coordenadorias de Curso, juntamente aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), repensarem sobre a inclusão permanente do componente que aborda a sexualidade no PPC, visto que na LCB da Universidade Federal de Goiás, por exemplo, mesmo com a oferta da disciplina *Gênero, Sexualidade e Educação,* não foi identificada e selecionada, pois o seu nome cadastrado é *Tópicos em Biologia*[17]. Essa situação pode dificultar o mapeamento dessa discussão nos cursos de graduação, como nesse caso. Além disso, é necessário rever a pessoalização dos componentes, isto é, o fato de serem ministrados pelos mesmos professores, sem alternâncias, logo, pensar a formação continuada dos docentes universitários é indispensável, a fim de garantir a permanência e periodicidade da oferta.

É legítimo demarcar os avanços da inserção de discussões sobre a sexualidade na formação inicial de professores a partir da Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015. Essa resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) alicerçadas na

[17] A proposta dessa disciplina é permitir aos docentes a oferta de temáticas exclusivas de seu interesse e que dialoguem com as necessidades do curso, sem precisar criar uma disciplina, o que exigiria o enfrentamento de inúmeras burocracias.

educação inclusiva, na diversidade, nos direitos humanos e no reconhecimento do espaço escolar como ambiente de formação identitária e valorização das diferenças (BRASIL, 2015). Desse modo, representa um avanço da resolução anterior, CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002, com uma perspectiva generalista e pragmática (CARDOSO *et al*., 2019).

Outro documento educacional de caráter normativo que orienta a atuação do professor na educação básica é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual define o "conjunto orgânico e progressivo das aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica" (BRASIL, 2018, p. 7). Demarca como objeto de conhecimento do 8° ano o conteúdo sobre sexualidade e estabelece que o docente deve evidenciar as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). Em contradição, ainda prevalece uma perspectiva reducionista nessa etapa da educação básica, com foco na abordagem biologicista (SOUZA; DORNELLES; MEYER, 2021). Logo, esse exemplo ilustra a exigência desse conhecimento, bem como a relevância do domínio conceitual em suas diversas abordagens.

Com a implementação da BNCC, o MEC, novamente, colocou em pauta a discussão dos conhecimentos sobre a sexualidade na formação inicial de professores e, posteriormente, houve a revogação das diretrizes de 2015 pela BNCC. Além disso, em virtude da bancada conservadora do Congresso, foi retirado da Base o termo "gênero", inclusive da área de Língua Portuguesa, com os gêneros textuais, o que representa um significativo retrocesso para educação escolar inclusiva, bem como para as políticas públicas de formação docente que abordam a diversidade da sexualidade e de gênero (ARAÚJO, 2022; SOARES; SANTOS; PEREIRA, 2018).

Por conseguinte, além da legitimação do conhecimento sobre a sexualidade na BNCC, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são diretrizes que norteiam o trabalho docente e estabelecem a Transversalidade do Tema Orientação Sexual na educação básica. Logo, mais um documento evidencia a necessidade da discussão sobre sexualidade na formação inicial de professores em suas diferentes abordagens.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS COMPONENTES CURRICULARES

À luz do mapeamento realizado na BDTD e dos eixos temáticos identificados a partir das ementas nos PPC, é possível caracterizar como a sexualidade está presente nas LCB. Nesse contexto, quantitativamente, o eixo predominante referente ao total de 54 disciplinas foi Educação, presente em 19 componentes curriculares. Em seguida, Direitos Humanos em 12, Conceitos Fundamentais em 11, Biologia e Saúde em 9 e, por fim, Histórico-Social em 3 ementas. Portanto, posso afirmar que, inicialmente, a abordagem dominante nesses componentes curriculares conduz a temática vinculada ao campo educacional.

Sob outra lente, é importante observar a natureza dos componentes e a dominância do eixo. Dos 54 componentes curriculares, existem 36 obrigatórios, com ênfase ao eixo Educação (16), e em menor quantidade, o eixo Conceitos Fundamentais (quatro) e Histórico-Social (zero). A partir disso, identifiquei padrões, como no eixo Histórico-Social, que agrupa apenas disciplinas optativas e demarcam a sexualidade explicitamente no nome dos componentes. Em oposição, os eixos Educação e Direitos Humanos são os que menos demarcaram "sexualidade" ou "sexual" em seu nome, o que pode demonstrar menor ênfase dada à temática sexualidade. Em relação às optativas, há 18 componentes curriculares, cuja prevalência são Conceitos Fundamentais em Sexualidade (sete) e com menor presença o eixo Direitos Humanos (duas).

Outro aspecto relevante em relação aos componentes curriculares sobre a sexualidade que delimitam a temática em seu nome é a possível redução da "prática de inclusão por exigência", como discutida anteriormente. Nesse sentido, passam de 54 para 21 componentes curriculares que possuem "sexualidade" ou "sexual" já em seu nome. O Quadro 9 apresenta esses dados e mostra um novo panorama da predominância dos eixos sobre as abordagens da sexualidade nas LCB.

Quadro 9 - Componentes curriculares cujo tema central é sexualidade

Identificação	Componente curricular	Eixo Temático
UFMS (18381)	Corpo & Sexualidade, Educação & Equidade de Gênero (68h - Optativa)	Histórico-Social
UNIFAL (20122)	Gênero e sexualidade: feminismos, *queer* e masculinidades (30h - Optativa)	
UFAC (11543)	Sexualidade e Desenvolvimento humano (45h - Optativa)	
	Projeto de Extensão em Saúde e Educação Sexual (60h - Obrigatória)	Biologia e Saúde
UFTM (114562)	Educação para a Sexualidade - Faces e Interfaces na Formação do Professor (60h - Optativa)	

Identificação	Componente curricular	Eixo Temático
UTFPR (1270469)	Saúde e Sexualidade (30h - Obrigatória)	
UNIFAL (20122)	Reprodução, Gênero e Sexualidade na Educação (30h - Obrigatória)	Direitos Humanos
UFFS (1152571)	Sexualidade e Diversidade (60h - Optativa)	
UNIVASF (1380817)	Educação para a Diversidade: pluralidade cultural (60h - Obrigatória)	Educação
UFABC (1102399)	Educação em Saúde e Sexualidade (36h - Optativa)	
UFS (327)	Corpo, Gênero e Sexualidade (60h - Obrigatória)	Conceitos Fundamentais
	Sexualidade Humana (60h - Optativa)	
UFS (95037)	Corpo, Gênero e Sexualidade (60h - Obrigatória)	
	Sexualidade Humana (60h - Optativa)	
UFOB (99026)	Diversidade, Gênero e Sexualidade na Escola (45h - Optativa)	
UFAL (1288838)	Projeto de Extensão em Educação Sexual e Sexualidade (54h - Obrigatória)	
UNIFAL (20122)	Gênero e sexualidade na educação EaD (60h - Optativa)	
UFSCar (964030)	Gênero, Sociedade e Políticas Públicas (30h - Optativa)	
UFU (115872)	Corpo, Gênero e Sexualidade (60h - Obrigatória)	
UFPEL (113735)	Corpos, gêneros e sexualidades (51h - Optativa)	
UTFPR (1151549)	Sexualidade (60h - Optativa)	

Fonte: autor da pesquisa (2023).

Ocorre a dominância do eixo Conceitos Fundamentais, o qual agrupa mais de 52% desses componentes, o que difere da análise inicial com a inclusão de todos os 54 – independentemente da presença de “sexualidade” ou “sexual” no nome do componente – visto que prevalecia o foco do eixo Educação. Essa nova percepção, ao possibilitar a carência ou inexistência da “prática de inclusão por exigência”, revela abordagens mais fiéis à realidade das LCB. Apesar das limitações ao guiar a sexualidade sob apenas um Eixo Temático, defendo que as disciplinas do Quadro 9 serão enriquecedoras na formação desses professores.

Partindo do pressuposto que o mencionado na ementa será contemplado em sala de aula de modo integral, ainda assim não se pode descartar a ocorrência da “prática de inclusão por exigência”. Como dito anteriormente, em virtude da abrangência dos direcionamentos da ementa, por mais que alguns componentes curriculares citem a inserção da sexualidade, na prática, isso pode não ocorrer, pois o docente talvez não tenha formação específica ou tempo hábil para efetivar esse conhecimento durante a disciplina. Portanto, ressalto que essa questão deve ser combatida, seja pela limitação e objetividade dos componentes após reelaboração das ementas, ou pela criação de componentes curriculares específicos sobre a sexualidade, como os mostrados no Quadro 9.

Outra análise possível diz respeito à sua natureza de oferta, o que corresponde a 62% de optativas. Esse cenário pode propiciar fragilidades da temática nas LCB ao não garantir a

regularidade dos componentes e a matrícula de todo corpo discente. Por consequência, a coordenação de cada curso e seu NDE devem repensar sobre esses pontos, bem como ampliar os espaços de discussões sobre o conhecimento da sexualidade, não só nos Projetos de Extensão e na Prática como Componente Curricular – já realizado por algumas IES –, mas também em programas institucionais para desenvolvimento e aprimoramento docente, como o PIBID e o PRP.

Além disso, por mais que a oferta como optativa não seja a ideal, frente à defesa da relevância desses estudos, defendo sua importância na formação desses profissionais. As questões políticas, ideológicas e pressões de carga horária direcionam a escolha dos componentes curriculares obrigatórios, que por sua vez versam sobre o tipo de professor que se deseja formar. Em consonância, disciplinas clássicas da LCB, como Anatomia e Zoologia, não têm sua presença questionada na grade curricular, ao contrário do que acontece com Sexualidade Humana, por exemplo. Portanto, essa questão deve ser problematizada e inserida nos fóruns de licenciaturas das universidades, a fim de refletir sobre uma formação que privilegia saberes específicos biológicos, em detrimento de saberes abrangentes, inclusivos e necessários para construção de uma sociedade democrática e respeitosa frente à diversidade de corpos.

4. ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DA SEXUALIDADE

Nesta seção, identifico as relações entre os contextos sócio-históricos e os elementos constitutivos da sexualidade. Inicialmente, destaco a ênfase dada em alguns elementos que emergiram a partir das leituras e do processo de sistematização e síntese, como o casamento, a prostituição, a religião, a contracepção e as práticas homoeróticas. Eles são capazes de materializar, por exemplo, os fins das práticas sexuais e as relações hierárquicas e morais que foram estabelecidas socialmente, pontos essenciais para compreensão da totalidade desse fenômeno. Portanto, corroboro os estudos de Figueiró (2006, p. 02) nessa perspectiva abrangente, em que a sexualidade "inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Inclui também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual".

Como forma de apresentar esse movimento, foi usada a tradicional periodização da história humana para sistematizar os avanços, os retrocessos e as contradições relacionadas à sexualidade e que tange ao sexo e às práticas sexuais manifestadas nesses diferentes tempos e espaços. Ressalto que tenho ciência e compartilho das críticas sobre essa periodização, como sendo eurocêntrica e excludente ao se embasar apenas nos acontecimentos ocorridos no continente europeu (VICENTINO; DORIGO, 2010). A fim de contornar essa exclusão, busquei, em artigos, dissertações e teses, registros de povos e culturas asiáticas, africanas e americanas, mas demarco a dificuldade em encontrar esses estudos, além da limitação do tempo disponível para realização no mestrado. Portanto, por mais que não compactue com essa exclusão, essa retomada sócio-histórica se pauta em documentos e estudos aos quais tive acesso.

Durante esse movimento de retomada sócio-histórica, no qual foram realizadas leituras e sínteses, outra dificuldade foi a localização de referências alicerçadas no MHD, referencial teórico-metodológico adotado nesta pesquisa. Novamente, a escolha desse referencial se justifica com a aproximação e a familiaridade durante a graduação; ademais, vai além do meio acadêmico, é uma forma de conceber o mundo e as relações sociais que se estabelecem nele. Destarte, independentemente da base teórica, foram pinçadas as particularidades essenciais para o entendimento da historicidade e das contradições, a fim de se ter compreensão da totalidade desse fenômeno que é a sexualidade.

A partir dessa abordagem sócio-histórica da sexualidade, será possível refletir sobre a formação de professores de Ciências e Biologia que supere perspectivas reducionistas. Silva

(2009) demarca que essa discussão fica a cargo, majoritariamente, dos professores de Ciências e Biologia, em virtude do pressuposto de que eles possuem arcabouço conceitual necessário para essa discussão na educação básica. No entanto, a literatura (SAYÃO, 1997) e as seções seguintes deste estudo demonstram que as LCB possuem limitações quanto às dimensões abordadas na formação inicial docente. Por conseguinte, as reflexões realizadas são tentativas de sinalizar mudanças necessárias no PPC das LCB, bem como reforçar a importância de uma formação continuada para os professores egressos, como a participação em grupo de estudos (DESIDÉRIO, 2014) e cursos de extensão sobre as diversas esferas da sexualidade.

4.1 A SEXUALIDADE NA PRÉ-HISTÓRIA

Esse contexto histórico envolve milhares de anos e é considerado o mais extenso da história da humanidade, periodizado com o desenvolvimento dos hominídeos até a invenção da escrita (VICENTINO; DORIGO, 2010). Apresenta como subdivisões a Idade da Pedra Lascada, ou Paleolítico, e a Idade da Pedra Polida, ou Neolítico. A arte rupestre (Figura 2), que se caracteriza pelas pinturas nas paredes de cavernas, representa os primeiros registros da sexualidade no Paleolítico. De acordo com Pereira (2008, p. 05), “a partir da arte rupestre, foram registradas ocorrências de condutas sexuais datadas de mais de 22 mil anos, apontando semelhanças do ato sexual humano com o comportamento dos demais animais”.

Figura 2 - Representações da sexualidade na arte rupestre

Fonte: Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí - Brasil *apud* Justamand *et al*., 2017, p. 286.

A figura acima ilustra a prática sexual entre adultos na presença de crianças, representadas por indivíduos em diferentes tamanhos e proporções. Além disso, a Idade da Pedra Lascada é considerada como matriarcal, tendo como líderes mulheres que atuavam nas mais variadas atividades, exercendo papel relevante para sobrevivência e manutenção da comunidade (BRAZ; BARROS, 2019). Nunes (1997) enfatiza que o trabalho colaborativo e constante das mulheres possibilitou o desenvolvimento de civilizações nas Américas, África e Oceania, em consonância com o papel fundamental do matriarcalismo. Reed (2008, p. 97-98) complementa que

> [...] o resultado mais importante das atividades femininas foi a fundação e a consolidação do primeiro grande coletivo humano. A vida coletiva e o trabalho, substituindo o individualismo animal, abriram um abismo intransponível entre a sociedade humana e os animais. Tornaram possível a primeira grande conquista da humanidade, a domesticação dos animais. Através destas experiências as mulheres se converteram nas primeiras trabalhadoras e lavradoras, nas primeiras cientistas, doutoras, arquitetas, engenheiras; as primeiras professoras, educadoras e artistas, e transmitiram a herança social e cultural. As famílias que surgiram não eram simplesmente cozinhas coletivas ou salas de cozinhar, mas eram também as primeiras fábricas, os primeiros laboratórios científicos, centros médicos, escolas e centros culturais e sociais. O poder e o prestígio feminino que surge das funções procriadoras, alcança seu ponto máximo com a primazia de suas atividades socialmente úteis.

Engels (1984) corrobora que, com a transição do nomadismo, presente no Paleolítico, para o sedentarismo, isto é, o estabelecimento de moradia fixa, o desenvolvimento da agricultura e a criação de animais no Neolítico, houve mudanças significativas na organização social e política dessas sociedades, refletindo também nas questões que concernem às vivências sobre a sexualidade. A exemplo, em virtude da ausência da caça, os homens passaram a exercer função de liderança e controle na comunidade nos âmbitos de defesa militar, no poder ideológico, na religião e na representação de deuses homens; enquanto as mulheres foram colocadas na posição de submissão (NUNES, 1997). Reed (2008, p. 101) tece uma relação entre esse enredo com o surgimento da sociedade em classes:

> As mesmas causas que levaram à emancipação do homem conduziram à queda do matriarcado e à escravização da mulher. No momento em que o homem se apropriou dos meios de produção, a mulher foi relegada exclusivamente a suas funções biológicas de mãe, e lhe foi negada toda forma de participação na vida social produtiva. Os homens tomaram as rédeas da sociedade e fundaram um novo sistema social a serviço de suas necessidades. Da destruição do matriarcado, nasceu a sociedade de classes.

Em síntese, os primeiros registros da sexualidade foram encontrados no formato de desenhos e representações feitas na parede das cavernas. As fontes mostram que era comum crianças presenciarem as práticas sexuais entre os adultos, o que possibilita supor que eram vistas como "miniadultos". Além disso, Engels (1984), Nunes (1997) e Reed (2008) demarcam a configuração matriarcal presente em algumas sociedades desse contexto histórico, enfatizando a relevante função social das mulheres como líderes que garantiram a sobrevivência da coletividade humana. Esse modelo com líderes femininas foi substituído pelo patriarcado, modelo de submissão das mulheres aos homens, no momento em que essas sociedades passaram a fixar moradia e a desenvolver a agricultura.

4.2 A SEXUALIDADE NA ANTIGUIDADE

Por convenção, o período histórico compreendido entre o desenvolvimento da escrita, 4 mil anos antes de Cristo (a.C.), e a queda do Império Romano do Ocidente, 476 depois de Cristo (d.C.), é entendido por Antiguidade (VICENTINO; DORIGO, 2010). Historicamente, a Antiguidade é organizada em Oriental, incluindo algumas civilizações como dos mesopotâmicos, dos egípcios e dos hebreus; e Ocidental ou Clássica, com gregos e romanos,

por conseguinte, exclui outras civilizações provindas dos continentes asiático, americano e africano.

As vivências sobre a sexualidade no Oriente Antigo eram representadas, majoritariamente, de modo intenso, por meio de rituais sexuais, oferendas e cultos presentes na realização de cerimônias a deusas da fertilidade (GONÇALVES, 2003). Gonçalves destaca a fonte desses registros, predominantemente, em poemas, lendas e cantigas. Na Mesopotâmia, Bouzon (1987) relata alguns registros de leis datadas no século XVIII a.C., o Código de Hamurábi. De modo geral, esse documento dispunha as consequências para crimes comerciais e domésticos, as quais são sintetizadas pela célebre passagem "olho por olho, dente por dente" (VICENTINO; DORIGO, 2010). O código deixa explícita a hierarquização social entre homens e mulheres, bem como a falta de direitos entre elas, o que, infelizmente, não é uma característica exclusiva desse contexto histórico. Além disso, Bouzon (1987, p. 139-154) destaca alguns artigos do Código de Hamurábi,

> §129 - Se a esposa de um awílum[18] foi surpreendida dormindo com um outro homem, eles os amarrarão e os lançarão na água; [...];
> § 142 - Se uma mulher tomou aversão ao seu esposo e disse-lhe: "Tu não terás relações comigo", seu caso será examinado em seu distrito. Se ela se guarda e não tem falta e o seu marido é um saidor e a despreza muito, essa mulher não tem culpa, ela tomará seu dote e irá para a casa de seu pai;
> § 143 - Se ela não se guarda, mas é uma saidora, dilapida sua casa e despreza o seu marido, lançarão essa mulher na água; [...];
> § 153 - Se a esposa de um awílum, por causa de um outro homem, fez matar o seu marido, essa mulher será empalada.

Outro povo pertencente à Antiguidade Oriental foi a sociedade egípcia. Encontrada no nordeste do continente africano por volta de 4 mil a.C. a 525 a.C., cultuava o politeísmo antropozoomórfico, ou seja, veneravam deuses com características humanas e de outros animais (VICENTINO; DORIGO, 2010). Esses deuses exerciam grande influência nas práticas sexuais e amorosas dessa civilização, mesmo colocados num plano superior e divino e dotados de poder e imortalidade, compartilhavam com os humanos o prazer do sexo e as virtudes (SILVA, 2013). As evidências históricas são encontradas em textos eróticos e imagens dispostas em papiros, figuras em artefatos (como vasos e sarcófagos) e esculturas. Na figura abaixo, foi registrado o momento da criação do mundo por meio do ato sexual entre os deuses Geb, com seu falo ereto e representando a terra, e Nut, sua irmã e esposa, formando um arco durante a origem da vida.

[18] Diz respeito ao estrato social mais abrangente da sociedade babilônica nesse contexto histórico, representado pelo homem livre e munido de direitos (BOUZON, 1987).

Figura 3 - A origem, Nut e Geb

Fonte: Papiro de Londres 10018, British Museum *apud* Silva, 2013, p. 152.

Alguns registros, como a Bíblia, mencionam sobre procedimentos para evitar a gravidez nesse contexto histórico. A sociedade egípcia praticava o coito interrompido; fazia uso de duchas de mel[19], que era misturada com cinzas e inserido na vagina; além de confeccionarem amuletos e preparos espermicidas à base de excrementos de crocodilos (ALMEIDA, 2010). Ademais, a cultura egípcia mesclava explicações míticas com conhecimentos científicos na justificativa dos eventos que sucederam sua civilização, como o desenvolvimento de doenças ser um castigo enviado pelos deuses; expressava alto desenvolvimento de técnicas e conhecimentos sobre anatomia, vistos na prática da circuncisão - recomendação da religião e por razões higienistas - e na mumificação (BBC, 2017).

Ainda no Oriente Antigo, os hebreus estavam situados na região da Palestina, atual Israel, por volta de 2 mil a.C. a 70 d.C. Diferente das outras civilizações desse contexto histórico, esse povo foi o primeiro a desenvolver o monoteísmo, ou seja, a crença em um único deus, bem como a estabelecer normas de condutas éticas entre os seguidores (VICENTINO; DORIGO, 2010). Esse código ético está presente no Antigo Testamento da Bíblia, sendo a sua principal fonte de informações, mesmo contendo passagens fantasiosas, de

[19] O mel tem propriedade antisséptica, logo, acreditavam que seu uso nas genitálias era capaz de interromper ou retardar a geração de outra vida.

acordo com linguistas e arqueólogos (VICENTINO; DORIGO, 2010). No que tange à sexualidade, Gonçalves (2003) expõe sua presença nos textos bíblicos, por meio de relatos que vão desde permissões a condenação de práticas sexuais, com preponderância a poemas eróticos entre gêneros opostos, como no Cântico dos Cânticos de Salomão.

> Os teus dois seios são como dois filhotes gêmeos de uma gazela pastando entre os lírios (Cânticos, 4, 5). Como são deliciosas as tuas carícias, minha irmã, minha esposa! Mais deliciosos que o vinho são teus amores, e o odor dos teus perfumes excede o de todos os aromas! Teus lábios, ó esposa, destilam o mel; há mel e leite sob a tua língua. O perfume de tuas vestes é como o perfume do Líbano. (Cânticos, 4, 10:11). Como são graciosos os teus pés nas tuas sandálias, filha de príncipe! A curva de teus quadris assemelha-se a um colar, obra de mãos de artista; teu umbigo é uma taça redonda, cheia de vinho perfumado; teu corpo é um monte de trigo cercado de lírios (Cânticos, 7, 11:12) (BÍBLIA, 2006, p. 1831-1841).

A tradição judaico-cristã influenciou decisivamente a organização e as relações sociais entre homens e mulheres, além de determinar as práticas sexuais incentivadas e reprimidas (CUNHA, 1981). De acordo com Braz e Barros (2019), por um lado os hebreus expressavam valor imensurável à família, pois ela permitia sua continuidade no passar das gerações. Por outro, o patriarcado guiava essas relações, ao passo do homem, por meio do sêmen sagrado, representar a própria vida, enquanto a mulher era um mero vaso a ser fecundado e propriedade inferiorizada do pai durante a infância e do marido no patrimônio (BRAZ; BARROS, 2019). Spitzner (2005, p. 21) descreve, brevemente, sobre a sexualidade nesse enredo:

> Os hebreus destinavam o sexo à procriação dos filhos, que era uma tarefa destinada por Deus. Feliz o homem cuja família era numerosa. Era sábio ter filhos, logo, a relação sexual tornava-se bem vista. O aborto era crime, pois evitando-se que um filho homem fosse trazido ao mundo, estaria sendo negado ao pai, o direito de sobreviver através do filho.

Em relação às sociedades antigas do Ocidente, elas possuem maior quantidade de registros históricos e antropológicos. A exemplo, Grécia e Roma apresentam culturas heterogêneas, que não são o foco deste estudo, mas expressam aspectos similares acerca da sexualidade. Em relação às fontes existentes, há prevalência de cantigas, obras artísticas, registros judiciais e manuscritos que carregam práticas discursivas sobre esse conhecimento (BOEHRINGER, 2021).

Numa tentativa de maior aproximação desse momento histórico, o termo "sexualidade", criação contemporânea, pode ser substituído pela ideia de éros, caracterizada, pelos gregos, por uma força ou divindade que invadia os apaixonados e românticos. Além

disso, os termos “homossexualidade” e “heterossexualidade” se desenvolveram na transição do século XVIII para o XIX, logo, é importante termos essa consciência ao estudar contextos no passado e, desse modo, saber usar os termos mais adequados (LETT, 2021).

Importante ressaltar que a configuração das sociedades clássicas é diferente das atuais, por exemplo, na Grécia, existiam os cidadãos livres com amplos direitos civis e seus escravos, que não possuíam liberdade sexual e nem direito ao casamento, mas podiam construir sua família, desde que mantivessem compromisso com o seu proprietário (BOZON, 2004). As práticas homoeróticas eram moralmente aceitas na Grécia, desde que fossem realizadas entre homens de diferentes níveis sociais, cidadãos livres com homens escravos; além disso, o escravo deveria ser penetrado, caso contrário, a passividade do homem livre era vista como fraqueza cívica, comprometendo sua aptidão para assumir cargos públicos (BOEHRINGER, 2021).

No campo filosófico grego, Platão e Aristóteles versavam sobre a sexualidade para além do ato em si. Para Platão, a amizade e a retórica entre homens tinham um valor imensurável, bem como o amor que, entre eles, era mais belo, perfeito e superior se comparado com a relação homem-mulher (CUNHA, 1981). Aristóteles, concordava com Platão sobre a inferioridade das mulheres e também acreditava que a amizade entre homens representava o maior exemplo de amor e era imprescindível para ser feliz (CUNHA, 1981). Portanto, esses autores compartilham a compreensão de que a hierarquização social seria natural, bem como desvencilham o amor da prática sexual, o que nos ajuda a compreender as nuances desse contexto a partir dessa radiografia social.

O homoerotismo entre cidadãos gregos mais velhos e mais novos era considerado como rito de passagem da juventude para a maioridade, em algumas regiões. Stearns (2019) relata um costume grego do século IV a.C., no qual políticos atenienses raptavam jovens que eram levados para fora da cidade e, durante esse período, eram submetidos a ensinamentos, sendo a virtude e a sabedoria dos mais velhos transmitidas aos mais jovens através de práticas sexuais. Posteriormente, os jovens retornavam às cidades aptos a assumirem funções públicas e desposar donzelas virgens.

Stearns (2019) indica que, para além desse rito de passagem, essas práticas também eram uma válvula de escape de divertimento dos homens maduros em matrimônio com mulheres. A figura abaixo, assim como pinturas em vasos e pratos, retrata isso ao mostrar jovens tendo relações com homens, considerados como padrinhos ou tutores. Essas práticas eram incentivadas pelos pais dos mais novos.

Figura 4 - Representação da prática iniciática grega entre homem adulto e jovem

Fonte: autor desconhecido, Ashmolean Museum Oxford (STEARNS, 2019).

Na sociedade romana, em contrapartida, a compreensão social sobre o homoerotismo não era consenso entre seus habitantes, estes acreditavam que essa prática era resultado das depravações gregas (STEARNS, 2019). A pederastia grega (práticas sexuais entre homens e jovens) era totalmente proibida na sociedade romana, ao ponto de ser considerada um ato contra o pudor e a honra do jovem e de sua família, portanto, deveria ser punida rigorosamente. Embora houvesse proibições, essas práticas ocorriam entre os cidadãos romanos que desejavam os mais novos e migravam para terras gregas, a fim de concretizar esse ato, como aponta Boehringer (2021, p. 64), "sexo e sexualidade são acima de tudo uma questão de cultura". Portanto, as diferentes vivências sobre a sexualidade representam essa diversidade de concepções e valores que singularizam os sujeitos em cada tempo e espaço histórico, como exemplificado nas práticas permitidas e repugnadas pelos gregos e romanos, evidenciando as múltiplas determinações e contradições desse fenômeno.

O filósofo romano Epictetus via a prática sexual entre homem-mulher como algo inerente à selvageria humana, logo, esse impulso natural deveria ser contido e controlado (CUNHA, 1981). Em oposição, outro célebre filósofo romano, Ovídio, defendia que a manifestação da sexualidade era algo a se contemplar e aperfeiçoar, ao ponto de cultivar e explorar todas as nuances do prazer proporcionado ao homem e à mulher (CUNHA, 1981). Por conseguinte, compreender essas diferentes percepções permite ampliar o horizonte das relações sociais difundidas e estabelecidas entre os distintos atores que compunham o contexto romano e, consequentemente, entender as vivências compartilhadas por esses grupos.

O casamento entre homens e mulheres, na Antiguidade Clássica, era baseado num contrato, numa aliança firmada entre suas famílias, cujo objetivo central era a transmissão dos bens materiais (propriedade privada) aos herdeiros legítimos (CAVICCHIOLI, 2014; ENGELS, 1984). Desse modo, o fim único da prática sexual conjugal era a procriação, o que direcionava a função social materna para o cuidado com a prole. Reed (2008, p. 150) demarca que a efetivação do matrimônio se dava após o pagamento do dote, realizado pelos pais da noiva para induzir os homens ao casamento. Nas entrelinhas,

> A mulher se converteu em propriedade do marido - junto com este dote: ficava obrigada a submeter seu corpo e seu cérebro, seu útero e seus serviços domésticos à disposição do marido. [...]. a mulher cedia o controle sobre seu corpo - também sobre sua mente - convertendo-se de "corpo e alma" em propriedade do marido, que tomava as decisões importantes e decidia tudo em seu nome, [...]. Estes aspectos colocam em evidência o fundamento econômico da instituição de onde se origina a degradação da mulher. Na Grécia antiga, como diz Engels, a mulher se convertia em um bem próprio ao marido, que a encerrava e guardava nas habitações destinadas às mulheres, dentro de sua casa particular, para que estivesse durante toda sua vida a seu serviço. Nesta situação, em que o útero da mulher tinha importância decisiva, evidentemente seu cérebro não podia ter peso algum. Como nos demonstra a história da sociedade de classes, a mente e o talento da mulher tiveram muitas poucas oportunidades de se desenvolverem.

Em consonância, Engels (1984, p. 67) acrescenta a ideia de monogamia exclusiva às mulheres, para legitimar a prole do marido:

> Quanto à mulher legítima, exige-se dela que tolere tudo isso e, por sua vez, guarde uma castidade e uma fidelidade conjugal rigorosas. É certo que a mulher grega da época he1óica é mais respeitada que a do período civilizado; todavia, para o homem, não passa, afinal de contas, da mãe de seus filhos legítimos, seus herdeiros, aquela que governa a casa e vigia as escravas — escravas que ele pode transformar (e transforma) em concubinas, à sua vontade, A existência da escravidão junto à monogamia, a presença de jovens e belas cativas que pertencem, de corpo e alma, ao homem, é o que imprime desde a origem um caráter específico à monogamia — que

> é monogamia só para a mulher, e não para o homem. E, na atualidade, conserva-se esse caráter.

Em diálogo com esses trechos e em decorrência do papel social de dominância dos homens, e consequente submissão das mulheres, as práticas extraconjugais, ou seja, a poligamia, eram permitidas aos homens, enquanto para as mulheres o sexo só deveria existir dentro do casamento, caso contrário, eram duramente punidas pela humilhação causada a sua família e ao seu marido (STEARNS, 2019).

Essa diferenciação entre homens e mulheres determinou diferentes possibilidades de acesso a prazeres sexuais, o que favoreceu a comercialização do sexo, sobretudo, para atender aos homens (STEARNS, 2019). Estes não eram mal vistos ao frequentar prostíbulos, desde que soubessem equilibrar o tempo e os gastos financeiros com o entretenimento. Nesse enredo patriarcal, foi criada uma cisão na concepção que se tinha sobre as mulheres, num extremo, as aptas ao casamento, ao estilo de vida respeitável e sob normas rígidas de fidelidade e, no outro, prostitutas que, considerando suas habilidades e clientes, conseguiam obter prestígio e certas liberdades, todavia, eram vistas como não merecedoras de respeito pela vida que levavam (BOEHRINGER, 2021).

4.3 A SEXUALIDADE NA IDADE MÉDIA

Ao pensar sobre a sexualidade nas sociedades ocidentais e medievais, é preciso considerar a institucionalização do cristianismo e uma ética reguladora desse fenômeno. As autoridades éticas daquele contexto histórico, os clérigos, disseminavam discursos em nome da fé para controle dos corpos e, por meio de mecanismos de vigilância, como a confissão nas igrejas, regulavam a vida moral de seus fiéis (LETT, 2021). Enquanto o clero combatia práticas “antinaturais”, alguns registros revelam práticas homoeróticas e pedófilas entre os padres; a fim de contornar esse cenário, eivado de contradições, foi realizado o Concílio de Trento em 1545, proibindo, por exemplo, que monges dormissem juntos e a prevalência de claridade durante a noite, com intuito de evitar que os clérigos invadissem quartos alheios (BRAZ; BARROS, 2019). Além disso,

> Sobretudo depois de Trento a sexualidade popular é fortemente enquadrada sob o modelo de condenação no inferno. A figura do inferno é sempre temerosa para o povo, e o inferno é pregado como o lugar dos “pecadores e fornicadores, prostitutas e invertidos”. Clérigos e freiras pegas em pecado são queimados e enforcados. Mulheres e homens têm suas partes sexuais queimadas (NUNES, 1997, p. 97).

A dominância da igreja e as práticas discursivas normativas baseadas na lógica formal, ou seja, uma perspectiva binarista e excludente – como paraíso ou inferno, bem ou mal, natural ou aberração, homem ou mulher – que vão propiciar a criação de estereótipos e a normatização da sexualidade aceita e combatida nesse contexto histórico. Foucault (2006) acrescenta que a prática da confissão foi uma estratégia de controle e disciplina dos corpos, no qual o líder religioso tem a missão de conduzir o indivíduo à salvação.

O apóstolo São Paulo – ano 5 d.C., região da atual Turquia – foi um dos precursores na repressão sexual através de discursos religiosos, como ilustra sua célebre passagem "é melhor casar-se que abrasar-se" (CUNHA, 1971). São Paulo defendia que, para servir a Deus, era imprescindível ter uma vida celibatária; de acordo com Cunha (1971), isso desencadeou o conservadorismo cristão sobre as práticas sexuais, bem como o pecado envolvido no ato. Ademais, o apóstolo disseminava discursos que colocavam a mulher como desviadora da virtude dos homens perante a Deus, além de ser uma "tentação em potencial" (CUNHA, 1971, p. 21).

A condenação exercida pelos padres medievais em relação ao prazer sexual e ao gozo pode ser compreendida por uma passagem de Santo Agostinho, no século V. Ele explica que o prazer surgiu com a expulsão de Adão e Eva do Paraíso, a partir do momento em que eles passaram a controlar seus corpos e suas vontades por meio da razão; logo, esse pecado original foi o que desencadeou todos os males carnais (LETT, 2021). No século seguinte, o líder da Igreja Católica, Gregório Magno, esclarece que a prática sexual em si com fins reprodutivos e dentro do matrimônio é aceita, mas o prazer do ato, bem como a masturbação, a contracepção, a felação e a sodomia são condenáveis e julgadas como "crimes contra a natureza" (LETT, 2021, p. 73). Steinberg cita Tomás de Aquino, que complementa:

> [o coito ilícito] pode realizar-se de várias maneiras. A primeira, quando na ausência de qualquer união carnal, por prazer venéreo, provoca-se polução: o que constitui pecado de imundícia, por alguns denominado masturbação. A segunda, quando se efetua a união carnal com um ser que não é da espécie humana: o que se denomina bestialidade. A terceira, quando se tem relações sexuais com uma pessoa que não é do sexo complementar, por exemplo, homem com homem ou mulher com mulher: o que se denomina vício de Sodoma. A quarta, quando não se observa o modo natural do concúbito, seja não utilizando o órgão desejável, seja empregando práticas monstruosas e bestiais para copular (AQUINO, 1585 *apud* STEINBERG, 2021, p. 76).

O coito lícito, única forma legítima e aceitável pela igreja, era incentivado para a procriação e realizado apenas na posição do missionário, em que o homem ficava sobre a

mulher, que era deitada de costas (LETT, 2021). Outras posições eram inaceitáveis, pois poderiam inverter a ordem hierárquica dos sexos e, assim, abalar a superioridade do homem, bem como outras que inferiorizariam os homens ao nível dos animais, visto como desrespeito ao Criador (BOZON, 2004). Por mais que práticas ilícitas fossem duramente criticadas, os relatos revelam que, no fim da Idade Média, as pessoas faziam questão de pecar contra a natureza como forma de rebelião a essas imposições (BOZON, 2004). Esse apanhado de repressões foi o arcabouço usado pelo Catolicismo Apostólico Romano para disseminar discursos que pregavam o controle dos corpos, tendo como castigo a ida ao inferno (CUNHA, 1971).

Nesse mesmo contexto, há vivências sobre a sexualidade com fins não procriativos, cuja investidura era diminuir a prole e, desse modo, preservar os bens materiais da família (ENGELS, 1984). Além do coito interrompido, também usavam talismãs e amuletos; espermicidas, como besuntar o pênis com óleos e, em outros casos, faziam as mulheres pularem e espirrarem após o coito, na tentativa de expulsar o sêmen do corpo. Essas práticas eram consideradas pela igreja como homicídio, assim como o aborto, e deveriam ser punidas com penitência de sete anos (LETT, 2021).

As práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo no período medieval eram condenadas pela igreja, tal qual a penetração anal, os estupros e as agressões realizados por homens contra meninos (STEARNS, 2019). Portanto, a ideia de sodomia incluía várias práticas contra a "ordem natural das coisas" e, consequentemente, não se restringia apenas ao homoerotismo (LETT, 2021). Poucos são os registros contendo práticas homoeróticas entre mulheres, mas de forma geral, quando descobertas, as sentenças para ambos eram cruéis, como exemplifica a condenação aos sodomitas presente nos documentos estatutários das províncias italianas de Camerino (1424) e Treviso (1315):

> [...] estabelecemos que, se uma pessoa, renunciando ao uso natural, une-se a outra pessoa, isto é, um homem com um homem de mais de 14 anos e uma mulher com uma mulher de mais de 12 anos, pratica o vício sodomita, chamado na língua vulgar buçiron ou fregator. Sendo atestado pelo podestade, essa pessoa assim descoberta, caso seja um homem, deverá ser conduzida à praça do Carubio, despida de todas as roupas, presa ao pelourinho, e que lhe transpassem o membro viril com uma agulha ou prego e que assim o permaneça todo dia e toda a noite, sob boa guarda, e que no dia seguinte seja queimada fora da cidade. Caso seja uma mulher que tenha cometido tal vício ou pecado contra a natureza, que seja atada ao pelourinho na praça do Carubio, despida de todas as roupas, e que ali permaneça todo o dia e toda a noite, sob boa guarda. No dia seguinte, que ela seja queimada fora da cidade (TREVISO, 1315 *apud* STEINBERG, 2021, p. 98).

Em relação ao comércio do sexo, as práticas sexuais entre homens e mulheres eram aceitas no período medieval, diferente das desviantes e perseguidas ditas anteriormente. O termo meretrix correspondia às mulheres que vendiam seus corpos na realização de seu ofício, ou seja, a prostituição, bem como àquelas com má fama, isto é, mulheres que não fossem recatadas e do lar; logo, com má reputação moral e com vários parceiros (BOZON, 2004). Em linhas gerais, a forma como cada cultura compreende a prostituição ao longo da história evidencia sua influência direta nas vivências sobre a sexualidade das pessoas daquele contexto, ora marcada por proibições e discursos moralizadores, ora incentivada e institucionalizada pelos governantes. Alguns dos discursos usados para a manutenção dos bordéis eram relacionados a preservar a paciência dos jovens garotos que estabeleciam o compromisso do patrimônio tardiamente comparado com as moças; impor limites ao adultério; extravasar a violência dos homens e curar práticas e desejos homoeróticos (STEINBERG, 2021).

A partir do exposto, o movimento de construção da sexualidade no Ocidente está pautado na ênfase do controle dos corpos e a prevalência da doutrina cristã. Por outro lado, as vivências sobre a sexualidade compartilhadas em algumas sociedades do Oriente, como China e Índia, apresentam características próprias, como estão dispostas a seguir. Spitzner (2005) aponta a doutrina de Lao-Tsé, filosofia tradicional da China Antiga, que postula a defesa da convivência harmônica entre ser humano e natureza, como formas de alcançar a felicidade, a longevidade e a imortalidade.

> Segundo eles, todos os elementos da natureza se encontram em permanente estado de avanço ou recuo, de expansão ou contração; "não existe ativo sem um passivo correspondente; nenhum positivo sem um negativo compensador". Daí, a interação entre a força passiva yin, e a ativa yang, que se fundiam para impulsionar o ch'i – a essência vital, o hálito da vida, O Caminho (SPITZNER, 2005, p. 32).

A prática sexual consciente, nesse contexto da cultura chinesa, era considerada uma tarefa sagrada que deveria ser realizada frequentemente, a fim de estabelecer a harmonia necessária para chegar ao Caminho (BRAZ; BARROS, 2019). Por isso, quanto mais parceiras no ato, maior seriam os benefícios aos envolvidos e, desse modo, evitariam doenças do corpo e da alma (SPITZNER, 2005). Isso pode ser visto na seguinte passagem da historiadora Reay Tannahill:

> [...] como havia sido o exercício da mente e da vontade que tinha levado a humanidade a desviar-se da Senda natural (O Caminho), as disciplinas que a levariam de volta a ela teriam que ser, necessariamente, disciplinas do corpo. Uma das mais importantes dessas disciplinas era, sem dúvida, o sexo, cuja relevância tinha fácil explicação, sem necessidade de apelar-se para o simbolismo demasiado obscuro. Pouco esforço de imaginação era requerido para reconhecer-se que o intercurso sexual era o equivalente humano da interação entre as forças cósmicas entre o yin e yang (TANNAHILL, 1983, p. 180).

Na antiga sociedade chinesa, a masturbação masculina recebia críticas em virtude do desequilíbrio causado no "desperdício" de energia vital; em contraste, a masturbação feminina era tolerada, desde que não fossem usados objetos atípicos (STEARNS, 2019). O homoerotismo, o sexo grupal e a prostituição carregavam vivências que faziam parte do entretenimento e divertimento dos homens. Enquanto para as mulheres ocorria o oposto, estavam acorrentadas em vivências que contribuíam para repressão do desejo e das práticas sexuais, a fim de garantir a pureza e, consequentemente, o casamento (SPITZNER, 2005; STEARNS, 2019). Os chineses organizaram em manuais as fases para execução de práticas sexuais, com o intuito de ensinar os modos de chegar à harmonia entre yin e yang. Os manuais eram sistematizados em seis seções:

> [...] a primeira abrangia comentários introdutórios sobre o significado cósmico do encontro sexual; em seguida, vinham recomendações sobre as carícias preliminares; depois uma descrição do ato do intercurso, incluindo técnicas e posições aprovadas. Tendo sido manejado o lado prático, seguiam-se seções sobre o valor terapêutico do sexo, como escolher a mulher certa e como ela deveria conduzir-se durante a gravidez. A última parte continha receitas e prescrições úteis (TANNAHILL, 1983, p. 183).

Outra sociedade que compartilhava algumas vivências sobre a sexualidade com os chineses eram os indianos. A percepção desse povo sobre as práticas sexuais tinha um viés divino, com realizações frequentes e conscientes a fim de chegar ao nível mais elevado de harmonia com a natureza (BRAZ; BARROS, 2019). Além disso, também possuíam manuais do sexo, o mais famoso é o Kama Sutra, escrito pelo filósofo indiano Vātsyāyana, com publicação estimada nos séculos II a IV d.C. (SPITZNER, 2005). Em síntese, Weissheimer (2018, p. 13-14) traz essa concepção sobre o manual:

> [...] o *Kama Sutra* de Vatsyayana é um livro com conselhos e reflexões escritos em aforismos (sutras), sobre os mais variados aspectos da vida humana, dentre eles o convívio em sociedade, o casamento, a aquisição de riquezas, as práticas religiosas e a satisfação dos prazeres sexuais. [...]. Na antiga literatura de pensamento em sânscrito, se desenvolveu uma forma conhecida como sutras – ou expressões concisas com um mínimo de palavras. [...]. Dentre os variados aspectos da vida

> abordados nos sutras de Vatsyayana, o prazer sexual (*Kama*) teve considerável destaque, sendo o corpus central do livro. Segundo Vatsyayana, *Kama* é o gozo dos objetos pelos cinco sentidos (audição, visão, tato, paladar e olfato). No entanto, no contexto do livro, *Kama* (prazer) abrangia todas as relações entre homens e mulheres: educação, namoro, casamento e vida conjugal. Além de *Kama*, destacam-se outros princípios regulativos, tais como *Dharma* (deveres religiosos) e *Artha* (aquisição de riquezas). Portanto, a abordagem de Vatsyayana não foi, unicamente, a do prazer erótico.

Como elemento constitutivo da sexualidade, o casamento na sociedade indiana refletia a organização em castas desse contexto histórico. Era valorizado o matrimônio arranjado nas castas superiores, ou seja, os pais dos noivos escolhiam os pretendentes e estes só se conheciam no próprio casamento (ENGELS, 1984). A diferença de idade era desconsiderada, de modo que era comum a noiva ter idade aproximada de 12 a 16 anos, enquanto os homens eram mais velhos, com 30 a 50 anos de idade (STEARNS, 2019). Nas castas inferiores, Stearns (2019) aponta algumas características, como a presença do divórcio e de práticas poligâmicas; em outros casos, o adultério tanto para o homem quanto para a mulher poderia anular o casamento; o aborto era considerado crime gravíssimo; e o homoerotismo era menosprezado.

Em suma, a ênfase em alguns elementos constitutivos auxiliou a identificação das relações entre o contexto sócio-histórico medieval com o movimento de construção da sexualidade. Entre esses elementos, destaco a força da institucionalização do cristianismo, ainda presente nos dias atuais, como fator determinante na regulação dos corpos, na condenação de práticas e comportamentos relacionados à sexualidade e na reprodução. Em outro extremo, foi possível conhecer diferentes vivências atribuídas à sexualidade pelas sociedades chinesa e indiana, o que novamente corrobora o referencial adotado em que as percepções compartilhadas por determinados grupos vão ser reflexo da influência de fatores sociais, como a religião, a medicina e o modo de produção de cada momento histórico.

4.4 A SEXUALIDADE NA IDADE MODERNA

A partir do Renascimento, ocorreram mudanças relevantes na sociedade ocidental que trouxeram outras percepções para a sexualidade, como a retomada da arte antiga com imponentes esculturas e pinturas nuas, acesso a obras literárias libertinas e estudos sobre a anatomia e fisiologia do corpo humano, a partir de dissecações (STEARNS, 2019). Além disso, a expansão das colonizações europeias na América, África e Oceania proporcionaram o contato com culturas e formas de viver a sexualidade de maneiras diferentes das

compreendidas até então (BOZON, 2004). Todo esse enredo possibilitou certa emancipação sexual das mulheres e sujeitos à margem da heteronormatividade, em contraposição, a força do discurso médico propiciou o surgimento e fortalecimento de padrões e normas relacionados à "sexualidade normal ou natural", e a consequente patologização dos corpos e sexualidades "desviantes".

Os estudos anatômicos permitiram a descoberta e a formulação de concepções desconhecidas, mas isso só foi possível com a diminuição do poder da igreja nesse período histórico, pois não era permitido violar e profanar obras do criador para tal fim, ou seja, a igreja não permitia a dissecação em humanos. Steinberg (2021) enfatiza que, embora no meio científico a medicina viesse ganhando destaque, os médicos ainda reproduziam explicações e discursos religiosos e, desse modo, contribuíam para a manutenção de tabus sexuais, como a recomendação, exclusivamente, da posição sexual do missionário. Caso essas orientações não fossem obedecidas e a mulher chegasse a engravidar, o castigo para os pais seria o nascimento de um filho "monstruoso, corrompido e doente" (STEINBERG, 2021, p. 123). Além disso, os tratados médicos não mencionavam contracepção e aborto, o foco eram ensinamentos de como fazer bebês saudáveis, informações gerais sobre a gravidez e o parto, visto que o aborto era considerado crime e julgado como infanticídio (STEINBERG, 2021).

Algumas concepções da fé cristã, herdadas da Idade Média, foram repaginadas a partir do século XVI, especialmente na Inglaterra, garantindo o desenvolvimento de movimentos alicerçados em dogmas cristãos. Entre eles, Reed (2008) destaca o puritanismo[20], que pregava um controle rígido aos fiéis, como a proibição do adultério, da bebida, da dança, do passeio ao teatro e de vestes chamativas; e seu principal marco era a defesa do sexo no casamento e a submissão das mulheres aos homens. No século XIX, outro movimento que contribui para a repressão sexual foi o vitorianismo. Ele apresentava características radicais, como a defesa do sexo no casamento, unicamente, para a procriação e a condenação da masturbação, vista como causadora de insanidades, deslocando o controle da sexualidade, que antes era da religião, para o âmbito médico-sanitarista (CUNHA, 1971).

Havelock Ellis (1859-1938), um insurgente da doutrina puritana, foi um dos primeiros médicos britânicos a estudar a sexualidade humana e alicerçar-se em pesquisas científicas, além de influenciar outros pesquisadores, como Sigmund Freud (CUNHA, 1971). Algumas de

[20] O puritanismo usou as ideias de vários médicos para sustentar sua doutrina, como do londrino William Acton (1813-1875), que defendia a assexualidade das mulheres e as doenças causadas pela masturbação; Richard Von Krafft-Ebing (1840-1902) que descreveu as "Psicopatias Sexuais" resultantes de uma sexualidade aberta, como a homossexualidade, bestialismo, sadomasoquismo e fetichismo, no qual levavam a consequências criminais e perigosas (CUNHA, 1971).

suas conclusões: naturalização da masturbação, independentemente da idade e da identidade de gênero; constatação de vários espectros da homossexualidade e da heterossexualidade e a refutação do mito vitoriano da inexistência do desejo sexual feminino (ELLIS, 1971). Ademais, Cunha (1971) descreve que, no contexto da Inglaterra da primeira metade do século XX, Ellis tornou-se advogado da reforma sexual; instaurou a educação sexual para todos; defendia os direitos iguais para homens e mulheres, o divórcio e repugnava qualquer lei que proibisse a contracepção.

Uma das perspectivas relacionadas à libertinagem, nesse contexto, é a liberdade de escolha do parceiro no matrimônio, ou seja, a motivação dos casamentos passa a ser o romantismo, substituindo a reputação e a troca de posses (BOZON, 2004; ENGELS, 1984; STEINBERG, 2021). Essa aspiração causa grande mudança na aristocracia, visto que essa prática era mais comum entre os operários. Entretanto, outra perspectiva da libertinagem foi a repressão de algumas famílias conservadoras frente a essas mudanças; os registros mostram que algumas jovens se rebelaram e buscavam sua liberdade e autonomia para vivenciar sua sexualidade. No relato a seguir, uma jovem francesa do século XVIII foi obrigada a se casar com 16 anos e seus pais pediram intervenção policial para internar a filha, ao que o policial registra:

> Ela declara abertamente que jamais amará o marido, que não há lei que a obrigue a amá-lo e que cada um é livre para dispor de seu coração e de sua pessoa como bem quiser, mas é uma espécie de crime dar um sem dar o outro. Seguindo seus princípios, ela dorme na casa da mãe, onde, dizem, se encontra com um de seus amigos; às vezes ela vai à casa de outro homem que ela bem que gostaria de fazer passar por um parente, e não há impertinência que ela não diga contra o marido, que se sente bastante infeliz a ponto de se ver em desespero. Falei duas vezes com ela e, mesmo acostumado há muitos anos com os discursos imprudentes e ridículos, não pude deixar de admirar com os argumentos em que a mulher apoia seu sistema. O casamento é, propriamente dizendo, apenas uma experiência, segundo suas ideias. Quando a inclinação não combina com contrato, não se pode fazer nada. Ela quer viver e morrer nessa religião (Relatório de polícia, França, 1703 *apud* STEINBERG, 2021, p. 167-168).

O relato fornece indicações das alterações ocorridas, sobretudo, para algumas mulheres que anseiam poder escolher o parceiro e, posteriormente, poder divorciar, bem como almejar a saída do papel socialmente criado de submissão feminina. Bozon (2004) complementa indicando que as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres estavam no grau de perfeição, ou seja, numa escala comparativa, os homens estavam no topo e mais próximos à divindade, pois eram dotados de todas as habilidades existentes, enquanto as mulheres permaneciam no nível intermediário dessa escala, logo, eram consideradas seres

imperfeitos e incapazes de guiarem-se por si só. Isso dialogava com os estudos médicos que se alicerçavam nos textos de filósofos gregos, como Aristóteles, e, desse modo, reforçavam o *sta*tus de privilégio social e físico dos homens.

Outro marco característico desse contexto histórico são as expansões marítimas, ocorridas a partir do século XVI. Elas expressaram o notável desenvolvimento tecnológico de países europeus, que se lançaram aos mares em busca de "novas terras", riquezas e poder (VICENTINO; DORIGO, 2010). Isso trouxe desdobramentos catastróficos aos territórios explorados, como o genocídio de povos originários devido a massacres; as mortes oriundas de doenças; a poligamia em regiões do continente africano, em virtude da massiva escravização dos homens e sua migração para as Américas; a "imoralidade e depravação" das mulheres indígenas, que foram estupradas, violentadas, escravizadas e mortas, como retratado em uma carta escrita por Cristóvão Colombo ao presentear um amigo com uma de suas indígenas do Caribe:

> Capturei uma bela nativa caribenha [...] eu a levei para minha choupana e ela ficou nua, como era o costume de seu povo. Eu estava cheio de desejo para me satisfazer com ela. Ela não queria, por isso tratou-me à base de unhadas, e desejei nunca ter começado [...]. Então peguei um pedaço de corda e a açoitei com vigorosas vergastadas [...] ela parece ter sido criada em alguma escola para meretrizes (STEARNS, 2019, p. 119).

A cultura de muitos povos também foi ceifada pelos europeus. Tradições como a ausência de vestimentas, o estímulo à iniciação sexual antes da cerimônia de união entre duas pessoas, os relacionamentos homoeróticos e a existência de indígenas cuja identificação de gênero transgredia ao gênero considerado "correspondente ao sexo biológico", eram duramente abominadas e censuradas pelos "civilizados conquistadores" (BOZON, 2004). Em síntese, Stearns (2019) ressalta que tudo fora dos parâmetros éticos e morais da sociedade do Velho Continente, ou seja, da Europa, foram alvos de "salvação" com a ida de missionários às colônias para catequização e domesticação dos indígenas diante da dominação dos colonizadores. Isso resultou em guerras entre brancos e amarelos, e com o tempo, o extermínio dos últimos.

A situação dos povos africanos escravizados assemelhava-se à dos nativos americanos; foram catequizados e suas tradições foram proibidas; as escravas eram obrigadas a se prostituírem e lucrar para seus donos (BOZON, 2004). Além disso, eram estupradas por seus senhores, pelos filhos de seus senhores e, às vezes, na presença de seus pais e marido,

como forma de exaltar a supremacia branca, bem como um modo de controlar os outros escravos pela humilhação (STEARNS, 2019).

A Figura 5 retrata a percepção de escravocratas ao considerarem ter acesso sexual liberado às suas escravas, já que eram de sua propriedade. Suas esposas, brancas, tinham consciência e obrigação de submissão e fornecimento de filhos abençoados pela igreja e legítimos; os bastardos eram vendidos ou iriam trabalhar nas instalações de seu senhor (STEARNS, 2019). Todo esse enredo propiciou a disseminação de IST, a dizimação de povos e culturas que nenhuma reparação histórica será capaz de amenizar.

Figura 5 - Família tradicional brasileira

Fonte: Família brasileira do Rio de Janeiro. Jean Baptiste Debret, 1827. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

De modo geral, a partir da solidificação dos estudos anatômicos, a medicina ganhou espaço na patologização das sexualidades "desviantes", nesse momento histórico da Era Moderna. Por mais que a igreja não estivesse tão atuante, comparando com o período anterior, seus discursos ainda estavam presentes no meio médico, o que propiciava a manutenção de tabus sexuais e movimentos de repressão sexual. Para além do continente europeu, as expansões marítimas ocasionaram danos imensuráveis aos povos indígenas das Américas e as

sociedades africanas, como mencionado, a violação sexual, cultural e a escravização foram as bases para construção da sociedade brasileira.

4.5 A SEXUALIDADE NA IDADE CONTEMPORÂNEA

A partir do século XIX, a manutenção dos discursos médicos realizados por homens a respeito das questões relacionadas à sexualidade favoreceu a separação dos corpos em masculinos e femininos (BOZON, 2004). Esse cenário contemporâneo propicia o surgimento de uma ciência da sexualidade, a sexologia, baseada nos estatutos médicos alemães, que demarcam uma abordagem médico-higienista sobre a sexualidade e, a partir de discursos normativos, definem uma sexualidade natural-saudável e outras patológicas. Além disso, a partir de 1800, ocorre a criação do termo "sexualidade" nos estudos da Biologia relacionados à reprodução das plantas, mas que, posteriormente, passa a incluir animais e humanos (GIDDENS, 1993).

Sigmund Freud (1869-1939), médico vienense influenciado pelas ideias de Ellis, teceu contribuições para uma compreensão das vivências sobre a sexualidade numa perspectiva psicológica inerente ao desenvolvimento humano (BOZON, 2004). Em linhas gerais, defendeu a exploração dos desejos íntimos e a aceitação da sexualidade ao invés de sua repressão; para Freud, a inibição da libido, que é a energia sexual, causaria patologias ao sujeito (CUNHA, 1971). Seus estudos sobre a sexualidade na infância causaram repúdio na sociedade vitoriana. Freud afirmou que o prazer não se limita às práticas sexuais, mas também ocorre em outros momentos da vida, por exemplo, quando há estimulação do próprio corpo, durante a sucção na amamentação ou no momento da defecação. Logo,

> Freud, em seu trabalho intitulado "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" de 1905, trouxe grande contribuição para a compreensão da sexualidade e especificamente sobre a sexualidade infantil, tema até então considerado tabu pela sociedade da época. Neste trabalho Freud descreve as fases da sexualidade e como elas ocorrem. De acordo com as concepções de Freud (1996), há um certo descaso com a sexualidade infantil, a sociedade por um equívoco acredita que não existe a sexualidade na infância, e que ela se inicia no ser humano apenas a partir da puberdade, e esse equívoco traz graves consequências no desenvolvimento da criança (SANTIAGO, 2012, p. 21).

Giddens (1993) aponta que a sexualidade feminina, com ênfase no desejo e no prazer sexual, foi duramente contida e reprimida, considerada como princípio patológico da

histeria[21]. Algo semelhante aconteceu com a homossexualidade, classificada como uma doença, "homossexualismo", pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no período de 1948 a 1990 (WELLE, 2020). Em consonância, Cunha (1971) argumenta que a arma mais poderosa do sistema repressor é classificar as pessoas como loucas, assim, ao incomodar a ordem hegemônica são aprisionadas em asilos e manicômios. Portanto, a partir dessa biologização dos corpos, os sujeitos fora dos padrões esperados eram trancafiados nesses "depósitos de desviantes", visto como uma das soluções para conter e "reajustar" aqueles que apresentassem perigo ao sistema vigente. Por conseguinte, ocorre o desenvolvimento e a manutenção do restabelecimento da hierarquização dos gêneros, baseado no determinismo biológico, como exemplifica o trecho a seguir:

> Não são de modo algum as leis, mas a própria natureza que determina o quinhão de cada um dos sexos. A mulher necessita de proteção porque é mais fraca; o homem é mais livre porque é mais forte. A obediência da mulher é uma homenagem ao poder que a protege e uma consequência necessária da sociedade conjugal, que não sobreviveria se um dos cônjuges não fosse subordinado ao outro (Código Civil da França, 1804 *apud* HOUBRE, 2021, p. 173).

Essa forte influência médico-biologicista favorece a manutenção de uma norma fundamentada na heterossexualidade, no matrimônio e na reprodução. Consequentemente, ocorre uma marginalização e patologização das sexualidades não heteronormativas, que, por não seguirem o modelo estabelecido, são reafirmadas como perversões (HOUBRE, 2021). Em consonância, Foucault (2006) apresenta os conceitos de *scientia sexualis* e *ars erotica* ao se referir a uma teorização, racionalização e cientificização da sexualidade no mundo ocidental, enquanto o segundo termo remete à intensificação e às nuances da arte do prazer nas sociedades orientais.

O contexto contemporâneo favorece maior abertura para a discussão sobre a sexualidade nos mais diferentes espaços da sociedade, tanto no âmbito formal quanto no informal (HOUBRE, 2021). A exemplo, ocorria essa prematura educação sexual para adultos durante as consultas médicas, e a troca dessas informações se estendia também na socialização informal entre os jovens. Todavia, há uma diferenciação dessa aprendizagem de acordo com o gênero e a camada social na sociedade europeia. As meninas da aristocracia são criadas dentro de um modelo baseado na inocência e na virgindade e só descobrem sua sexualidade na noite de núpcias, o que difere das jovens camponesas, que vivenciam sua

[21] O termo "histeria" é de origem grega e significa útero, isso reafirma sua exclusividade de ocorrência em mulheres (FIORAVANTI, 2005). O autor ressalta que, em linhas gerais, trata-se de uma neurose a qual, a partir de sua intensidade, se exterioriza para um estado físico.

sexualidade de forma livre, em virtude da pouca influência de instituições socializadoras, como o Estado, a igreja e os padrões normativos. Já os rapazes precisam provar sua força e virilidade, além de serem incentivados pelos pais a iniciar suas práticas sexuais desde cedo em prostíbulos (HOUBRE, 2021).

Alguns autores usam o termo "revolução sexual" para designar o contexto histórico de mudanças e transformações relacionadas às vivências sobre a sexualidade do último século. Esse momento foi caracterizado pelo desenvolvimento e pela instituição de identidades nos sujeitos a partir de suas práticas afetivas-sexuais, bem como a efervescência de movimentos de politização sexual (BOZON, 2004). Portanto, é caracterizado pelo combate da repressão sexual; pela liberação e incentivo ao uso de métodos contraceptivos e ao planejamento familiar; pelo estabelecimento dos direitos sexuais e reprodutivos; e pela maior visibilidade e aceitação das sexualidades e orientações sexuais, que foram historicamente marginalizadas e perseguidas (BARD, 2021).

Giddens (1993) aponta dois fatores essenciais que caracterizam a "revolução sexual". O primeiro é a autonomia sexual feminina, que teve início, principalmente, com o desenvolvimento e o ativismo dos movimentos feministas, como discorrido nas Considerações Iniciais. Esse movimento abriu espaços públicos para as mulheres na sociedade, além de fornecer oportunidades que antes era privilégio apenas dos homens, como o direito ao voto. Outro ponto foi a efervescência da homossexualidade no ativismo social, com grupos isolados de lésbicas, *gays*, transexuais e travestis, mas que em 1969, nos Estados Unidos, culminou na Parada do Orgulho, como dito anteriormente. Esses fatores convergem para o livre-arbítrio defendido nos movimentos sociais de 1960, do qual perpetua transformações irreversíveis, como a abertura para dialogar sobre a sexualidade no âmbito político e em debates sociais (GIDDENS, 1993).

Acompanhando essas mudanças, em 1905, Ellis e Freud começam a problematizar o uso do termo "perversão" sexual no contexto científico, sinalizando que é inadequado, pois as "práticas perversas" são comuns à sexualidade de todos (GIDDENS, 1993). Ellis sugeriu o termo "desvio sexual" como substituição, no entanto, ativistas homossexuais que defendiam o pluralismo sexual, organizando-se, contestaram essa terminologia em vários locais, como nos Estados Unidos e em alguns países europeus (GIDDENS, 1993). Em consonância, Weeks (1986, p. 69) argumenta:

> Não parece mais um grande continente de normalidade cercado por pequenas ilhas de distúrbios. Em vez disso, podemos agora presenciar uma grande quantidade de ilhas, grandes e pequenas [...]. Surgiram novas categorias e minorias eróticas.

> Aquelas mais antigas experimentaram um processo de subdivisão como preferências especiais, atitudes específicas, e as necessidades tornaram-se a base para proliferação de identidades sexuais.

Ainda sobre o termo, o histórico de expressões com o mesmo cunho patológico existe nos dias atuais, como transtornos, conversões sexuais e, nos últimos anos, discussões sobre a terapia para tratar a homossexualidade, e, desse modo, promover a Cura *Gay*. Em linhas gerais, a história fornece registros que relatam essas práticas, como psicoterapia, sessões de eletrochoque e como punições a castração química. Todo esse enredo opressor, discriminatório e violento é reflexo da onda crescente de grupos extremistas e conservadores, que legitimam apenas a heteronormatividade (NOVAES, 2021).

Cunha (1971) apresenta uma perspectiva sobre os desdobramentos ocorridos no último século que influenciaram nas vivências sobre a sexualidade. As duas grandes guerras do século XX impulsionaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho, proporcionando maior independência e liberdade. A iniciação sexual precoce dos jovens e a concepção contemporânea do casamento, de acordo com o autor, possuem significados diferentes dos momentos históricos passados. As características apontadas pelo autor caracterizam independências tanto para as mulheres em direitos mínimos quanto para o desenvolvimento dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, vistos pela liberdade de escolha da efetivação do casamento, bem como no acesso ao prazer virtual.

À luz dessa compreensão sócio-histórica da sexualidade, é possível identificar suas relações com os diferentes contextos e seus elementos constitutivos. A ênfase em alguns elementos, como o casamento, a religião, a contracepção e as práticas homoeróticas, são algumas das múltiplas determinações que caracterizam o movimento de construção no decorrer da história. Portanto, esse conhecimento, eivado de contradições e influenciado por seus diferentes enredos históricos, manifesta-se como produto sócio-histórico indispensável para a compreensão da sexualidade no presente e nas projeções do que ela pode se tornar no futuro. Por conseguinte, essa abordagem é imprescindível para a formação de professores de Ciências e Biologia, como forma de superar as perspectivas reducionistas e promover reflexões sobre a inclusão e o combate à LGBTfobia.

A partir dessa reflexão, é relevante pensar a historicidade para além dos fatos históricos, e, desse modo, compreender a essência da sexualidade com as necessidades inerentes à formação docente, consequentemente, na formação dos sujeitos que saibam exercer sua cidadania. A instituição escolar é a única capaz de abordar a pluralidade dessa

formação, mas para isso é necessário incluir esse saber sistematizado nos cursos de licenciatura.

> Diante do exposto, assume-se o princípio de que possibilitar que a escola discuta a sexualidade em seu caráter multidimensional, implica também que a formação do professor contemple esse aspecto. Isto porque esta discussão depende, dentre outros fatores, de docentes que se sintam capazes de abordar e problematizar não apenas aspectos associados ao corpo biológico, a saber: DSTs, anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino, mas, sobretudo aspectos sociais, culturais, éticos, filosóficos, entre outros, pois são estes aspectos que, em conjunto com a biologia, darão sentido à sexualidade e auxiliarão os professores a desenvolverem esta temática em sala de aula junto aos estudantes, na busca por possibilitar a estes atores sociais uma vivência responsável de sua sexualidade. Portanto, entende-se que o professor é o ator/ autor social a quem cabe o papel de, na escola, auxiliar o estudante a subjetivar (ZOCCA *et al.*, 2016, p. 1449).

Em suma, esse cenário contemporâneo contribui para a fundamentação das reflexões sobre a problemática das perspectivas reducionistas, o que pode ser observado na cientifização médico-biologista sobre a sexualidade, propiciando a patologização do que está à margem da heteronormatividade. Em consequência, foi possível observar a criação de instituições corretoras específicas para esses sujeitos, bem como a aplicação de métodos pseudocientíficos para curar o que jamais foi uma doença, ou seja, a homossexualidade. Portanto, o conhecimento desses fatos históricos é importante para a formação docente e humana, pois fornecem subsídios para uma práxis contextualizada ao materializar o movimento de construção desse saber, bem como possibilita o desenvolvimento de uma postura crítica e consciente dos futuros professores de Ciências e Biologia.

5. REFLEXÕES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA A PARTIR DA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DA SEXUALIDADE

Esta seção inicia com um breve panorama do ensino sobre a sexualidade na história brasileira. O objetivo é identificar as relações entre os contextos sócio-históricos que influenciaram nas vivências sobre a sexualidade específicas do nosso país. Em seguida, seguem algumas reflexões sobre a compreensão sócio-histórica da sexualidade na formação de professores de Ciências e Biologia.

5.1 BREVE PANORAMA DO ENSINO SOBRE A SEXUALIDADE NO BRASIL

Ribeiro (2004) sistematiza seis momentos que marcam o desenvolvimento do ensino sobre a sexualidade na história brasileira. Inicia no contexto do Brasil colonial, caracterizado pela doutrinação, vigilância e condenação cristã; submissão e repressão sexual da mulher e pelo sexo pluriétnico e devasso do homem (RIBEIRO, 2004). O período seguinte configura o século XIX, com o "controle da sexualidade e das práticas sexuais licenciosas (originadas na Colônia) sob a normatização da moral médica" (RIBEIRO, 2004, p. 17). A partir de 1920, inicia-se o terceiro período, com a presença de manuais, escritos por médicos e professores, que orientam as práticas sexuais (RIBEIRO, 2004). Portanto, é possível identificar a presença normatizadora da religião, da moral e da abordagem reducionista médico-biologicista na sexualidade.

A inserção do debate sobre a sexualidade no currículo escolar começou em meados do século XX, em virtude da forte influência dessa abordagem reducionista do século anterior (RIBEIRO, 2013). Como características desse momento histórico, há a domesticação da mulher para o papel exclusivo de esposa e mãe, e a contenção tanto da masturbação quanto da disseminação das IST (BUENO; RIBEIRO, 2018). A produção de trabalhos acadêmicos com a temática no país iniciou nos anos de 1930, no qual professores e médicos teciam sobre a defesa desse ensino na educação (FIGUEIRÓ, 1998). Todavia, as intencionalidades disso estavam pautadas numa perspectiva biológica e moralista, cuja ensino versava sobre a prevenção da "[...] perversão moral, as psicoses sexuais e a garantia da saudável reprodução da espécie" (BRUSCHINI; BARROSO, 1982 *apud* FIGUEIRÓ, 1998, p. 124). Logo, é nítida a prevalência da ideia de patologização dos sujeitos fora do modelo heteronormativo.

O catolicismo exercia, e ainda exerce, controle na repressão dos conhecimentos sobre a sexualidade nas escolas brasileiras. Rosemberg (1985, p. 12) complementa que "[...] a Igreja Católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 1960, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro". Esse cenário sofreu modificações com o Concílio Vaticano II, em 1961, em que ocorreram reformulações na doutrina cristã, como a valorização do prazer sexual, desde que fossem dentro da monogamia heterossexual e com fins reprodutivos (BUENO; RIBEIRO, 2018).

A partir da década de 1960, o quarto momento da história sobre a sexualidade no Brasil, Bedin (2016) registra um contexto propício à Educação Sexual, marcado pelo intenso ativismo de grupos feministas, contestações dos modelos vigentes, a heteronormatividade, e uma onda de liberação sexual com uma juventude crítica. Entretanto, vários projetos de inserção da temática nas escolas foram barrados com a ditadura militar, assim como a repressão da liberdade de opinião, de manifestação e da própria sexualidade (RIBEIRO, 2004). Destarte, na década de 1970, houve uma tentativa de projeto de lei que tornasse a Educação Sexual obrigatória, mas foi rejeitada, com a justificativa de ser um risco à "pureza e a à inocência" (ROSEMBERG, 1985; FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004, 2013; BEDIN, 2016).

Escolas e professores foram duramente vigiados e punidos pelo sistema ditatorial no Brasil. Rosemberg (1985) relata um episódio ocorrido numa instituição privada, no qual a simples leitura de um livro causou perseguições e demissões de professores. De acordo com essa autora, para além do regime, a própria escola passou a incorporar doutrinas moralistas e autoritárias, ao ponto de legitimar a Educação Sexual como responsabilidade da família e não da escola.

A partir da década de 1980, é retomada a inserção da temática nas escolas, em virtude da abertura política. Esse cenário de intervenções do Estado na esfera educacional caracteriza o quinto momento da história da Educação Sexual no Brasil, de acordo com Ribeiro (2004). Nesse momento histórico, algumas estudiosas, como Maria José Werebe, Marilena Chauí e Maria Rita Kehl, discutiram sobre as intencionalidades da temática, como

> Cabe perguntar, neste momento, para que, ou para quem servirá a educação sexual. [...] A educação sexual pode, por exemplo, limitar-se a transmitir unicamente informações de caráter biológico, como a anatomia e a fisiologia do aparelho reprodutor; pode também se restringir a uma abordagem meramente "preventiva" [...] pode ainda ser o veículo apregoador de atitudes repressivas em relação ao sexo [...] Mais importante, porém, é que a educação sexual poderá vir a ser invocada como um veículo que poderá incutir nos jovens atitudes e conhecimentos que os levariam a um comportamento reprodutivo adequado à política demográfica, que

> parece estar prestes a ser implantada pelo Governo (CHAUÍ; KEHL; WEREBE, 1991, p. 100).

Por fim, o sexto período (RIBEIRO, 2004) compreende a legitimação da Sexualidade na LDB (1996) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), especialmente no PCN com o Tema Transversal sobre Orientação Sexual, de 1999, que reconheceram a relevância e a necessidade desse conhecimento na formação. Silva (2002) aponta que a temática se apresentaria de forma transversal a todos os componentes curriculares, de modo a propiciar as vivências da sexualidade aos educandos. Portanto, a passagem de Bueno e Ribeiro (2018, p. 55) enfatiza esse viés, no qual "visando uma Educação Sexual emancipatória, é preciso que as escolas oportunizem momentos de diálogos e se envolvam em projetos, nos quais os próprios gestores possam se mobilizar e ver a relevância e importância que o tema apresenta na vida das pessoas".

Atualmente, outro documento normativo que orienta o ensino sobre a sexualidade no país é a BNCC, como discutido anteriormente. Sartori (2022) demarca que a Base apresenta a temática nas seguintes vertentes: sua abordagem biologicista e a omissão dos conhecimentos sobre gênero. Problematiza a ênfase da sexualidade no documento, vinculando-a aos problemas de saúde pública com foco no combate às IST. Além disso, reforça que o conservadorismo propiciou a retirada dos conhecimentos sobre gênero e orientação sexual do currículo escolar, contribuindo para a manutenção e a reprodução do modelo coercitivo heteronormativo.

Esse panorama do ensino sobre a sexualidade na história brasileira é importante, pois permite a identificação das relações entre os contextos sócio-históricos que influenciaram nas vivências sobre a sexualidade específicas do nosso país. Para além disso, pode contribuir para o desenvolvimento da criticidade, na formação docente, sobre os documentos normativos e as políticas públicas que tangem a essa temática e regem a educação brasileira. A partir desse enredo, é imprescindível que esses documentos sejam atualizados por profissionais capacitados, mas para isso deve-se pensar na formação e no aprimoramento desses profissionais ao discutir a temática. A sexualidade é inerente à constituição do ser humano, logo, estará presente em todos os espaços que ele ocupa, isso legitima o investimento e a formação continuada dos professores de Ciências e Biologia para discutir a sexualidade na instituição escolar.

5.2 REFLEXÕES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DA SEXUALIDADE

A abordagem sócio-histórica da sexualidade pode contribuir para a superação de perspectivas reducionistas, além de permitir a construção de proposições para uma formação de professores mais abrangente, inclusiva e crítica. O movimento de construção colabora para a superação de ideias equivocadas sobre o fazer ciência, ao expor sua não linearidade, bem como propicia a desnaturalização de preconceitos relacionados à sexualidade. A apropriação dessa lógica tem potencial para inserção dessa discussão, inclusiva e respeitosa, nas LCB, nas escolas e na sociedade, tendo em vista que o preconceito e a discriminação também podem ser compartilhados entre professores e licenciandos (ABREU, 2021; CASTRO *et al*., 2018).

Uma perspectiva de formação docente defendida é aquela que dialoga com os conhecimentos específicos e os didático-pedagógicos com a realidade concreta da sala de aula. Para além da apropriação do conhecimento biológico ou da sexualidade, o professor deve ter a compreensão dos modos de ensinar e readequar sua práxis, ou seja, adaptar a relação teoria e prática, de acordo com cada contexto social que estiver inserido (SAVIANI; DUARTE, 2012). Portanto, a escola tem papel fundamental na socialização dos conhecimentos sistematizados, enquanto a função social do professor é propiciar uma aprendizagem contextualizada e crítica sobre a sexualidade, por exemplo, algo indispensável para formação de cidadãos que visam à construção de uma sociedade inclusiva e respeitosa.

Em contradição, de acordo com a revisão de literatura realizada inicialmente, a maior parte dos trabalhos não apresentavam teorias didático-pedagógicas na realização das pesquisas encontradas. Essa lacuna pode desencadear no distanciamento entre conhecimento científico e realidade dos educandos, visto que esses saberes são essenciais para orientação do trabalho docente de modo intencional. A partir do exposto, defendo a necessidade das LCB em proporcionar a apropriação do movimento de construção do conhecimento pertinente ao campo de formação de professores em diálogo com os saberes didático-pedagógicos. Essas condições são capazes de favorecer um ensino investigativo e contextualizado.

No que diz respeito à abordagem sócio-histórica, Libâneo (2015) demarca que a historicidade mediada pelo diálogo entre cultura e sociedade é constituinte do trabalho docente e, em consonância, repercute no processo de formação dos sujeitos. Nessa lógica, o fazer pensar é

> [...] mais do que explicar e para isso, as instituições precisam formar sujeitos pensantes, [...], ou seja, sujeitos que desenvolvam capacidades básicas em instrumentação conceitual que lhes permitam, mais do que saber coisas, mais do que receber uma informação, colocar-se frente à realidade, apropriar-se do momento histórico de modo a pensar historicamente essa realidade e reagir a ela (LIBÂNEO, 2004, p. 141).

Andery *et al*. (1996) enfatizam que o conhecimento construído historicamente deve ser analisado de forma crítica, sendo necessário compreender a historicidade e os métodos de fazer Ciência. Assim sendo, a formação docente deve proporcionar a apropriação desse processo investigativo do movimento de construção do conhecimento, fornecendo condições para uma práxis que ultrapasse à realidade objetiva e dialogue com a totalidade do campo educacional (LIBÂNEO, 2015; ROSA; SYLVIO, 2016).

Outro ponto já demarcado é sobre a abordagem da sexualidade nos PPC das LCB oriundas de universidades federais brasileiras. Essa análise permite refletir sobre a prevalência de perspectivas reducionistas, o que vai impactar numa formação restrita de professores de Ciências e Biologia sobre a temática. Portanto, o foco dado apenas ao Eixo Temático Biologia e Saúde ou Conceitos Fundamentais são importantes, contudo, são insuficientes se discutidos isoladamente. Logo, defendo a abordagem sócio-histórica como instrumento contextualizador e capaz de ampliar o conhecimento em estudo, indispensável na identificação das relações entre os diferentes contextos históricos com as vivências e representações sociais da sexualidade.

As vivências sobre a sexualidade, isto é, as compreensões construídas socialmente e compartilhadas pelo grupo, que foram influenciadas por elementos sócio-históricos, são essenciais para a compreensão de sua totalidade. Foi possível identificar o movimento de construção desse fenômeno. Portanto, não se trata da seleção de fatos históricos isolados. A abordagem defendida permite identificar e retomar os elementos constitutivos desse produto histórico, que foi influenciado por múltiplas determinações, contradições e, desse modo, oportuniza uma compreensão de sua totalidade (KOPNIN, 1978).

Os diferentes contextos históricos presentes no movimento de construção da sexualidade podem parecer fragmentados, mas se relacionam entre si e com o todo. Foi possível observar isso durante o breve panorama do ensino da sexualidade no Brasil, no qual vários fatos locais consoavam com os acontecimentos apresentados nas seções anteriores, como na Idade Contemporânea com a forte influência médico-higienista e com a patologização do que estava à margem da heteronorma. Assim, a contextualização, local e global, desses fatos históricos é fundamental para a superação dessa aparente fragmentação.

A partir da retomada sócio-histórica, foi possível identificar elementos constitutivos da sexualidade, ou seja, representações sociais que materializam a essência da sexualidade. Alguns desses elementos foram o casamento, a prostituição, a religião, a contracepção e as práticas homoeróticas. Destarte, eles são essenciais para a compreensão da estrutura do fenômeno, pois objetivam as percepções concretas sobre os fins das práticas sexuais, as relações de gênero, o permitido e o condenado, e a raiz da patologização daqueles não pertencentes à heteronormatividade. Isso representa a dinâmica do lógico e do histórico que são inerentes ao processo de construção da sexualidade no decorrer do tempo, logo, a retomada sócio-histórica do desenvolvimento do fenômeno é o caminho para chegar a sua essência, e o lógico

> [...] fornece o princípio para o estudo multilateral deste. Quando se torna por base da explanação da história do objeto o conhecimento da essência, tornam-se então compreensíveis e explicáveis todas as demandas históricas, causalidades e desvios, que, sem obscurecerem a necessidade, encontram seu lugar na manifestação e complementação desta. A história do objeto se manifesta viva, vigorosa no nosso pensamento (KOPNIN, 1978, p. 185-186).

Em suma, essa abordagem expressa sua relevância e necessidade de vincular-se à formação de professores de Ciências e Biologia, pois possibilita a compreensão do desenvolvimento e a identificação da essência do fenômeno em estudo. Isso representa um arcabouço rico de conhecimentos a ser compartilhado com os educandos, além de propiciar o desenvolvimento de uma postura crítica e contextualizada, indispensáveis à práxis docente que almeja uma educação inclusiva e emancipatória (SAVIANI; DUARTE, 2012). Em diálogo, Kopnin (1978, p. 186) demarca que essa abordagem sócio-histórica tem potencial para impulsionar o conhecimento do fenômeno, visto que "o lógico reflete não só a história do próprio objeto como também a história do seu conhecimento. Daí a unidade entre o lógico e o histórico ser premissa necessária para a compreensão do processo de movimento do pensamento". Portanto, o estudo da historicidade do fenômeno fomenta a criação de possibilidades que permitem abranger e incluir diferentes perspectivas e olhares sobre o mesmo objeto.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste momento de síntese, retomo o problema desta pesquisa para dialogar com as seções abordadas na dissertação. Como a compreensão sócio-histórica da sexualidade na formação de professores de Ciências e Biologia pode contribuir para a superação de perspectivas reducionistas? Sigo para algumas considerações sobre o estudo realizado.

O primeiro objetivo permitiu analisar a abordagem da sexualidade nos PPC das LCB provindas de universidades federais brasileiras. Isso forneceu subsídios para identificar como essa graduação insere, ou não, a discussão da temática na formação docente. Além disso, foi possível detectar esse conhecimento para além da oferta em disciplinas, presente também em Projetos de Extensão e Práticas como Componentes Curriculares, bem como a sua inserção na Política Nacional de Formação de Professores (PNFP), como o PIBID e o PRP. Em contrapartida, proporcionou dados para problematizar seus enfoques frente à formação desses licenciandos em Ciências Biológicas, sobretudo, na presença de perspectivas reducionistas verificadas nos Eixos Temáticos. Dessa forma, esse primeiro momento foi essencial para mapear e caracterizar se é, como é e em qual abordagem a sexualidade é discutida na formação dos professores de Ciências e Biologia e, a partir disso, possibilita projeções concretas para a realização de novas pesquisas.

Posteriormente, o segundo objetivo visou à identificação das relações entre os contextos sócio-históricos e os elementos constitutivos da sexualidade, para, em seguida, refletir sobre a formação de professores de Ciências e Biologia. Nesse momento, alicerçado no referencial teórico-metodológico do MHD e guiado pelas categorias de análise – as quais emergiram a partir do estudo bibliográfico da sexualidade – a historicidade, a totalidade e as contradições, foi possível sistematizar e sintetizar o movimento construtivo da sexualidade. Ademais, o objeto demandou outras duas categorias de análise, que foi a dinâmica entre as dimensões lógica e histórica, caracterizando a transformação e o desenvolvimento do fenômeno, além de estruturar a logicidade do processo histórico na busca de sua essência (KOPNIN, 1978). Logo, este estudo alicerçado no MHD auxiliará novos trabalhos com a mesma base teórico-metodológica, visto a escassez desse referencial nas pesquisas sobre a sexualidade.

Como registrado, a primeira categoria é sobre o movimento de construção do conhecimento como produto histórico, produzido, acumulado e transformado pela humanidade a partir de influências dos contextos sócio-históricos, conforme sistematizado na Seção 4. Por isso, para compreender a sexualidade nos dias atuais foi necessário olhar para

como ela foi no passado. Esse processo permitiu entender, por exemplo, a raiz dos preconceitos e das discriminações presentes na sociedade brasileira contemporânea, e afirmar que a heteronormatividade é um constructo sócio-histórico, estabelecida socialmente. Por fim, a totalidade e as contradições possibilitam perceber a realidade para além da aparência, por meio da identificação e compreensão de suas partes, elementos constitutivos, que se integram em relação mútua e, às vezes, contraditórias, como discutido anteriormente.

No que concerne às vivências sobre a sexualidade, defino como o entendimento sobre algo que é compartilhado pelo grupo de pessoas de determinado espaço e tempo histórico. Logo, aproxima-se dos objetivos da pesquisa em relação ao olhar para a sexualidade, numa perspectiva ampla, em seus diferentes contextos históricos e, desse modo, registrar o seu movimento de construção e transformação. A partir do estudo bibliográfico sobre a sexualidade, emergiram alguns elementos constitutivos que foram essenciais para a compreensão de sua totalidade. Assim, para compreender as nuances e a estrutura do fenômeno é necessário considerar e olhar para as relações estabelecidas no casamento, na prostituição, na religião, na contracepção e nas práticas homoeróticas, pois materializam as diferentes vivências sobre a sexualidade. Esse arcabouço tem potencial para fundamentar outras perspectivas sobre o objeto analisado, além de poder auxiliar o planejamento do trabalho docente ao inserir a temática em suas aulas.

Em linhas gerais, foi possível sistematizar o movimento de construção e transformação no decorrer da história da humanidade. Na Pré-história, por exemplo, a arte rupestre representa os primeiros registros da sexualidade, além da mudança radical da configuração social matriarcal para o modelo patriarcal, caracterizado pela submissão das mulheres. Na Antiguidade Oriental, foram apresentadas as vivências de alguns povos, como dos mesopotâmicos, egípcios e hebreus. De modo geral, eles possuíam especificidades, o politeísmo antropozoomórfico no Egito Antigo e o monoteísmo dos hebreus, por exemplo.

Na Antiguidade Ocidental, gregos e romanos compartilhavam a representação social do casamento como um contrato entre duas famílias, cujo fim era a transmissão dos bens materiais aos herdeiros legítimos (CAVICCHIOLI, 2014; ENGELS, 1984). Além disso, o homoerotismo fazia parte da prática iniciática do jovem grego, o qual tinha relações sexuais com os mais velhos como modo de aquisição de sabedoria. Em contradição, esse costume grego não era bem-visto pelos romanos, mas, ainda assim, os registros mostram que alguns homens romanos viajavam até terras gregas para relacionar-se com os mais jovens, livre de olhares repressores.

A prostituição, nesse contexto histórico, era permitida aos homens, desde que soubessem equilibrar o tempo e os gastos financeiros com o entretenimento (STEARNS, 2019). Já na Idade Média, havia discursos contraditórios, ora marcado por proibições e discursos moralizadores, ora incentivado e institucionalizado pelos governantes. A justificativa da existência dos bordéis pautava-se na imposição de limites ao adultério e na cura de práticas homoeróticas, como foi discutido (STEINBERG, 2021). Portanto, foi possível identificar que o modo como cada momento histórico atribuía sentido à prostituição, por exemplo, demarca sua influência nas vivências sobre a sexualidade dessas pessoas.

Ainda sobre o contexto medieval, é indispensável mencionar a institucionalização do cristianismo. Considerado como instrumento regulatório dos corpos, na condenação de práticas e comportamentos relacionados à sexualidade (homoerotismo e a contracepção) e na reprodução (procriação). Esse cenário diverge do contexto de algumas sociedades orientais, como a chinesa e a indiana, que atribuíram diferentes vivências sobre a sexualidade, num plano espiritual e de satisfação máxima do prazer.

O fortalecimento dos estudos anatômicos e da medicina inauguraram a patologização da sexualidade não heteronormativa, na Idade Moderna. Além disso, mesmo com a diminuição do poder da igreja, seus discursos morais e normatizadores ainda eram reproduzidos pelos médicos, o que favorecia a manutenção de tabus sexuais e movimentos de repressão sexual. Outro detalhe desse período foi a colonização dos europeus nos continentes africano e americano, isso ocasionou a dizimação cultural e dos povos indígenas.

Na contemporaneidade, a cientifização da sexualidade, a biologização dos corpos e a prevalência da abordagem médico-higienista contribui para a manutenção da patologização das orientações sexuais e identidades de gêneros que não se enquadram no padrão heteronormativo, ou seja, no modelo hegemônico. Concomitante a esse enredo histórico, houve a institucionalização de espaços para abrigar, aprisionar, esses corpos. Ademais, vários tratamentos foram desenvolvidos para reajustá-los, como psicoterapia, a conversão sexual, eletrochoques e castração química para os homossexuais.

Mesmo num cenário nebuloso, conquistas foram alcançadas pela comunidade LGBTQIAP+, como a realização cirúrgica da redesignação sexual pelo SUS em 2008, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT em 2011, o reconhecimento do casamento civil entre os membros da comunidade em 2013, a possibilidade de adoção em 2015, o direito à alteração do nome e da identidade de gênero no registro civil em 2018, a transexualidade deixa de ser considerada doença em 2019, a criminalização da homofobia em 2019 e a possibilidade de doação de sangue pela comunidade em 2020 (FERREIRA, 2022).

Compreendo as possíveis lacunas que esta dissertação possa ter, em virtude, essencialmente, da complexidade do conhecimento em estudo e da limitação do tempo de realização da pesquisa. Isso justifica os recortes realizados ao trazer perspectivas das vivências sobre a sexualidade de povos específicos. Defendo o potencial deste estudo para uma formação docente inclusiva e contextualizada, bem como no subsídio de pesquisas que adotem a abordagem sócio-histórica como aliada indispensável para o processo de ensino e aprendizagem.

Espero ter contribuído para a formação de professores de Ciências e Biologia, ao propor essa abordagem da sexualidade, que, sobretudo, supere perspectivas reducionistas, além de almejar o desenvolvimento de um compromisso social pautado no respeito à diversidade, na empatia, na inclusão, na conscientização e, desse modo, no fortalecimento de ações que combatam comportamentos discriminatórios.

REFERÊNCIAS

ABREU, T. F. **Ser ou não ser, afinal o que se é?** Um estudo sobre biologia essencialista e heteronormatividade no ensino de ciências no viés da lgbtfobia institucionalizada. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Cap. 2 e 6. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/233687/001135432.pdf?sequence=1 Acesso em: 28 maio 2023.

ALMEIDA, L. C. **Métodos contraceptivos**: uma revisão bibliográfica. 2010. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Cap. 4. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A79HA8/1/monografia_luiz_carlos_de_almeida.pdf Acesso em: 01 maio 2023.

ALVES, W. S. **COVID-19 no Brasil:** os efeitos de sentido em torno de Jair Bolsonaro no facebook. 2022. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2022, Cap. 4. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16272/2/WILLAMIS_SANTANA_ALVES.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

ANDERY, M. A. *et al.* **Para compreender a Ciência:** uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, São Paulo: EDUC, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3035897/mod_resource/content/1/Texto%20-%20Para%20compreender%20a%20ci%C3%AAncia.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

ARAÚJO, L. C. M. Gênero e sexualidade na BNCC: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na educação básica. **Revista artes de educar**, v. 8, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/65331. Acesso em: 06 abr. 2023.

AVELAR, L. M. **O Ensino de Biologia na Educação de Jovens e Adultos:** a perspectiva Histórico-Cultural como princípio da organização do ensino-aprendizagem. 2022. 351 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2022, Cap. 4. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11996/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Lucas%20Martins%20de%20Avelar%20-%202022.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

BARD, C. Século XX e início do XXI. *In:* STEINBERG, S. (org.). **Uma história das sexualidades**. São Paulo: SESC, 2021, parte 5, Cap 1, p. 225-234.

BARROSO, L. de M.; BRUSCHINI, M. C. A. **Educação sexual:** debate aberto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

BBC. **As práticas médicas do Egito Antigo que são usadas até hoje**. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-40634202. Acesso em: 01 maio 2023.

BEDIN, R. C. **A história do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP**. 2016. 154 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016.

BÍBLIA ONLINE. **Bíblia** (Versão Católica). Disponível em: http://www.bibliaonline.com.br/. Acesso em: 28 mar. 2023.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *In:* BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia sóciohistórica:** uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-35.

BOEHRINGER, S. O trabalho com a sexualidade antiga. *In:* STEINBERG, S. (org.). **Uma história das sexualidades**. São Paulo: SESC, 2021, parte 1, Cap. 1, p. 25-31.

BONFIM, C. R. S. **Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas:** contradições, limites e possibilidades. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Ciencias/teses/tese14edusexual_prof.pdf. Acesso em: 10 dez 2022.

BORRILLO, D. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOUZON, E. **O Código de Hammurabi**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394/1996.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação**, LAI 12.527/2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEP Nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 8-12, 2 jul. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**, PNE 13.005/2014.

BRASIL. Decreto n.º 7.219/2010 e regulamentado pela Portaria 096/2013. Brasília, 2017a.

BRASIL. Decreto nº 9.235/2017 e regulamentado pela Portaria Normativa nº 21/2017. Brasília, 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRAZ, M. G. F.; BARROS, J. C. M. Sexualidade: perspectiva histórica e significação cultural. **Acta Biomedica Brasiliensia**, v. 10, n. 1, p. 13-22, 2019. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15447/Sexualidade%20-%20perspectiva%20hist%C3%B3rica%20e%20significa%C3%A7%C3%A3o%20cultural.pdf?sequence=1&isAllowed=y

#:~:text=Os%20 hebreus%20 destinavam%20o%20sexo,sexual%20 tornava%2 Dse%20bem%20vista. Acesso em: 23 mar. 2023.

BUENO, R. C.P.; RIBEIRO, P. N. M. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 30 abr. 2023.

BUTLER, J. Críticamente subversiva. *In*: JIMÉNEZ, R. M. M. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios *queer*. Barcelona: Icária editorial, 2002, Cap. 2, p. 55-81.

BUTLER, J. **Problema de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPES. **Programa de Residência Pedagógica**. Edital 01/2020. Disponível em: https://uab.capes.gov.br/images/novo_portal/editais/editais/06012020-Edital-1-2020-Resid%C3%AAncia-Pedag%C3%B3gica.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

CARDOSO, L. R. et al. A. Gênero em Políticas Públicas de Educação e Currículo: do direito às invenções. **Revista E-curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1458-1479, 2019. https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44651/30834

CARDOSO, L. R.; BERTOLDO, T. A.T.; SANTOS, L. B. A. Gênero e sexualidade na formação docente: um mapeamento das pesquisas entre norte e nordeste. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1743-1764, 2020. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44651/30834. Acesso em: 09 mar. 2022.

CARRARA, S. (Org.) **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. Disponível em: https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

CASTRO, A. L. S.; *et al*. Concepções de licenciandos sobre a homossexualidade: preconceito na formação de professores? **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 40, 2018. Disponível em: http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/1582. Acesso em: 28 maio 2023.

CAVICCHIOLI, M. R. Fama e infâmia na sexualidade romana. **Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 3, p. 153-169, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/8767. Acesso em: 22 mar. 2023.

CHAUÍ, M.; KEHL, M. R.; WEREBE, M. J. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos de pesquisa**, v. 36, p. 99-110, 1991. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1584/2372. Acesso em: 17 jun. 2022.

COELHO, Y. C. M.; VASCONCELOS, S. M. Orientação Sexual Escolar e a Formação de Professores de Ciências: da Individualidade à Reflexão da Prática Docente. **Polêm!ca**, v. 19, n. 3, p. 39-59, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

CUNHA, P. F. L. da. A longa história da repressão sexual. **Psicologia em curso**, v. 2, n. 8, p. 19-26, 1981.

CURADO, K. A. P. C. da S. **Epistemologia da práxis na formação de professores perspectiva crítico-emancipadora**. 2019. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

DESIDÉRIO, R. O que é sexualidade? Representações conceituais de professores sobre sexualidade em escolas paranaenses. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, p. 945 – 960, 2014. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/4992. Acesso em: 15 mar. 2023.

DUARTE, N. A contradição entre universalidade da cultura humana e o esvaziamento das relações sociais: por uma educação que supere a falsa escolha entre etnocentrismo ou relativismo cultural. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, v. 32, n. 3, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/RF9hVbvrCXvYsB44VWQgHcQ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 02 ago. 2022.

ELLIS, H. **Psicologia do Sexo**. Rio de Janeiro: Filomena Nunes, 1971. Disponível em: http://cabana-on.com/Ler/wp-content/uploads/2017/08/Ellis-Havelock.-Psicologia-do-Sexo.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo**, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 1876. Disponível em: https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/sobre-o-papel-do-trabalho-na-transformacao-do.pdf. Acesso em: 17 nov 2022.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. De cores a matizes: sujeitos, conexões e desafios no movimento LGBT brasileiro. **Revista Latinoamericana**, n. 3, p. 54-81, 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/41/245. Acesso em: 17 nov. 2022.

FERREIRA, R. R. M. 9 Conquistas da comunidade LGBTQIA+ no Brasil para se orgulhar. **Bicha da Justiça**, Blog, Direitos LGBTQIA+. 2022. Disponível em: https://bichadajustica.com/blog/mes-do-orgulho-lgbt-conquistas-da-comunidade-lgbt-no-brasil/. Acesso em: 28 maio 2023.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas,** v. 7, n. 1, p. 1-21, 2006. Disponível em:

https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323/1132. Acesso em: 25 abr. 2023.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances**, v. iv, p. 123-133, 1998. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/84/96. Acesso em: 25 abr. 2022.

FIORAVANTI, C. As máscaras da histeria: distúrbio psíquico que ajudou a gênese da psicanálise é confundido no presente com epilepsia. **Pesquisa FAPESP**, 117 ed., 2005. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/as-mascaras-da-histeria/#:~:text=Segundo%20a%20psican%C3%A1lise%2C%20%C3%A9%20uma,que%20nunca%20vai%20se%20concretizar. Acesso em: 24 maio 2023.

FOUCAULT, M. Sexualidade e política e Sexualidade e Poder. *In:* **Ética, sexualidade, política**. Trad. Elisa Monteiro, Inês A. D.B. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 26-36.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FURLANI, J. **Sexualidade e Estudos de Gênero**. *In:* Semana do Biólogo Univille. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qdjcLbiRBJE. Acesso em: 10 jan. 2021.

FURLANI, J. **O bicho vai pegar! Um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis**. 272 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS, Porto Alegre, RS. 2005. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13259 . Acesso em: 08 maio 2023.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOMES, J. C. A. Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 3, p. 01-33, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdgv/a/WmD3ZFV7jy6x3JKnPjbfXSN/. Acesso em: 31 jul. 2022.

GONÇALVES, F. J. **O Antigo Testamento e a Sexualidade (I-IV).** Disponível em: http://www.triplov.com/ista/fatima_2003/francolino/. Acesso em: 28 mar. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, A. E. (Org.). **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde**: 1991-2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARRIS, A. Non-binary Gender Concepts and the Evolving Legal Treatment of UK Transsexed Individuals: A Practical Consideration of the Possibilities of Butler. **Journal of International Women's Studies**, v. 13, n. 6, p. 57-71, 2012.

HOUBRE, G. O século XIX. *In:* STEINBERG, S. (Org.). **Uma história das sexualidades**. São Paulo: SESC, 2021, parte 4, Cap. 1, p. 170-185.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília: EDA/FBN, 2012. Disponível em: https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. *In*: RIBEIRO, P. R. C. *et al.* (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, p. 59-69, 2007.

JUSTAMAND, M. *et al.* Representações de Práticas Sexuais nos Registros Rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/Pi – Brasil. **Cordis**. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 274-291, 2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/39718/26890. Acesso em: 03 dez. 2022.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, Lógica dialética.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

LETT, D. O ocidente medieval. *In:* STEINBERG, S. (Org.). **Uma história das sexualidades**. São Paulo: SESC, 2021, parte 2, Cap. 1-5, p. 71-111.

LIBÂNEO, J. C. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**. n. 27, p. 5-24, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZMN47bVm3XNDsJKyJvVqttx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 dez. 2022.

LIBÂNEO, J. C. Formação de professores e didática para o desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 629-650, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/GB5XHxPcm79MNV5vvLqcwfm/abstract/?lang=pt. Acesso em: 03 dez. 2022.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. **O corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**. Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, P. D. Os desafios de ser professora e lésbica nas escolas: a arte de viver e produzir o gênero na docência. **Revista Periódicus** , v. 1, n. 4, p. 254–274, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/15433. Acesso em: 17 nov. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, M.; SOARES, Z. M. P.; COELHO, L. J. Educação em sexualidade e gênero na Licenciatura em Ciências Biológicas: relatando uma experiência do Programa de Residência Pedagógica. **Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/4297. Acesso em: 6 mar. 2023.

MIRANDA, O. C.; GARCIA, P. C. A Teoria *Queer* com representação da cultura de uma minoria. In: III EBE CULT - Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2012, Cachoeiras. **Anais** [...]. Cachoeira, 2012. Disponível em: https://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/A-teoria-queer-como-representa%C3%A7ao-da-cultura-de-uma-minoria.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.

NASCIMENTO JUNIOR, A. F. **Construção de Estatutos de Ciência para a Biologia numa Perspectiva Histórico-Filosófica:** uma abordagem estruturante para seu ensino. 2010. 437f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista. 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102048/nascimentojunior_af_dr_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 set. 2022.

NOVAES, M. O. “Cura *gay*”: psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 16, p. 113–125, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/36905. Acesso em: 27 maio 2023.

NUNES, C.A. **Desvendando a Sexualidade**. Campinas: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, T. V.; PRADO, V. M. P. “Não contavam com minha astúcia”: contrapontos à masculinidade hegemônica dos super-heróis. **Educação e Diversidade**. Rio Grande, v. 9, n. 1, p. 484-508, 2021. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12936. Acesso em: 14 abr. 2023.

PAIVA, E. H. S. *et al*. Residência pedagógica: percepção das preceptoras acerca da educação em sexualidade e gênero. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, v. 14, n. 1, p. 76–96, 2021. Disponível em: https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/557. Acesso em: 16 mar. 2023.

PEREIRA, V. A. Sexualidade infantil e orientação sexual na escola. *In:* **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. CAPELLINI, V. L. M. F. (Org.). Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. 2 ed. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

REIS, N.; PINHO, R. Gêneros Não-Binários: Identidades, Expressões e Educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016. Disponível em: http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index. Acesso em: 30 nov. 2022.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. Institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. *In:* RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação:** aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p. 27-71.

RIBEIRO, H. C. F. Direitos humanos, direitos sexuais e as minorias sexuais. *In:* FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. *In:* P. R. M. Ribeiro (Org.). **Sexualidade e educação:** aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25.

RIBEIRO, P. R. C. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. *In:* RIBEIRO, P. R. C. (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades:** questões possíveis para o currículo escolar. 3. ed. Rio Grande: FURG, 2013. p. 11-16.

ROSA, S. V. L.; SYLVIO, M. C. de. Teoria Histórico-Cultural e Teoria do Ensino Desenvolvimental: bases para uma epistemologia psicológico-didática do ensino. **Revista Educativ**a, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 419-448, 2016.

ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p. 11-19, 1985. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1372/1373. Acesso em: 25 maio 2023.

SANTIAGO, I. M. **Sexualidade e gênero:** as práticas educativas na educação infantil. 2012. 45 f. Monografia - Curso de Pedagogia, Faculdade Cenecista de Capivari - FACECAP - São Paulo, 2012. Cap. 1, p. 10-15. Disponível em: https://docplayer.com.br/19040218-Sexualidade-e-genero-as-praticas-educativas-na-educacao-infantil.html. Acesso em: 25 abr 2023.

SANTOS, T. E. C. **Educação de crianças e adolescentes intersexo**. 2020. 180 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília, Marília, 2020.

Cap. 4 – Intersexo, p. 35-70. https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193215. Acesso em: 25 out. 2023.

SANTOS, A. G.; SANTOS, A. L. P. Sexualidade: abordagem na licenciatura em Ciências Biológicas. **Anais,** II Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Campina Grande, Paraíba, 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA9_ID3600_23102016232608.pdf. Acesso em: 6 mar. 2023.

SANTOS, E. Orgulho LGBT, lutas e conquistas. Homepage: **LGBT PSB**, 2020. Disponível em: https://www.lgbtpsb.org.br/2020/06/16/orgulho-lgbt-lutas-e-conquistas/. Acesso em: 16 mar. 2023.

SARTORI, T. L. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na BNCC. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 23, 2022. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15558. Acesso em: 27 maio 2023.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Orgs.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. *In:* AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/000923127. Acesso em: 15 fev. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667. Acesso em: 30 ago. 2021.

SEFFNER, F. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2003. 261 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Cap. 12, p. 173-193. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4340. Acesso em: 16 jul. 2021.

SILVA, R. D. D. **Educação em Ciência e Sexualidade**: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre a sexualidade no aluno. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2009. Cap. 5, 6 e 7, p. 72-90. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4444. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVA, J. G. **O papiro erótico de Turim e os espaços do cotidiano no Egito Antigo**. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Cap. 3. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/19728/1/JosianeGomesDaSilva_DISSERT.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.

SILVA, O. M. Origens da educação (Sexual) brasileira e sua trajetória. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO da UFPI,2002, Teresina. **Anais**... Teresina: EDUFPI, 2002. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.13/GT13_4_2002.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

SOARES, Z. M. P.; SANTOS, N. R. L. dos; PEREIRA, S. Documentos curriculares oficiais assegurando a abordagem de gênero e sexualidade para a educação básica: um olhar para o ensino de ciências. *In*: **V Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, 2018, Londrina -PR. **Anais** V Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2018. Disponível em: http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1230/1023. Acesso em: 03 maio 2023.

SOUZA, E. J.; DORNELLES, P. G.; MEYER; D. E.E. Corpos que desassossegam o currículo de biologia: (des)classificações acerca de sexualidade e gênero. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 278-300, 2021.

SOUZA, V. G. P. *et al*. Sexualidade no ensino de biologia: uma abordagem didática na roda de conversa. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 17, n. 1, p. 295-312, 2022. Disponível em: https://fisica.ufmt.br/eenciojs/index.php/eenci/article/view/869. Acesso em: 18 maio 2022.

SPITZNER, R. H. L. **Sexualidade e adolescência:** reflexões acerca da educação sexual na escola. 2005 . 162 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Cap. 1, p. 16-81.

STEARNS, P. N. A sexualidade antes da época Moderna. *In*: STEARNS, P. N. A. **História da Sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 19-109.

STEINBERG, S. Do Renascimento ao Iluminismo. *In:* **Uma história das sexualidades**. São Paulo: SESC, 2021a, p. 112-166.

STEINBERG, S. (org.). **Uma história das sexualidades**. São Paulo: SESC, 2021b.

TANNAHILL, R. **O sexo na história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1983.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, C,; OLIVEIRA, E. R. B. Educação e assexualidades: uma das dimensões da desigualdade no universo escolar. *In:* RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade.** Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2010. Cap. 1, 2, 3, 4 e 5, p. 29-156.

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. *In:* LOURO, G. L. (org.). **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WEISSHEIMER, F. S. **Leituras, usos e apropriações do *Kama Sutra* em Alicia Gallotti no tempo presente**. 2018. 180 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. Cap. 1, p. 13-32. Disponível em:https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2553/Felipe_Salvador_Weissheimer__Final_15713402076314_2553.pdf. Acesso em: 04 nov. 2023.

WELLE, D. Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças. **Carta Capital**, 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/. Acesso em: 24 maio 2023.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

ZOCCA, A. R. *et al.* Percepções de adolescentes sobre sexualidade e educação sexual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, p. 1463-1476, 2016. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8331/5639. Acesso em: 25 jun. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro 10 - Panorama das LCB com sexualidade no PPC

Região	Universidade Federal Brasileira	Sigla	Código	Modalidade	Carga horária	Ano PPC
CO 1 curso	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	18381	Pres	3.281h	2019
NE 13 cursos	Universidade Federal de Sergipe	UFS	327	Pres	3.255h	2014
	Universidade Federal de Sergipe	UFS	95037	Pres	3.255h	2014
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	120887	EaD	3.266h	2018
	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	1380817	EaD	3.605h	2018
	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	14512	Pres	3.615h	2018
	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	99804	Pres	3.210h	2019
	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	11426	Pres	3.900h	2013
	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	1292765	Pres	3.641h	2018
	Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	32	Pres	2.872h	2012
	Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	99026	Pres	3.360h	2016
	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	1288838	Pres	3.496h	2018
	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	107436	Pres	3.581h	2019
	Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	20122	Pres	3.470h	2018
Norte 4 cursos	Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	18363	Pres	3.720h	2013
	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	1270468	Pres	3.795h	2019
	Universidade Federal do Acre	UFAC	113703	Pres	3.520h	2017
	Universidade Federal do Acre	UFAC	11543	Pres	3.560h	2017
SE 12 cursos	Fundação Universidade Federal do ABC	UFABC	1102399	Pres	3.228h	2016
	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	96403	Pres	3.840h	2010
	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	115096	Pres	3.150h	2008
	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	115078	Pres	3.210h	2007
	Universidade Federal de Lavras	UFLA	122662	Pres	3.339h	2020
	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	103029	Pres	3.335h	2018
	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	115872	Pres	3.545h	2018
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	114562	Pres	3.840h	2019

Região	Universidade Federal Brasileira	Sigla	Código	Modalidade	Carga horária	Ano PPC
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	1285018	Pres	3.437h	2020
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	100900	Pres	3.230h	2021
	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	12812	Pres	3.725h	2021
	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	1322126	EaD	3.420h	2019
Sul 8 cursos	Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	123411	Pres	3.525h	2013
	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	1152544	Pres	3.750h	2018
	Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	113735	Pres	3.300h	2019
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	1484894	EaD	3.535h	2018
	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	1152571	Pres	3.765h	2020
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	1400718	Pres	3.225h	2017
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	1270469	Pres	3.242h	2016
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	1151549	Pres	3.285h	2016

Fonte: autor da pesquisa (2023).

APÊNDICE B

Quadro 11 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Educação

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
UNIR (18363)	Atividades Integradoras 5 (60h - Optativa)	As atividades Integradoras 5 terão caráter interdisciplinar, ao estabelecer relações entre o desenvolvimento humano e a aprendizagem de conteúdos de ciências naturais e/ou biologia. Oficinas de uso de Informática e das Novas Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação no ensino-aprendizagem dos Eixos Temáticos de Ciências (corpo humano e saúde; vida e ambiente) e dos temas transversais (saúde e orientação sexual; meio ambiente) com estudantes e/ou professores da educação básica visando superar problemas que causam exclusão no contexto educacional.
	Estágio de Docência I (100h - Obrigatória)	Observação e Participação em escolas de ensino fundamental da comunidade junto aos professores de Ciências Naturais e Biologia, refletindo sobre os problemas identificados com base no referencial teórico estudado na graduação. Propor intervenções pedagógicas sobre situações-problemas identificadas referentes ao uso das Novas Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação no ensino- aprendizagem dos Eixos Temáticos de Ciências (corpo humano e saúde / vida e meio ambiente) e dos temas transversais (saúde e orientação sexual; meio ambiente).
UFAC (113703)	Ensino em Ciências (75h - Obrigatória)	Organização do trabalho pedagógico do ensino de ciências, considerando os Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental – anos finais, documento introdutório, específico e dos temas transversais. Diversidade de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional.
UFRN (120887)	Tópicos Especiais em Ciências Biológicas (60h - Obrigatória)	Estudo de temas atuais nas ciências da vida: contextualização social e histórica e as implicações para o ensino. Debate contemporâneo das relações entre ética e biologia: a experimentação em animais, a Engenharia genética e a aplicação prática dos conhecimentos de genética humana. Diversidade étnico racial. A valorização do negro. Direitos humanos. Política de cotas no Brasil. Aspectos gerais em educação especial. Corpo e sexualidade. Diversidade de gênero e suas manifestações na escola. As atividades práticas desenvolvidas nesta disciplina tem caráter extensionista.
UNIVASF (1380817)	Educação para a Diversidade: pluralidade cultural (60h - Obrigatória)	Diversidade, Gênero, Sexualidade, Orientação sexual e Relações étnico-raciais. Impactos desses temas na escola. O papel dos profissionais da educação diante dessas questões.
UFCG (99804)	Psicologia e Educação (60h - Obrigatória)	Educação como processo social e tendências pedagógicas. Desenvolvimento humano (infância, adolescência, vida adulta e 90 e terceira idade) e aprendizagem. Aspectos psicológicos da relação pedagógica e mitos do fracasso escolar: diferenças individuais, ideologia e contexto socioeconômico e histórico. Educação especial e inclusão. Gênero e diversidade sexual. Temas atuais em desenvolvimento humano e implicações para a educação.

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
UFMA (11426)	Educação Especial (60h - Obrigatória)	Discussão sobre as bases da educação especial no contexto da educação geral; destaque para a relação da sociedade com a diferença/deficiência; em que consiste a educação especial, sua operacionalização nos diversos níveis e modalidades de ensino. A escola e a política de inclusão; adaptações curriculares e formação docente. As relações família/criança com deficiência; a questão da sexualidade e do lazer.
UFAL (107436)	Desafios para o Ensino de Ciências e Biologia (54h - Obrigatória)	A produção do conhecimento científico e suas relações socioculturais. As diferenças de gênero, de corpo, de sexualidade. Elaboração de projetos didáticos no ensino de Ciências e Biologia para a pluralidade e inclusão escolar (Aulas de campo, feiras, mostras).
	Prática Pedagógica como Componente Curricular 3 (180h - Obrigatória)	Concepções de gênero e sexualidade. Atuação do professor de Ciências e Biologia na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Afro-indígena.
UFABC (1102399)	Educação em Saúde e Sexualidade (36h - Optativa)	Saúde e Sexualidade como "descoberta, construção e busca", numa perspectiva bio-psico-sócio-cultural. Papel da escola na promoção da saúde e no desenvolvimento da sexualidade humana. Perspectiva histórica e interdisciplinar das questões de saúde e sexualidade. Gênero e diversidade sexual. Produção de materiais didáticos envolvendo os temas saúde e sexualidade no contexto da escola básica e de espaços educativos não formais. Elaboração de projetos educativos para espaços escolares e/ou comunitários. Estudo sobre as violências das várias ordens que cercam a vida de alguns alunos e que interferem na saúde, nas relações e comportamentos sexuais. Desenvolvimento da sexualidade no ciclo vital (crianças, adolescentes, adultos e idosos) nos aspectos biológicos, emocionais e psicológicos.
	Práticas de Ensino de Biologia III (36h - Obrigatória)	Articulação entre as áreas no Ensino Médio. Os conteúdos da biologia e sua transposição para o Ensino Médio. Interdisciplinaridade e temas transversais (Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual). Aprofundamento da estrutura de cada uma dessas disciplinas e sua relação com outras em projetos interdisciplinares. Novas dinâmicas de aprendizagem. Avaliação e ensino de Biologia. Proposição e desenvolvimento de um projeto interdisciplinar para o Ensino Médio Regular, Técnico e para a Educação de Jovens e Adultos.
UFLA (122662)	Projeto Integrador em Ciências Biológicas Licenciatura II (34h - Obrigatória)	Discutir e pesquisar diferentes temáticas necessárias ao exercício da docência, a partir da prática social e educativa, como aquelas relacionadas à diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial, integrando as contribuições as diversas disciplinas do Curso de Ciências Biológicas e inclusive com a possibilidade de parceria com as escolas da região.
	Aspectos	A educação como processo de formação do indivíduo mediado por instituições, tais como: a escola, a família, os meios de

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
UFVJM (100900)	Psicossociais dos Processos Educativos (45h - Obrigatória)	comunicação. Aspectos psicossociais envolvidos na educação na atualidade: uso/abuso de substâncias psicotrópicas, violência, educação inclusiva, indisciplina, relação professor/aluno, expressão da sexualidade, saúde do professor e direitos humanos.
	Educação e Relações Étnico-Raciais (45h - Obrigatória)	Estudo e análise introdutória sobre Educação e Relações Étnico-Raciais na Sociedade brasileira, e a perspectiva de compreensão das desigualdades sociais, tendo o racismo como objeto de análise. Com ênfase no campo educacional e seus protagonistas: população negra em busca de constituição e mudanças. Debate político e ideológico sobre raça e etnia, e suas implicações a outras questões do cotidiano social: classe, gênero, sexualidade, juventude, religiosidade, escolaridade e currículo. Diagnóstico e avaliação das políticas públicas de recorte focal, que buscam superar as demandas educacionais relacionadas à diversidade étnico-racial: na educação básica (Leis Federais no. 10.639/03 e no. 11.645/08) e no ensino superior (Lei Federal no. 12.711/12). Diálogo com a produção teórica sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, e compreensão das ações do currículo escolar da educação básica com enfoque numa práxis educativa antirracista.
UFES (12812)	Tópicos Especiais no Ensino de Biologia (45h - Obrigatória)	Temas bioéticos; educação ambiental; educação em saúde; educação e sexualidade; ética e pluralidade cultural e outros temas presentes no currículo de Ciências e Biologia na educação básica; o exercício da docência, democracia, cidadania e justiça social.
UFFS (1152544)	Temas Contemporâneos e Educação (60h - Obrigatória)	Educação, currículo e diversidade. Temas emergentes em Educação: Gênero e Sexualidade, Educação e Saúde, Direitos Humanos. Diversidade étnico-racial, cultura e história afro-brasileira e indígena. Educação de Jovens e Adultos. Educação no Campo. Educação em comunidades Quilombolas. Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas públicas relacionadas aos respectivos temas. Análise de pesquisas, de propostas e/ou práticas pedagógicas articuladas em currículos que abordam a diversidade e a inclusão.
	Estágio Curricular Supervisionado: Educação não Formal (105h - Obrigatória)	Elaboração e execução de um projeto educativo a ser desenvolvido em espaços educativos não-formais, como: Escolas, Espaços Culturais, Parques, ONGs, Instituições Públicas ou Privadas, Museus, com a temática relacionadas às Ciências e temas transversais e contemporâneos da Educação. Desenvolvimento de atividades de intervenção como: jogos, experimentos, palestras, filmes, simulações, oficinas, textos (poesia, música),páginas da web, recursos didáticos digitais, jogos didáticos, trilhas, ou outros, com relações entre conteúdos articulados ao curso de formação e ações de educação mais amplas, como Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Especial, Educação em Saúde, Educação Ambiental, Educação Sexual, Alfabetização Científica, Educação entre outros. Elaboração de relato de experiência de estágio.
UFFS (1152571)	Tópicos Contemporâneos em Educação (30h -	Educação, currículo e diversidade. Temas emergentes em Educação: gênero e sexualidade, direitos humanos, diversidade étnico-racial, cultura e história afro-brasileira e indígena. Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas públicas relacionadas aos

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
	Optativa)	respectivos temas. Análise de pesquisas, de propostas e/ou práticas pedagógicas articuladas em currículos que abordam a diversidade e a inclusão social, étnica e de gênero.
UFRGS (1484894)	Instrumentalização para o Ensino de Questões Étnicas e Raciais (45h - Obrigatória)	Reflexões sobre o papel do professor, da professora com atuação nas Ciências Biológicas para o ensino de questões étnicas e raciais. Identidade social e identidade cultural. Interculturalidade, diversidade da sexualidade humana e sua representação. As diversidades culturais e étnico-raciais na licenciatura em ciências biológicas.

Fonte: autor da pesquisa (2023).

APÊNDICE C

Quadro 12 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Direitos Humanos

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
UNIFAP (1270468)	Fundamentos da Sociologia (60h - Obrigatória)	Os conceitos e objetos da sociologia e da educação. O fato social. As teorias sociológicas e tendências ideológicas na educação. Clássicos da sociologia: Comte, Durkheim, Marx e Weber. A educação na sociedade globalizada inserida no modelo neoliberal. A relação dialética entre Escola, Estado e Sociedade. O papel dos intelectuais na Educação e o processo de proletarização do magistério. As decisões políticas do Estado capitalista e a educação como política social. O Estado e as relações saber versus poder. A educação popular na escola pública: abordagens progressistas e reprodutivistas em educação; economia e globalização em educação; multiculturalismo, movimentos sociais; mídia; violência escolar e diversidade sexual. O desenvolvimento sustentável como novo paradigma de políticas públicas.
UFRPE (14512)	Introdução à Sociologia (60h - Optativa)	A sociologia enquanto ciência: histórico, objeto, método de construção do conhecimento. Os principais conceitos para compreensão da dinâmica social segundo os fundadores da sociologia – Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber. Processos institucionais da análise macrossocial: Trabalho, estrutura de classes e desigualdades sociais; Política, democracia e participação; Cultura, indústria cultural e meios de comunicação; Religião. Processos sociais interativos e análise microssocial: Ação Coletiva e Movimentos Sociais; Sexualidade, feminismo e relações de gênero; identidades étnico-raciais e geracionais. Mudança social e Globalização.
UNILAB (1292765)	Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (60h - Obrigatória)	Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura afro-brasileira.
UNIFAL (20122)	Reprodução, Gênero e Sexualidade na Educação (30h - Obrigatória)	Histofisiologia do aparelho reprodutor masculino e feminino. Autoconhecimento, puberdade e adolescência. Sexualidade, identificação de gênero, corpo e biossociabilidades, novos contextos de cidadania sexual e afetiva. Famílias, diversidades sexuais e políticas de superação das desigualdades de gênero. Reprodução, métodos contraceptivos, aborto e ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Gravidez na adolescência.
UFSCar (96403)	Psicologia da Adolescência e Problemas Psicossociais (60h - Obrigatória)	Definição, objeto e métodos da psicologia da adolescência. Aspectos histórico- culturais e bio-psicossociais do conceito adolescência. Desenvolvimento humano e Adolescência: abordagem psicanalítica; humanista; cognitivista e histórico-cultural. Problemas psicossociais. Prática educativa formal e não-formal para e com adolescentes. Temas atuais da adolescência: inclusão social; identidade; etnicidade; participação sociopolítica; grupos e culturas juvenis; sexualidade, afetividade e gênero; trabalho; violência e a questão das drogas.
UFSCar (115096)	Psicologia da Adolescência e Problemas Psicossociais (30h -	Adolescência: desenvolvimento físico, intelectual e psicossocial. Definindo a adolescência: contribuição de alguns teóricos. A adolescência como ideal cultural: da invenção da infância à época da adolescência; A adolescência na

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
	Obrigatória)	história social da subjetividade e como efeito sobre a subjetividade da passagem da sociedade tradicional à moderna. Discussão de temas emergentes: a busca da identidade; a sexualidade; as drogas e a escolha profissional.
UFSCAR (115078)	Psicologia da Adolescência e Problemas Psicossociais (60h - Obrigatória)	A construção social e histórica da adolescência e da juventude e as questões psicossociais envolvidas nessa fase da vida e no contemporâneo: identidade, inclusão social, participação sócio-política, grupos e culturas juvenis, sexualidades e gêneros, mercado de trabalho, o fenômeno da violência e a questão das drogas (política de redução de danos).
UFTM (114562)	Homem, Sociedade e Cultura (90h - Obrigatória)	Fundamentos teóricos das Ciências Sociais. A relação natureza e cultura. Processos de socialização. Diversidade social e cultural: classes sociais, gênero, raça e sexualidade.
UFTM (1285018)	Psicologia, Educação e Contemporaneidade (30h - Obrigatória)	Contribuições da psicologia no estudo de temáticas da vida contemporânea como a violência, a sexualidade, a saúde, a qualidade de vida e outras temáticas interferem nas relações humanas presentes nas instituições sociais. Papel da psicologia na compreensão dos fenômenos relacionados ao desenvolvimento humano, à aprendizagem e às relações interpessoais nas instituições sociais e educacionais.
UFES (12812)	Educação e Diversidade (60h - Obrigatória)	Diversidade e diferença como constituintes da condição humana. Abordagens sobre a diversidade e a diferença no campo educacional. A escola inclusiva. Legislação, Políticas Públicas: gênero, deficiência, diversidade sexual, indígena, educação ambiental e outros. A formação de professores e a diversidade no espaço educacional.
UFES (1322126)	Educação e Diversidade (60h - Obrigatória)	Diversidade e diferença como constituintes da condição humana. Abordagens sobre a diversidade e a diferença no campo educacional. A escola inclusiva. Legislação, Políticas Públicas: gênero, deficiência, diversidade sexual, indígena, educação ambiental e outros. A formação de professores e a diversidade no espaço educacional.
UFFS (1152571)	Sexualidade e Diversidade (60h - Optativa)	A cidadania sexual e afetiva, direitos sexuais reprodutivos, direitos sexuais, Estado laico, famílias, diversidades sexuais e políticas de superação das desigualdades de gênero e das violências. A escola e o trato com as questões da diversidade sexual e das relações de gênero. A teoria *queer*.

Fonte: autor da pesquisa (2023).

APÊNDICE D

Quadro 13 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Conceitos Fundamentais

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
UFAL (1288838)	Projetos de Extensão em Educação Sexual e Sexualidade (54h - Obrigatória)	Educação Sexual e Sexualidade: conceitos e aspectos legais para promoção da educação sexual em espaços formais e não-formais de educação. Estratégia pedagógica para mediação de temas conflituosos. Universidade e Comunidade na promoção da Educação Sexual e Sexualidade.
UFOB (99026)	Diversidade, Gênero e Sexualidade na Escola (45h - Optativa)	A emergência do gênero. Multiculturalismo e políticas da diversidade. A construção social e cultural das diferenças. Gêneros e sexualidades na escola. Feminismos e Estudos *Queer*. Subalternidade, abjeção e resistências culturais. Pedagogias contranormativas.
UNIFAL (20122)	Gênero e sexualidade na educação EaD (60h - Optativa)	Gênero, sexo e sexualidade. A construção da identidade e da diferença no cotidiano escolar. Homofobia e violência nas escolas.
UFS (95037)	Corpo, Gênero e Sexualidade (60h - Obrigatória)	Corpo, gênero e sexualidade na perspectiva multicultural e dos direitos humanos. Conceitos chave: heteronormatividade, masculinidades e feminilidades, diversidade sexual, desenvolvimento psicossexual, relações de poder e hierarquias de gênero, preconceito, discriminação e violências. Pluralidade cultural
	Sexualidade Humana (60h - Optativa)	Bases biológicas, psicológicas e sociais da sexualidade humana; repressão sexual; sexualidade nas diferentes fases da vida; diversidade sexual; resposta sexual humana; erotismo e pornografia; parafilias; prostituição e exploração sexual infantil; temas contemporâneos da sexualidade humana; projetos de educação sexual.
UFS (327)	Corpo, Gênero e Sexualidade (60h - Obrigatória)	Corpo, gênero e sexualidade na perspectiva multicultural e dos direitos humanos. Conceitos chave: heteronormatividade, masculinidades e feminilidades, diversidade sexual, desenvolvimento psicossexual, relações de poder e hierarquias de gênero, preconceito, discriminação e violências. Pluralidade cultural.
	Sexualidade Humana (60h - Optativa)	Bases biológicas, psicológicas e sociais da sexualidade humana; repressão sexual; sexualidade nas diferentes fases da vida; diversidade sexual; resposta sexual humana; erotismo e pornografia; parafilias; prostituição e exploração sexual infantil; temas contemporâneos da sexualidade humana; projetos de educação sexual.
UFU (115872)	Corpo, Gênero e Sexualidade (60h - Obrigatória)	Discussão, reflexão, bem como reunir pesquisas teóricas e empíricas de estudos relacionados à temática corpo, gênero e sexualidade destacando temáticas referentes a: relações de gênero e relações de poder, corpo, identidade e gênero. As construções/representações de gênero pela cultura: mídia, cinema, instituições, esporte, escola. Socialização, educação, sexualidade e gênero. Juventude, gênero, corpo e sexualidade. Identidades sexuais e de gênero, os discursos contemporâneos sobre corpo, gênero e suas diferenças encontradas no ambiente escolar. Mobilizações sociais e políticas públicas voltadas para igualdade de gênero e de orientações sexuais, imbricados nos princípios em educação

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
		em direitos humanos.
UFSCAar (96403)	Gênero, Sociedade e Políticas Públicas (30h - Optativa)	A construção histórico-social da categoria de gênero. Gênero no Brasil nos estudos étnico-raciais, sócio ambientais, de comunidades urbanas e camponesas e nos estudos geracionais. Percepção, Identidade e Estruturas de poder. Gênero e sexualidade: turismo sexual e exploração infanto-juvenil. Gênero, lazer e educação: o enfoque e perspectivas das Políticas Públicas. Gênero e Participação Comunitária em projetos de desenvolvimento sustentável.
UTFPR (1151549)	Sexualidade (60h - Optativa)	História da sexualidade. Transformação da sexualidade no decorrer da história. Sexualidade e desenvolvimento humano – definição de sexo e sexualidade, comportamento sexual. Sexualidade e as relações de gênero – papéis atribuídos ao homem e a mulher, relações de gênero e preconceito sexual, direitos sexuais. Sexualidade e educação – perspectivas contemporâneas para a educação sexual. Educação sexual na educação básica. Tópicos especiais em sexualidade.
UFPEL (113735)	Corpos, gêneros e sexualidades (51h - Optativa)	Corpos, gêneros e sexualidades problematiza o campo “gênero e diversidade sexual”, está focada nas pautas internacionais e locais do cenário social como a igualdade de gênero, a não discriminação por sexo, orientação sexual e identidade. Compreende atividades teóricas e práticas e os conteúdos são desenvolvidos através de exposição, debates, roda de conversa, material visual, aulas abertas, participação de convidados, entre outras atividades.

Fonte: autor da pesquisa (2023).

APÊNDICE E

Quadro 14 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Biologia e Saúde

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
UFAC (11543)	Projeto de Extensão em Saúde e Educação Sexual (60h - Obrigatória)	Desenvolver programa ou projeto de extensão abordando temas como: A história da Sexualidade Humana. Sexualidade e Saúde global. As Dimensões da Sexualidade Humana. Manifestações da Sexualidade nas diversas fases da vida. O comportamento sexual e as mudanças biológicas relativas ao sexo. Gênero e Comportamento sexual. Reprodução na Adolescência. Sexualidade e Drogas na Adolescência. Sexualidade na Deficiência Mental. A Educação Sexual. Doenças Sexualmente Transmissíveis e Prevenção. Planejamento Familiar e Métodos Contraceptivos.
UFRN (120887)	Reprodução Humana (60h - Obrigatória)	Princípios gerais da endocrinologia e eixo hipotálamo hipofisário. Aspectos gerais da reprodução humana e fisiologia reprodutiva do sexo masculino. Biologia reprodutiva do sexo feminino. Questões de gênero e sexualidade. Fecundação, segmentação e implantação do blastocisto. Disco germinativo bilaminar, gastrulação, neurulação e dobramento do corpo do embrião. Período embrionário. Período fetal e anexos embrionários. Fisiologia da gravidez, do parto e da lactação.
	Conceitos em Reprodução Aplicados ao Ensino de Ciências e Biologia (60h - Optativa)	Homeostase. Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino. Parto e gravidez. Contracepção, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Uso de anabolizantes pelos adolescentes e suas consequências físicas e comportamentais. Adolescência e puberdade. Sexualidade e comportamento reprodutivo na adolescência. Gênero: papel sexual e social. Homofobia. Conflitos no ambiente escolar: estratégias de mediação.
UNILAB (1292765)	Educação em Saúde (45h - Obrigatória)	Educação em saúde: concepções e paradigmas. Políticas públicas de educação em saúde. Educação, saúde e cidadania. Escolas promotoras de saúde. Orientação sexual nas escolas. Saúde ambiental.
UFR (32)	Prática de Ensino em Programa de Saúde (64h - Obrigatória)	Conceito de saúde e doença. Condições de vida e saúde no Brasil. Ações educativas da saúde em geral. Importância da higiene pessoal e do ambiente para a saúde. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Ações e programas: saúde familiar, farmácia popular, bancos de leite humano, alimentação e nutrição, saúde mental. Educação sexual. Noções de epidemiologia.
UFTM (114562)	Educação para a Sexualidade – Faces e Interfaces na Formação do Professor (60h - Optativa)	Bases históricas e biopsicossociais da sexualidade. Mudanças biológicas e psicológicas durante a puberdade. Identidade sexual e suas repercussões sobre os papéis sociais. Saúde e Sexualidade. Mitos e Verdades. Gestação precoce. Música e sexualidade. Filmes e sexualidade. Sexualidade no contexto educacional.
UNIPAMPA (123411)	Biologia e Sociedade (60h - Obrigatória)	História e filosofia das ciências naturais; relações ciência, tecnologia e sociedade; pluralidade cultural; saúde e orientação sexual; ética profissional e cidadania; meio ambiente e sociedade; construção do conhecimento biológico.
UTFPR (1400718)	Educação para a Prevenção (30h-Optativa)	Valorização da vida, liberdade e responsabilidade de escolha, abordando os temas: Cultura da paz (bullying, violência, homofobia, diversidade/inclusão); Educação Sexual (prevenção em DST/AIDS, gravidez na

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
		adolescência); Prevenção a drogas (lícitas e ilícitas); Imagem corporal e transtornos alimentares.
UTFPR (1270469)	Saúde e Sexualidade (30h - Obrigatória)	Saúde, higiene e saneamento. Principais doenças e prevenção. Relação saúde-doença. Doenças sexualmente transmissíveis. Saúde pública.Sexo e sexualidade. Saúde e gravidez. Saúde mental e depressão.

Fonte: autor da pesquisa (2023).

APÊNDICE F

Quadro 15 - Ementa dos componentes curriculares do Eixo Temático Histórico-Social

Identificação	Dados dos componentes	Ementa
UFAC (11543)	Sexualidade e Desenvolvimento humano (45h - Optativa)	A história da sexualidade humana. A sexualidade humana e a constituição do sujeito. Manifestações da sexualidade nas diversas fases da vida. O comportamento sexual e as mudanças biológicas relativas ao sexo. Gênero e comportamento sexual - o biológico e o aprendido. Questões de educação sexual: a família, a escola e a transversalidade do tema.
UNIFAL (20122)	Gênero e sexualidade: feminismos, *queer* e masculinidades (30h - Optativa)	A disciplina irá tratar da construção do conceito de gênero e de sexualidade ao longo da história, inserindo aí os debates e conflitos em torno de demandas sociais pela identidade sexual e de gênero e as diferentes concepções de feminismo, teoria *queer* e masculinidades na produção acadêmica atual.
UFMS (18381)	Corpo & Sexualidade, Educação & Equidade de Gênero (68h - Optativa)	Interdições,sedições e representações do corpo e da sexualidade. Os corpos, a sexualidade e a construção sócio-histórica da exclusão e da desigualdade.

Fonte: autor da pesquisa (2023).